



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 27

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 11 de julho de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se diretamente para a **Agenda da Reunião**, nomeadamente para o [Debate de urgência sobre o funcionamento da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e as ingerências político-partidárias na sua gestão](#), apresentado por um grupo de deputados do PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), André Bradford (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Mendes (*BE*), Dionísio Maia (*PS*), Francisco César (*PS*), Marco Costa (*PSD*), Jorge Jorge (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

No decorrer do debate, e após intervenções do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), pediram a palavra para protestos o Sr. Secretário Regional Adjunto da

Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e o Sr. Deputado André Bradford (*PS*).

Findo este ponto, entrou-se no [Projeto de Resolução n.º 21/XI – “Construção de um refeitório e fornecimento de refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Maria João Carreiro (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Iasalde Nunes (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Muito dia a todos.

Vamos dar início ao período legislativo de julho.

Tem a palavra o Sr. Secretário para a chamada.

(Eram 10 horas e 11 minutos)

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Jorge Dionísio **Bradford**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros Faria e **Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
João Paulo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Jaime Luís Melo Vieira

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos proceder de seguida à sessão solene de tomada de posse do novo membro do XII Governo.

Após a sessão solene faremos um breve intervalo.

Eram 10 horas e 14 minutos.

(A transcrição da tomada de posse da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas encontra-se em Suplemento ao presente Diário)

Presidente: Vamos dar início aos trabalhos da nossa Agenda.

Eram 10 horas e 36 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

Conforme ficou definido, iniciamos os nossos trabalhos com o ponto dois da nossa Agenda: **Debate de urgência sobre o funcionamento da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e as ingerências político-partidárias na sua gestão.**

Este debate de urgência foi requerido por um grupo de deputados do PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos foram também definidos pela Conferência de Líderes conforme estipula o artigo 132.º e estão assim distribuídos uma vez que temos mais do que um subscritor: o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; PSD, 29 minutos; CDS, 20 minutos; Bloco de Esquerda, 17 minutos e o PCP e PPM, 15 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os recentes acontecimentos em torno da gestão da Unidade de Saúde da Ilha do Pico revelam que o Partido Socialista não se contenta com a maioria que tem. Quer controlar tudo e todos e quem discorda arrisca-se a ser despedido e humilhado publicamente.

O Partido Socialista e o Governo Regional resolveram fazer um ajuste de contas com os administradores da Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

O PS e o Governo não hesitaram em demitir as vozes que deles discordavam. Demitiram quem recusou interferências nos concursos de admissão de pessoal, demitiram aqueles que resistiram às nomeações impostas, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não ouviu as notícias!

O Orador: ... demitiram quem não aceitou violar a lei, dispensando funcionários dos centros de saúde do Pico só porque eram membros de juntas de freguesia socialistas, pondo em causa a boa gestão dos recursos e a qualidade da prestação de cuidados de saúde aos utentes.

Confrontados pela oposição os responsáveis começaram por negar tudo.

O Sr. Deputado Miguel Costa jurou nunca ter interferido na gestão da Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

O Sr. Secretário Regional da Saúde disse não ter conhecimento de interferências partidárias e que não admitiria que tal acontecesse. Mas a realidade mostrou que faltaram à verdade! Um dia depois destas juras de inocência, foram tornados públicos emails que comprovam as interferências partidárias.

Quem tanto jurou que nunca tinha exercido pressões foi apanhado, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Oh, senhor! Um mail!

O Orador: ... só que em vez de pedir desculpa ainda teve o desprazer de dizer que se fosse hoje faria o mesmo.

Mas a este PS não basta controlar a administração pública dos Açores, também quer controlar a verdade.

O PS recusou ouvir neste Parlamento os ex-administradores da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, preferindo, apenas, a versão do Sr. Secretário Regional da Saúde e os mesmos deputados do PS que recusaram o contraditório tiveram ainda o desaforo de vir defender uma comissão de inquérito.

Aliás, a vontade de controlar é tanta que o PS até confessou publicamente que gostava de impor a 'lei da rolha' aos deputados da oposição, dizendo-lhes que não podem reunir com quem quiserem e quando quiserem. Era só o que faltava!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma vergonha!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um dos pediatras nacionais mais proeminentes, prestou nos últimos anos relevantes serviços à população da ilha do Pico. Fê-lo por amor a uma terra que não é a sua, mas à qual aderiu em 1982, colocando o interesse público como seu único e exclusivo interesse.

Como não quis ceder às pressões do Partido Socialista acabou por ser demitido pelo Secretário Regional da Saúde.

Numa ilha em que não há pediatras no sistema público de saúde, o Prof. Dr. Luís Nunes assegurou consultas de pediatria duas vezes por semana, observando crianças do Pico e dando apoio ao Hospital da Horta, poupando muitas deslocações ao erário público.

Ao mesmo tempo, abriu canais diretos com hospitais de referência a nível nacional, ajudando assim muitas e muitas crianças do Pico e dos Açores.

Apesar deste trajeto, nunca foi (imagine-se!) convidado a continuar no Pico sequer como pediatra.

Enquanto Presidente da Administração do Hospital Dona Estefânia entre 2000 e 2006 estabeleceu um protocolo com o Governo Regional, permitindo que até 2012 se deslocasse todos os meses ao Pico um pediatra, além de um neuro pediatra e um imunoalergologista de forma regulares.

Também a gestão clínica que o Prof. Dr. Luís Nunes fez enquanto administrador da Unidade de Saúde da Ilha do Pico foi positiva, conseguindo que a USIP fosse no que aos indicadores clínicos diz respeito a melhor unidade de saúde de ilha dos Açores em 2016.

O Conselho de Administração no seu todo atingiu uma gestão equilibrada de recursos financeiros disponíveis nos dois últimos anos, adquirindo com verbas próprias e sem qualquer comparticipação extraordinária um novo equipamento de raio X para o centro de saúde da Madalena.

Todo este trabalho foi posto em causa porque o Prof. Dr. Luís Nunes e os restantes administradores da USIP recusaram ceder às pressões do aparelho do Partido Socialista.

Resultado: o Secretário Regional da Saúde não reconduziu a presidente e exonerou quem não convinha ao PS que continuasse, o vogal médico e a vogal de enfermagem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma vergonha!

O Orador: Curiosamente quem para o Governo Regional não servia foi um mês após nomeado para a direção clínica do Hospital Dona Estefânia ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: É verdade!

O Orador: ... e perante as denúncias públicas e as provas de interferência do aparelho do Partido Socialista na gestão da Unidade de Saúde da Ilha do Pico o que fez o Governo Regional?

Ignorou as denúncias das interferências partidárias e fechou os olhos às provas, preferiu mandar de rompante inspeções para a Unidade de Saúde da Ilha do Pico, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... numa atitude intimidatória, com o objetivo de tentar encontrar algo que pudesse denegrir os ex-administradores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É a ditadura inquisitorial! Muito bem!

O Orador: Com base numa carta supostamente anónima ...

(Risos de alguns Deputados do PSD)

Deputado Miguel Costa (PS): Eu assino as minhas cartas!

O Orador: ... o Governo Regional tentou criar uma manobra de diversão na véspera deste debate, mas desenganem-se! Não vão conseguir esconder este assunto.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os três anteriores administradores da USIP resistiram às interferências ilegítimas do Partido Socialista e recusaram submeter o interesse público aos interesses partidários.

Com medo de ser confrontado publicamente com estes exemplos de interferência partidária o Partido Socialista recusou ouvir os membros

demitidos do Conselho de Administração na Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais.

O Partido Socialista tudo fez para esconder a verdade, mas a verdade veio ao de cima através dos depoimentos públicos do médico Luís Nunes e da ex-presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde do Pico, depoimentos que até hoje nunca foram contrariados, nem pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nem pelo Governo Regional.

É por isso que o PS e o Secretário Regional da Saúde se agarram agora a questões ...

Deputado André Bradford (PS): Agora?!

O Orador: ... sobre a remuneração da ex-presidente da administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

Só que foi o próprio Secretário Regional da Saúde a assinar a autorização orçamental que permitiu o pagamento do vencimento da administradora em causa e do vogal médico da mesma unidade de saúde.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Temos assim um Secretário Regional da Saúde refém dos expedientes dos dirigentes do Partido Socialista do Pico.

Quem perde com tudo isto é a população da ilha do Pico. Até agora as crianças do Pico tinham consultas de pediatria na própria ilha. Isso acabou. O afluxo de crianças ao Hospital da Horta aumentou, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: ... de tal forma que aquela unidade hospitalar poderá necessitar de contratar mais um pediatra.

Em suma, todo este cenário montado pelo Partido Socialista do Pico com a cumplicidade do Secretário da Saúde está a deitar por água abaixo o bom desempenho clínico de um Conselho de Administração e em particular do seu diretor clínico reconhecido pela própria Saudaçor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para servir os seus interesses partidários o Partido Socialista não hesita em atropelar o currículo profissional irrepreensível e o espírito de missão de quem apenas quer servir a causa pública.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que vergonha!

O Orador: Em ano de eleições autárquicas vale tudo: dirigentes locais do Partido Socialista mandam nos serviços da administração pública e até mandam em membros do Governo Regional.

Exige-se, por isso, que o Sr. Presidente do Governo Regional diga publicamente se tinha conhecimento destas pressões e interferências partidárias na gestão da Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

O Sr. Presidente do Governo Regional tem de dizer aqui se aprova as atitudes do Secretário Regional da Saúde que foi cúmplice dessas pressões.

Se não tinha conhecimento Sr. Presidente do Governo é estranho. Não conhece o seu Governo, nem o seu partido.

Se tinha conhecimento e nada fez, Sr. Presidente do Governo, só revela que dá cobertura política a estes desmandos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Se tinha conhecimento e nada fez, então aceita que a administração pública seja usada para servir as jogadas do Partido Socialista em ano de eleições autárquicas.

O Sr. Presidente do Governo Regional tem explicações a dar sobre este caso, a esta Casa, e por via disso aos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários:

Eu penso que temos de centrar o debate naquilo que efetivamente é o essencial.

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor quer! Já percebemos!

O Orador: A não renomeação da Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico deu-se, porque houve efetivamente uma situação de aumento do seu vencimento sem qualquer autorização da Secretaria Regional da Saúde.

A Sra. Presidente aumentou-se, com a conivência dos outros membros do Conselho de Administração, em cerca de dois mil euros mensais e com o pagamento de retroativos de 88 mil euros no mês de outubro de 2016.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor assinou!

O Orador: Do meu currículo, Srs. Deputados, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Qual currículo?

O Orador: ... há, como é óbvio, uma parte que é escrita e outra parte que não é escrita e da parte que não é escrita consta a verdade, o rigor, a procura constante pelos princípios da ética e da moral na execução da causa e da coisa pública.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mentir nas comissões também faz parte do seu currículo, Sr. Secretário!

O Orador: Como tal não admito que venham dizer que o Secretário Regional da Saúde mentiu.

Vamos então aos factos, Srs. Deputados.

Eu, em sede de comissão, afirmei que a 23 de dezembro de 2016 tive conhecimento da alteração orçamental. Não autorizei qualquer alteração orçamental. Portanto, nesta data ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é um eufemismo!

O Orador: Srs. Deputados, posso dar uma explicação sobre qual a diferença entre alteração orçamental para conhecimento ou alteração orçamental que carece de autorização.

Srs. Deputados, então se a 19 ou 20 de outubro são pagos esses novos vencimentos, são pagos esses retroativos, o que é que um conhecimento a 23 de dezembro tem alguma coisa a ver para o efeito?

É efetivamente a partir do momento que o Secretário Regional da Saúde tem conhecimento a 23 de dezembro desta situação que vai despoletar todo esse processo que dá origem à não nomeação da Presidente do Conselho de Administração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando despoletou para devolver o dinheiro?

O Orador: É óbvio que a partir daí todo o processo, como eu disse em comissão, foi despoletado.

A 13 de janeiro, numa reunião presencial, foi dito por mim à Sra. Presidente e por escrito que ela tinha de devolver o dinheiro. Há este ofício, como é óbvio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está esse papel?

O Orador: A partir daí, como expliquei em comissão, há um conjunto de troca de correspondência nesta situação.

Quem falta à verdade são esses anteriores membros do Conselho de Administração, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O tribunal vai ver isso!

O Orador: ... porque num comunicado público de 25 de abril vêm dizer que não têm conhecimento de qualquer divergência quanto aos seus salários, quando há um conjunto de ofícios a dizer isso.

Portanto, não foram demitidos por qualquer pressão partidária ou seja lá o que for. Foi devido a essa situação.

Deputado Marco Costa (PSD): É mentira!

O Orador: Como é óbvio, quando tomei a decisão de nomear uma nova Presidente para o Conselho de Administração dei-lhe, como é óbvio, autonomia para criar a sua própria equipa, tal como a orgânica assim o prevê.

Portanto, é uma situação para mim completamente clara.

Deputado Marco Costa (PSD): Essa história vai escrever-se um dia!

O Orador: Vejamos também mais algumas questões que aqui foram ditas. Por exemplo, em público é dito pela anterior Presidente do Conselho de Administração, e hoje repetido naquela Assembleia, que a boa gestão da Unidade de Saúde da Ilha do Pico permitiu com verbas próprias adquirir um aparelho de raio X, ou seja, repito: por verbas próprias, como foi dito agora aqui, adquirir um aparelho de raio X, porque demonstrava o bom desempenho na sua gestão.

Pois, Srs. Deputados, eu tenho-vos a comunicar que isso não foi por verbas próprias. Foi por uma portaria que a Sudaçor transferiu verbas de investimento para a Unidade de Saúde da Ilha do Pico para adquirir o equipamento de raio X, Portaria n.º 773/2015, de 29 de maio de 2015.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas porquê? Explique o resto!

O Orador: Portanto, é uma portaria de investimento como a maioria dos investimentos que são feitos pelas unidades de saúde de ilha, ou seja, saem do plano regional de investimentos.

Depois, Sr. Deputado, menciona aqui que a ilha do Pico ficou sem pediatra.

Sr. Deputado, ficou sem pediatra como ficaram todas as outras ilhas onde não há um pediatra, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas por culpa vossa!

Deputado Marco Costa (PSD): Está a puxar para baixo!

O Orador: ... onde os médicos de medicina geral e familiar exercem esta atividade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado, quando é dito aqui que está a haver um afluxo desmesurado de crianças do Pico para o Faial, deixe-me dar-lhe alguns números.

No primeiro semestre de 2016, estando lá o médico presente, foram deslocadas 97 crianças para consulta de pediatria.

Em 2017, também no primeiro semestre, 102 crianças, mas se formos a ver nesses dois meses onde o médico não estava presente, maio e junho, ... Em maio e junho de 2016 foram deslocadas 31 crianças, quando o médico lá estava. Em maio e junho de 2017, quando o médico já não estava, foram deslocadas 28 crianças.

Portanto, Srs. Deputados, está aqui da minha parte demonstrado que há um conjunto de inverdades que são ditas constantemente e como tal eu da minha parte não posso permitir, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quem é que lá pôs o pediatra? Quem é que prometeu o pediatra para o Pico?

O Orador: ... porque está reposta a verdade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então dar início ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Acho que chegado a este ponto, e havendo uma comissão de reforma da autonomia, é um bom tema para essa comissão refletir.

A autonomia bateu no fundo.

O que se está a passar aqui envergonha os Açores, os açorianos, o Governo e este Parlamento.

Acho que é para nós, qualquer um de nós, degradante estarmos aqui a fazer este debate. Um debate onde a administração pública está absolutamente politizada e admoestada pelo poder político do governo socialista, ‘por um sova daqui, por sova dacolá, por um cacique ali, por um cacique acolá’.

É o que se assiste nesta história toda.

O Sr. Secretário bem que tentou fugir ao debate, mas vou centrar-me naquilo que é o essencial do debate, que é o controlo da administração pública, que é o controlo dos órgãos de administração das unidades de saúde e outros por um deputado, neste caso, o Sr. Deputado Miguel Costa. Isto é como o Pico quando está coberto de nevoeiro e só se vê a pontinha. Neste caso isto é a pontinha do Pico, porque o resto, toda a promiscuidade que se deduz que possa vir daí é verdadeiramente lamentável, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor deduz!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... é verdadeiramente inaceitável num regime democrático como é nos Açores e não é 20 anos, porque já estão piores do que há 20 anos quando era o PSD e os senhores se queixavam (e bem!) juntamente connosco das prepotências e das arrogâncias de 20 anos do Partido Social Democrata.

Deputado André Bradford (PS): A gente já lá vai!

O Orador: Os senhores são bem piores! Ultrapassaram essa barreira. Já não há regras. Já não há ética.

Deputado Francisco César (PS): Em que é que o senhor se baseia para dizer isso?

O Orador: Já não há limites e o Sr. Presidente do Governo tem conhecimento disto tudo.

Mas para que os açorianos saibam do que se trata eu vou ler para ficar no Diário das Sessões o mail que o Sr. Deputado Miguel Costa escreveu à Sra. Maria Oliveira do Conselho de Administração da Unidade de Saúde do Pico.

“Bom dia, Maria” [começa assim, o intimismo, a intimidade], ...

Deputado André Bradford (PS): Bom dia, Maria!

O Orador: “Peço a tua atenção para este assunto” ...

Oh, Sr. Deputado André Bradford, eu agradeço que ouça, porque também tenho uma missivazinha para si daqui a bocado.

Deputado André Bradford (PS): Vou fazer um esforço!

O Orador: “Bom dia, Maria”, começa o Sr. Deputado Miguel Costa.

“Peço a tua atenção para este assunto: eleitos locais, dispensa de trabalhadores do qual remeto o exemplo da Junta de Freguesia de São João.

Este assunto, além de inédito, não conheço nenhum antecedente, nesta data, é muito incómodo politicamente.”

“Muito incómodo politicamente”!

Continua por aí abaixo e diz: “Peço, por isso, ...

Deputado Miguel Costa (PS): E é mentira?

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: “Muitas destas autarquias nem funcionários têm a tempo inteiro. Sendo certo que a maior parte do trabalho é desenvolvido em regime pós laboral, não é menos certo que em alguns casos por terem prazos a cumprir,

bem como a necessidade de recorrer a outros serviços em horário de expediente obrigá-los-á a recorrer à figura da dispensa para esse efeito.

Peço, por isso, que reconsiderem neste assunto, até porque neste momento isto terá implicações diretas na constituição de listas para esses órgão autárquicos”,

...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso!

Deputado Miguel Costa (PS): Para todas! Não é só listas do PS! Leia o mail todo! Até autarcas do PSD vieram elogiar-me!

O Orador: ... “que por princípio já não é fácil encontrar gente disponível.”

Mas há mais!

(Diálogo entre as diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado Miguel Costa: “Peço, por isso, que considere este assunto porque a constituição de listas é muito difícil.”

Mas o parágrafo a seguir ainda é mais delicioso.

“Caso seja uma orientação superior agradeço que me informes para junto de quem de direito tratar diretamente do assunto.”

No meu fraco entender, além de se permitir isto (o Sr. Presidente do Governo dirá de sua justiça daqui a bocado, se entender), isto é próprio de um regime totalitarista e caciqueiro. Não há outro regime!

É de uma oligarquia que se está a instalar nos Açores, se o Sr. Presidente do Governo concordar com isto!

Mas, Sr. Deputado, existe lei.

Deputado Miguel Costa (PS): Existe, sim senhor!

O Orador: O Estatuto Político Administrativo dos poderes dos deputados diz que os deputados podem “requerer e obter do Governo Regional ou dos órgãos

de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício das suas funções.”

Ora bem, neste caso, o que o senhor fez foi exigir interesses políticos próprios e para o Partido Socialista. Ou seja, o senhor procurou obter vantagem para si ...

Deputado Miguel Costa (PS): Para mim!?

O Orador: ... e para o seu partido. Isto constitui crime, Sr. Deputado Miguel Costa. Chama-se tráfico de influências.

Art.º 335.º, Código Penal: “Quem por si ou por entreposta pessoa, com o seu consentimento, ou retificação, solicitar ou aceitar para si ou para terceiro vantagem patrimonial, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Onde isto já vai!

O Orador: ... ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência [que o senhor confessa], real ou suposta, junto de qualquer entidade pública é punido” ...

Deputado Miguel Costa (PS): Vai colocar uma ação contra mim!?

O Orador: ... e vou inibir-me de ler as penas, Sr. Deputado.

Portanto, presumo que o Ministério Público gostará de saber isso.

O que o senhor fez aqui foi infringir a lei, tráfico de influências, abuso de poder e isto tudo é mais grave quando o senhor devia estar aí preocupado e está a rir-se, Sr. Deputado.

Não sei de facto se a sua irresponsabilidade vai a esse ponto!

Deputado André Bradford (PS): O que o senhor quer sei eu! Se quer apresentar uma ação está à vontade!

O Orador: O senhor tentou usar a administração pública, pô-la ao serviço do Partido Socialista e ao seu serviço.

Portanto, isto não é democracia, isto não é autonomia. Isto é totalitarismo, isto é oligarquia.

Deputado André Bradford (PS): A junta dos Rosais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se o senhor tem alguma coisa para dizer, levante-se e diga!

Deputado André Bradford (PS): É o que vou fazer!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem agora a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos falar claro desde o início deste debate: porque é que estamos aqui e o que é que os senhores querem ver esclarecido?

O que é que perante os factos apurados, perante as informações que têm vindo a público, perante as declarações dos vários intervenientes no processo, neste processo de não recondução do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, o que é que os senhores, oposição, e o PSD em particular, pretendem ver esclarecido?

Será a decisão de não recondução da Sra. Presidente do Conselho de Administração da USI Pico?

Se é isso a resposta é muito clara e parece-me que ainda se tornou mais evidente ao longo do que já levamos de debate.

A partir do momento em que a anterior Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, com a conivência dos restantes membros do Conselho de Administração, tomou a iniciativa de se aumentar, de aumentar em cerca de dois mil euros o seu ordenado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema não é esse! O problema é esse senhor que está ali! Pense na atitude daquele senhor!

O Orador: ... passando a auferir mais de sete mil euros e pagando-se de imediato 80 mil euros de retroativos, a partir desse momento a decisão de não a reconduzir no cargo tornou-se, do nosso ponto de vista, uma obrigação, uma

necessidade e um imperativo em nome da defesa do rigor e da boa gestão pública.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Tratando-se de uma nomeação de cariz político o Governo, apoiado pelo PS, decidiu e muito bem não renomear a Sra. Presidente e exonerou os outros dois membros do Conselho de Administração.

Perante uma situação clara de (vamos chamar as coisas pelo nome) ...

Deputado Marco Costa (PSD): Todas pelos seus nomes!

O Orador: ... falta de ética, falta de rigor e perante uma manifestação clara de irresponsabilidade e abuso na gestão da coisa pública.

O Governo Regional não teve dúvidas. Atuou com exigência, com rigor, com intransigência, que é isso que lhe compete, na defesa do bem comum.

Os senhores, pelo que se percebe, não o fariam, mas isso é um problema que os senhores vão ter que explicar aos açorianos porque é que não o fariam perante umas circunstâncias como estas.

Deputado António Almeida (PSD): A gente ainda é que vai ter que explicar!

O Orador: Como se constata tudo neste processo tem a ver com a defesa da coisa pública, da ética no exercício de cargos de nomeação política. Nada neste processo é político-partidário.

Dizem os senhores a este propósito que haveria um incómodo do PS com a administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

Haveria de facto um incómodo do PS com a administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e com esta situação se ela não tivesse sido prontamente resolvida e implacavelmente resolvida como foi pelo Governo Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sabem porquê?

Porque o nosso incómodo era com a gestão pública que pensou primeiro no seu vencimento e na forma de o aumentar em vez de pensar na melhor forma de garantir a saúde dos picoenses.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O nosso incómodo era com uma decisão abusiva tomada em proveito próprio, no exercício de cargos de nomeação política que deviam obrigar a rigor, a responsabilidade na gestão da coisa pública.

Se tudo isto é válido em relação à ex-Presidente do Conselho de Administração, também é válido em relação aos outros membros do Conselho de Administração, o vogal médico e a vogal enfermeira, que acompanharam solidariamente uma decisão de aumento unilateral do vencimento e que, portanto, tiveram e deviam ter o mesmo tratamento do ponto de vista da atuação governativa.

Eu sei que os senhores têm uma admiração muito especial pelo currículo médico do Prof. Luís Nunes, particularmente o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E eu também!

O Orador: Eu sei que o senhor o coloca acima dos homens por causa da sua formação médica, da sua qualidade técnica e académica, mas nós não. Nós não o colocamos acima dos homens. Até podia ter sido Prémio Nobel da Medicina, sabe, mas a partir do momento que foi cúmplice de uma atitude irresponsável, que lesou o erário público, a partir daí ficou igual aos outros e não nos interessa o currículo profissional, interessa-nos o currículo pessoal e a maneira como ele lidou com a situação que se colocou.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que o escolheram!

O Orador: A partir daí, a partir desse momento o que passou a valer foi o seu currículo como nomeado político e a forma como encarou o serviço à causa pública. Esse currículo não se recomenda e não está ao nível mínimo aceitável, independentemente de ser diretor clínico, ou adjunto do diretor clínico, ou nós não termos percebido exatamente que diretor é que ele era do Hospital Dona Estefânia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não querem é perceber!

O Orador: Eu sei que os senhores acham que é um dos melhores pediatras nacionais, mas isso não releva nada para o assunto que nós estamos a tratar.

Aliás, há aqui um elemento muito curioso. O Sr. Prof. Luís Nunes agora exercia um cargo de nomeação política do foro administrativo, gestão da Unidade de Saúde de Ilha, mas o Sr. Prof. Luís Nunes já tinha sido pediatra, mesmo pediatra, no Pico e foi-o durante um ano, num contrato que previa a sua renovação por mais dois.

A anterior Presidente do Conselho de Administração ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Maria!

O Orador: ... e colega do Prof. Luís Nunes no Conselho de Administração quando esteve perante a hipótese ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade! É totalmente falso! Como os senhores jogam com as coisas!

O Orador: A senhora ex-Presidente do Conselho de Administração quando foi posta perante a hipótese de renovar o contrato do Sr. Prof. Luís Nunes como pediatra na ilha do Pico por mais dois anos não o renovou. Privou os picoenses do exercício da medicina de pediatria do Prof. Luís Nunes e nessa altura o PSD

do Pico e o PSD regional não admiravam tanto o currículo do Prof. Luís Nunes, de tal forma que não se lembraram de dizer nada.

Portanto, quando o senhor exercia funções médicas e não foi renovado o seu contrato os senhores nada disseram, agora que o senhor exercia funções de gestão é que o Pico ficou privado do exercício de pediatria por um médico.

Portanto, julgo que essa matéria também fica bastante clara.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não está esclarecida!

O Orador: Mas há um outro aspeto do currículo do Prof. Luís Nunes que nós ficámos a saber porque ele próprio o disse e, aliás, fez questão de dizer várias vezes à comunicação social e que nós fazemos questão de destacar aqui neste debate. Ele disse que era militante do PS há mais de 30 anos. Aliás, todo o anterior Conselho de Administração disse, ou deixou transparecer em várias manifestações públicas e também por carta, como ficámos a saber hoje, que tinha ligações ao PS, que se considerava apoiante, militante ou simpatizante do PS.

Pois é precisamente essa a questão mais premente que precisa de ser esclarecida neste debate: é que 20 anos depois, um Governo do PS, em relação a militantes de longa data do PS, em relação a apoiantes e simpatizantes do PS, foi implacável, rigoroso e intransigente. Essa é que é a questão!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi implacável, rigoroso, intransigente na defesa da verdade, na defesa do rigor, da exigência no exercício de cargos de nomeação política.

A governação do PS se tiver de demitir militantes, demite; se tiver de investigar militantes, investiga; ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Comece já então!

O Orador: ... se tiver de investigar e questionar militantes, questiona quando está em causa o exercício de cargos de nomeação política e quando esse exercício é abusivo, com falta de ética e com falta de rigor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe para trás!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Os açorianos ficam a saber mais uma vez com que é que podem contar com a governação do PS.

É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que estamos hoje, aqui, neste debate.

Esta questão só se coloca porque o Governo Regional apoiado pelo PS não pactuou com a irresponsabilidade, não pactuou com a ilegitimidade, não pactuou com a falta de rigor e falta de ética ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... de um Conselho de Administração que tinha sido nomeado por este Governo Regional.

Esse currículo governativo ninguém nos tira.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: É esse currículo governativo que nós prezamos e é a razão de ser do estabelecimento de um laço de confiança forte entre o Partido Socialista e os açorianos.

Há, no entanto, e para terminar, uma dúvida e uma inquietação que tenho de partilhar com as Sras. e os Srs. Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Partilhe!

O Orador: Os senhores nunca suspeitaram, os senhores nunca se questionaram, nunca acharam estranho que três membros de um Conselho de Administração tenham tido um mandato de três anos em que nada aconteceu?

Não havia supostas ingerências, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Havia, havia!

O Orador: ... não havia supostas fraudes, não havia supostas irregularidades. Não havia nada. Nada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Havia, havia!

O Orador: Nunca se questionaram com o facto de a partir do momento que os senhores souberam que não iam ser reconduzidos é que passaram a achar que havia ingerências, que havia fraudes, que havia dificuldades, que havia má gestão?

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito antes disso!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Nunca vos passou pela cabeça que havia aqui algo que não batia certo e que era muito mais legítimo que quem se queixava de interferências se tivesse demitido no exercício do cargo e não ficasse à espera de saber se ia ser reconduzido?

Nunca vos passou isso pela cabeça?

É que se não passou só há duas respostas e nenhuma delas é boa, digo desde já.

A primeira é a incompetência da vossa parte.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: Não foram confirmar, não procuraram saber se era verdade o que os senhores diziam, não ligaram, não trataram as coisas com o devido rigor.

Mas a segunda resposta é muito mais grave: é que os senhores foram competentes, fizeram o seu trabalho, sabiam e mesmo assim mantêm esta novela em prol do incómodo que isto pode gerar ao Governo.

Isso é próprio de uma oposição que se transformou num guichet de ressentimentos, que já não tem ideias, que não tem propostas, que não quer discutir o que é importante para o futuro dos Açores. Quer enredos, está com o guichet aberto à espera que os ressentidos venham e que contem as suas histórias. Dá-lhes gás, dá-lhes vela, dá-lhes vento e depois transformam isso

num caso que nada diz aos açorianos a não ser que o Governo do PS não pactua com faltas de rigor democráticas, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... com faltas de competência e com comportamentos abusivos na gestão da coisa pública.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que impressionante!

Deputado Paulo Parece (PSD): São atitudes como aquela de um deputado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Determina o Art.º 13.º no seu ponto n.º 2 da Constituição da República Portuguesa que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão (entre outras) da sua ascendência, convicções políticas ou ideológicas, situação económica e condição social.

Por sua vez determina o Art.º 16.º que os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis.

Bastará apenas a leitura atenta destes dois preceitos constitucionais para percebermos a gravidade e seriedade daquilo que hoje estamos aqui a debater e não bastará o eterno argumento que compete ao poder judicial, e somente a este, o pronunciamento sobre a violação de tais princípios no caso em apreço que

poderá isentar esta Assembleia de tomar a posição política que se impõe em tal caso.

Tal como não o poderá fazer em casos que mesmo com diferentes contornos, infelizmente, abundam na nossa Região e que no mínimo nos deixam seríssimas dúvidas sobre que democracia temos hoje nos Açores.

E se casos como o do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico por terem vindo parar à discussão pública e mesmo contra a vontade do PS e apesar de todo o seu esforço para evitar que os legítimos representantes dos açorianos sejam esclarecidos, ouçam os intervenientes e formem sobre o caso opinião fundada, outros há cujo manto de silêncio tecido e estendido sobre a nossa Região pelo poder permanecem esquecidos e ignorados, mas que não deixarei passar este debate sem os abordar.

Quantos são os casos de cidadãos nesta Região, sobretudo jovens, que entre exercerem os seus direitos fundamentais de harmonia com as suas convicções políticas ou ideológicas diferentes do poder político regional ficaram, eternamente, na lista dos permanentes e eternos candidatos a emprego ou não exercerem e alinharem com o poder instituído, quer seja expressamente, quer em termos tácitos (de não levantar ondas que incomodem, verdadeiramente) para aspirarem a um emprego muitas vezes até para mais rapidamente ascender na hierarquia regional, se vêm forçados a optar pela segunda hipótese, ou seja, como diz o nosso povo e muito bem – A comer e calar?

Evidentemente que esta prática vem de longe, até de muito longe, e foi sucessivamente herdada e mantida na nossa Região com matizes diversos e diferentes protagonistas, mas sempre violentando e espezinhando os princípios fundamentais da democracia.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Falar de atentados à democracia na nossa Região faz-nos recuar muito no tempo e se não podemos esquecer as perseguições, as agressões e até as expulsões da Região aos democratas da primeira República, não podemos esquecer do mesmo modo as perseguições, as agressões físicas e morais, os atentados à integridade física e ao património que os atentados bombistas e as agressões perpetradas pela designada FLA com reconhecida complacência do então poder Regional emergente da responsabilidade do PSD levou a cabo na segunda República, ou seja, após o 25 de Abril de 1974.

Relembrar esses tempos tenebrosos em que era arriscado, senão mesmo perigoso, que qualquer cidadão nacional e até açoriano sem determinados sotaques identificativos que ousasse entrar em determinados estabelecimentos, designadamente cafés e restaurantes, no mínimo seria alvo de piropos que iam desde ser apelidados desde estrangeiros, a provocações e ameaças à sua integridade física e casos houve cujas ameaças foram mesmo tristemente concretizadas perante a passividade e mesmo permissividade daqueles que deveriam zelar e defender os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Tempo no qual os Açorianos viam os Açores andar a duas velocidades e percebiam, cada vez melhor que as velocidades não eram determinadas em função de uma política democrática de desenvolvimento harmonioso de todas as parcelas regionais, mas sim em função de determinados interesses político-partidários.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, já lhe dei aqui alguma margem de intervenção, mas agradeço que se centre na questão que está aqui em debate.

O Orador: Vou centrar-me, Sra. Presidente.

Tempo que havia de moldar uma determinada forma de exercício do poder que embora evoluindo no sentido de uma gradual aceitação das regras democráticas e da sua aplicação, temos de o registar, mas que tocado pelos pecados originais

referidos, nos faz perceber as esperanças e expectativas que levaram os Açorianos a optar pela mudança.

Mudança que os açorianos esperavam que lhes garantisse que não mais fosse necessário cartão partidário de qualquer cor para aceder a qualquer cargo na administração pública regional.

Em vez disso depararam-se com concursos feitos por medida e tornou-se já trivial quando é aberto qualquer concurso em determinada ilha o comentário: este concurso é para fulano ou fulana e pior ainda que isso, veem as explicações político-partidárias do porquê. E não é que normalmente acertam!?

Mudanças que os açorianos esperavam que lhes garantisse que tivessem direito a um trabalho com direitos e direitos no trabalho e auferindo de remuneração que lhes permitisse uma vida digna sem terem de hipotecar a sua cidadania para obter qualquer auxílio, ou seja, sem medo que o exercício dos seus direitos cívicos e políticos pusessem em causa o seu trabalho ou as suas aspirações a uma vida digna.

Em vez disso depararam-se com contratos de trabalho precários, sem direitos ...

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, eu lamento, mas já chamei a atenção uma vez.

Nós estamos no âmbito do debate de urgência sobre o funcionamento da Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

Percebo que está a fazer o enquadramento, mas terá que efetivamente se centrar nesta questão, Sr. Deputado, para não ter de lhe chamar mais a atenção.

O Orador: Lamentavelmente constatamos que o poder regional continua como outrora a perseguir cidadãos, porque têm um passado de luta diferente do poder regional instituído.

O caso que nos levou a este debate é deveras elucidativo.

Mudança que os açorianos esperavam lhes assegurasse que os jovens seriam incentivados a investir numa região que teria igualdade de oportunidades no

acesso aos incentivos de igualdade de tratamentos por parte da administração, independentemente das suas opções políticas, ideológicas e partidárias.

Mudança que os açorianos esperavam que o princípio constitucional estabelecesse no Art.º 13.º, do ponto 2 da nossa Constituição, que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão do seu território, origem e convicções políticas por maioria de razão e tornasse esse princípio fundamental e inaliável de condução de política regional.

Em vez disso, somos confrontados com um poder regional que determina o desenvolvimento de cada uma das nove parcelas e compõe todo o regional, conseqüentemente os seus habitantes em função de calendários eleitorais e as suas conveniências político-partidárias.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Do mesmo modo que a ditadura não nos conseguiu calar, nem nos fez abdicar da luta pelos valores democráticos em que acreditamos, muito menos as perseguições e agressões com que as forças mais retrógradas da sociedade açoriana nos atingiram no passado, também não nos calaremos perante as atitudes de um poder que embora em nome de outros princípios e valores adota práticas contra as quais sempre lutámos e continuaremos a lutar e que de modo algum se enquadram nas práticas verdadeiramente democráticas e claramente expressas no nosso texto constitucional.

Nunca ficaremos calados perante a prepotência, a arrogância e a violação da lei e dos princípios fundamentais das regras democráticas estabelecidas na nossa lei fundamental e sempre estaremos na primeira linha da denúncia e da luta contra quem julgando-se detentor de poderes absolutos julga que o silêncio e a opacidade são instrumentos normais em democracia e capazes de fazer impor a

sua vontade e o seu entendimento a todos os demais, como é o caso que hoje apreciamos neste debate.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Nem uma palavra sobre o debate! Nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

Deputado Francisco Coelho (PS): Diga-nos de que república é hoje!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O ex-Presidente Carlos César dizia em 1996 que 20 anos de exercício do poder é muito, é demasiado, em qualquer zona do mundo. Se criam vícios, que se criam domínios, senhorios no âmbito da administração regional.

Pois bem, eu acho, e temos agora essa prova 21 anos depois, de que esses vícios de facto se instalam e que 20 anos é de facto demais.

Este episódio em relação à Unidade de Saúde da Ilha do Pico demonstra (e há um email que acabou de ser lido e que na minha perspetiva é gravíssimo) que existem pressões partidárias bastante explícitas sobre um órgão de administração que deveria decidir sem qualquer tipo de pressão política, sem qualquer tipo de pressão partidária, inclusivamente realizando uma referência ao facto de que se existir um entendimento, se os senhores não estiverem a decidir livremente, de expor superiormente a situação, ou seja, ao Governo Regional, aos membros do Governo Regional com responsabilidades políticas.

Isto é uma questão que importa a este Parlamento esclarecer. Tem de ser obrigatoriamente esclarecida e esta questão tem de ser colocada do ponto de vista político como ela é, ou seja, não há nenhuma dúvida em relação ao texto. O texto é claro. Há uma pressão política partidária, objetiva, no sentido até de facilitar a criação de listas partidárias.

Devo dizer-vos também que há uma segunda questão. Há uma questão referenciada pelo Dr. Luís Nunes que nos referenciou que cada vez que se

realizavam concursos na Unidade de Saúde que choviam telefonemas, que choviam pressões de todo o tipo para colocar as pessoas próximas do Governo Regional e do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Mas quem é que dizia isso?

Deputado Luís Maurício (PSD): Quem não quiseram ouvir!

Deputado Francisco César (PS): Vocês acreditam nisso?

O Orador: Ora, esta questão tem de ser esclarecida e a verdade é esta ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... meus senhores: em democracia existe um método, é o método do contraditório. Esse método do contraditório permite que alguém, e é necessário que esse alguém que faz afirmações mais graves, tenha a coragem política para ir a uma comissão parlamentar responder às perguntas do Partido Socialista, que o Partido Socialista entender colocar.

O Partido Socialista pode dizer que o que o senhor está a dizer é mentira e eu provo por *a* mais *b*, mas a pessoa que fez essas afirmações está disponível para responder em comissão e o Partido Socialista que quer esclarecer tudo não está disponível para esclarecer esta situação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, a partir daqui é que todos os que estão a ouvir este debate perguntam: mas quem quer esclarecer não quer ouvir?

Quem quer esclarecer só quer ouvir uma parte?

E aqueles que têm a coragem política e têm a coragem cívica de dizer: “Não, não! Eu estou disponível para ouvir as perguntas de todos os deputados, inclusivamente as perguntas que são realizadas pelos deputados do Partido Socialista.”

É preciso é apurar quem teve a responsabilidade, quem mandou, quem deu instruções à Comissão de Assuntos Sociais, aos deputados do Partido Socialista no sentido de blindar e de não permitir que os mesmos fossem ouvidos em

comissão. Quem tem essa responsabilidade por inerência do cargo que ocupa é com certeza o Sr. Deputado André Bradford.

O Sr. Deputado é que mandou, o Sr. Deputado é que teve medo do contraditório, o Sr. Deputado é que não teve a coragem política de colocar as questões aos ex-administradores da Unidade de Saúde da Ilha do Pico ...

Deputado André Bradford (PS): Eu já lhe explico!

O Orador: ... e de lhes fazer as imputações que aqui fez, olhos nos olhos e de lhes dizer diretamente aquilo que disse e colocar todas as perguntas, porque é assim em democracia. O método da democracia exige o contraditório.

Portanto, meus senhores, da vossa parte faltou esse pequeno passo que é o grande passo da democracia, que é ter a coragem de ouvir quem tem uma versão diferente da versão oficial.

Em relação à questão do vencimento.

Na questão do vencimento a mim o que me preocupa é que se existe crime que esta questão não seja resolvida onde tem de ser e com os instrumentos que têm de ser utilizados e que tinham de ser utilizados de imediato.

Deputado Francisco César (PS): Mas mais do que o crime é a ética!

O Orador: O que dizem os ex-administradores (e veremos quando a questão chegar aos tribunais, veremos quem tem razão) é que a interpretação que os mesmos fazem está correta.

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem dúvidas?

O Orador: Agora, eu não confundo e percebo que neste momento essa questão sirva de balão de oxigénio para fugir ...

Deputado André Bradford (PS): Não é balão de oxigénio, é falta de ética!

O Orador: Sim, sim!

... para preparar uma fuga para as outras questões todas que estão aqui em discussão...

(Diálogo entre os Deputados Francisco César e Duarte Freitas)

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... as outras questões todas que estão aqui em discussão, porque se o pagamento foi irregular, que seja devolvido, se o pagamento foi irregular, que os responsáveis sejam punidos. É tão simples como isso. Essa questão, para mim, está arrumada. Essa é uma questão.

E a questão da interferência dos concursos? E a questão da interferência partidária no âmbito da gestão corrente da Unidade de Saúde? E estas questões, como é que se resolvem? Os senhores dizem, “Estamos absolutamente...”.

Tenho aqui, Sr. Deputado André Bradford: “Estamos disponíveis para esclarecer a situação”. Então, mas está disponível e não quer ouvir?

Deputado André Bradford (PS): Quero ouvir!

O Orador: Não, o senhor está a impedir! O senhor deu ordens para impedir os ex-membros do Conselho de Administração de ouvirem as suas perguntas,...

Deputado André Bradford (PS): Desculpe! Não entendo o que o senhor está a dizer!

O Orador: ... de ouvirem as suas interpelações, de ouvirem as questões que aqui colocou, porque eles estão disponíveis, o senhor é que não está disponível para, olhos nos olhos, lhes fazer as imputações que fez aqui, Sr. Deputado.

E, portanto, a questão, para mim, é uma questão que, do ponto de vista democrático, neste momento, tem um problema e tem um problema dos senhores impedirem quem quer ser confrontado com as vossas dúvidas, quem quer apresentar as provas que terá destas interferências, os senhores estão impedindo que estes membros do Conselho de Administração o possam fazer no âmbito dos Assuntos Sociais. E esta é que é a questão.

E deixem-me dizer-vos, para terminar esta primeira intervenção, o seguinte. Em democracia, o que é necessário é que exista coragem política por parte de todos

e que todos assumam as suas responsabilidades e isto exige, de todos, coragem no momento de imputar responsabilidades, no momento de imputar responsabilidades deste tipo de interferências políticas.

Mais do que isso! Eu lembro-me, inclusivamente, que o Dr. Luís Nunes até disse o seguinte: que há um último concurso em que foi colocado um grande número de pessoas, entretanto, esse concurso até já foi anulado. Esta é uma questão que eu acho de enorme relevância para todos nós, porque o povo diz...

Deputado Francisco César (PS): Já sabemos por quê!

O Orador: ... e o povo afirma, e todos nós sabemos o que é que se ouve...

Deputado Francisco César (PS): Mas houve um que não foi e sabemos porquê!

O Orador: ... dentro da sociedade açoriana, que os concursos, à partida, estão viciados, quem lá fica é quem tem o cartão rosa.

Muito bem! Agora, temos alguém que esteve no Conselho de Administração e que diz que estas interferências existiram e que está pronto a prová-las e os senhores têm medo de o ouvir...

Deputado André Bradford (PS): Muito medo!

O Orador: ... e têm medo de o interpelar e essa é que é a questão.

E quer ideias da oposição? Dou-lhe já uma ideia: depois do que aconteceu, acabar de imediato com as nomeações políticas no âmbito da Administração Regional, acabar de imediato com as colocações políticas, porque os senhores o que estão a fazer é colocar partidariamente pessoas que vos estão próximas, que são do vosso partido, ou que...

Deputado Francisco César (PS): Mas isso não faz sentido nenhum! Os que lá estavam foram os que saíram!

O Orador: ... sendo do vosso partido, não obedecem às regras, não obedecem às ordens do Grupo Parlamentar ou das estruturas do Partido Socialista. Se não

obedecem, não interessa que sejam do Partido Socialista; se não obedecem, também saem. E esta é a vossa gestão atual.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às dez para o meio dia.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 56 minutos.

Vamos, então, dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, a nós, Bloco de Esquerda, o que nos parece é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cego, certo, com a sua prepotência, acaba por cair na armadilha que ele próprio, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, arranjou para si próprio.

Vincando aquilo que já foi aqui dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, este debate de urgência seria evitável,...

Deputado Francisco César (PS): O Bloco de Esquerda já se entende com o PPM!

O Orador: ... não estaria a ocorrer se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tivesse a disponibilidade, em comissão, de ouvir o contraditório, e, neste caso, o contraditório seria o médico que fazia parte do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico. O que não sei, desconhecemos, o porquê dessa resistência, se têm tantas certezas.

Deputado Francisco César (PS): Quando pensamos que já vimos tudo!

O Orador: A mim, o que me dá impressão, e a nós, Bloco de Esquerda o que dá impressão, e, se calhar, para as pessoas em geral, para os açorianos e açorianas, é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem algo a temer, porque senão teria resolvido este problema logo na origem e não estaríamos, neste momento, muito certamente, a fazer este debate. Este debate ocorre, tão e somente, por responsabilidade da prepotência do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. É simples, parece-me claro que esse é o verdadeiro motivo deste debate, além do conteúdo em si do debate.

Nós, Bloco de Esquerda, não temos de estar ao lado nem dos ex-administradores da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, nem temos de estar do vosso lado, Partido Socialista, ...

Deputado André Bradford (PS): Os senhores estão é ao lado do PSD!

O Orador: ... nem temos de estar ao lado do Governo Regional. Temos de estar ao lado do rigor e da transparência na administração pública, tão e somente.

Deputada Mónica Rocha (PS): É estar ao nosso lado!

O Orador: Aí é que nós discordamos, porque estar do vosso lado não é, certamente, estar ao lado e em defesa do bom rigor e da transparência na administração pública.

Deputada Mónica Rocha (PS): Não é?

O Orador: Não, não é!

Vou começar por alertar para aquilo que o Sr. Secretário Regional da Saúde acabou por chamar a atenção, no início da sua intervenção. Convém recentrar o debate e recentrar o debate naqueles que são ou naquele que é o objeto realmente deste debate. E bem sei que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista bem tentou arranjar aqui expedientes para tentar fugir àquele que é o objeto deste debate.

Deputado Francisco César (PS): Fugir o quê?

O Orador: O que está em causa não é o aumento salarial...

Deputado Francisco César (PS): Não?

O Orador: ... atribuído aos ex-administradores...

Deputado Francisco César (PS): Não está em causa? O senhor concorda?

O Orador: ... da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, não está em causa o montante. O que está em causa é a acusação feita pelo Governo Regional e também pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista de que esse aumento foi decidido pelos próprios administradores.

Deputado Francisco César (PS): Então foi decidido por quem?

O Orador: Quando, pelo menos, a prova que aqui tenho,...

Deputado Francisco César (PS): Tem lá mais alguém para decidir isso?

O Orador: ... os documentos que eu aqui tenho, provam o contrário. Provam!

Deputado Francisco César (PS): Como?

O Orador: Temos aqui, da parte da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, uma nona alteração orçamental justificada.

Deputado Francisco César (PS): Com certeza assinada pela senhora da contabilidade!

O Orador: Exato! Tal e qual!

Depois, temos uma comunicação, uma resposta da Saudaçor, que dá a saber que tem conhecimento dessa alteração...

Deputado Francisco César (PS): Um parecer pedido!

O Orador: ... e depois temos essa alteração devidamente assinada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde.

Deputados Francisco César e Francisco Coelho (PS): Não está assinado!

O Orador: É isto que temos.

Deputado Francisco César (PS): Tomou conhecimento!

O Orador: Se o Governo Regional tiver outra documentação, que não esta, que comprove aquilo que alega, ou seja, de que o aumento salarial foi decidido pelos próprios,...

Deputado André Bradford (PS): E foi!

O Orador: ... nós estaremos aqui para ver essa prova documental, porque aquilo que nós temos é isto e prova exatamente o contrário do que os Srs. e as Sras. Deputadas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Governo Regional nos tentam convencer do contrário, de que foi algo decidido exclusivamente pelos próprios.

Fica também provado, tal como foi aqui demonstrado pelo Sr. Deputado Artur Lima, de que houve interferência partidária...

Deputado Francisco César (PS): Houve? Em que é que o senhor se baseia para dizer isso?

O Orador: ... na administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, ou seja, há uma prova de promiscuidade entre a administração pública e o Governo. Não, do Governo, não, do Partido Socialista, que é um deputado desta casa, o Sr. Deputado Miguel Costa, que dá instruções ao Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Instruções?!

O Orador: ... para tomar medidas conforme a conveniência e conforme o interesse do Partido Socialista.

Chegamos ao ponto, então, de que, nesta Região vivemos um sistema, que não é inédito, que é um sistema que tem merecido a condenação histórica, da Região que se confunde com o partido e o partido que se confunde com a Região. O partido é a Região e a Região é o partido e, por isso, é que temos estas demonstrações de interferência do partido e, neste caso, do Partido Socialista junto da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, o que não deve, em bom rigor,

acontecer e que tem consequências, sim, legais, que já foram aqui, de certa forma, elencadas e mesmo descritas pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco o Sr. Deputado Artur Lima, na sua intervenção, disse que a autonomia bateu no fundo.

Não é assim, Sr. Deputado.

Quem bateu no fundo foi esta oposição.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Ou dito de outra forma: quem bateu no fundo foi o principal partido da oposição e consigo arrastou os restantes partidos da oposição.

Só tenho verdadeiramente pena é que alguns partidos da oposição se tenham prestado a esse papel.

Grande parte da questão que aqui está em debate tem a ver com o seguinte: um Conselho de Administração de uma entidade pública decidiu, por sua iniciativa, aumentar os seus salários e receber retroativos que num caso pelo menos ascenderam a cerca de 80 mil euros.

O Governo exonerou esse Conselho de Administração, porque entende que isso é inadmissível.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: A oposição critica o Governo por ter exonerado esse Conselho de Administração por esse motivo.

Maior clareza é impossível!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Uma das componentes, disse eu, que está aqui em causa é essa questão dos salários, mas não é a única.

Outra questão é a questão das ingerências e o Sr. Deputado Paulo Mendes e vários Srs. Deputados colocaram efetivamente a questão de referir que haveria ingerências.

Sras. e Srs. Deputados, com data de 3 de março deste ano foi-me dirigida uma carta por parte dos ex-titulares do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e nesta carta há uma coisa que fica perfeitamente clara: é que os ex-titulares do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico nunca se sentiram pressionados ou com ingerências.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Pelo contrário! Acusam as estruturas do Partido Socialista exatamente do contrário e cito. Esta carta eu vou fazer chegar à Sra. Presidente da Assembleia para distribuir pelas Sras. e pelos Srs. Deputados, porque me parece que apesar de me ter sido dirigida, é uma carta oficial e, portanto, para esse assunto interessa que as Sras. e Srs. Deputados tenham conhecimento dela.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: O que diz o Conselho de Administração é que se “esforçou por manter sempre [ele, Conselho de Administração] uma ligação estreita com as estruturas do Partido Socialista da ilha [estou a citar], muito em particular com os seus deputados ao Parlamento regional.”

Continuo a citar: “Este diálogo nunca foi fecundo”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bateu no fundo!

O Orador: “E no geral o Conselho de Administração reteve desinteresse e falta de apoio de estruturas e representante.”

Mais à frente, já quando surge esta situação, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso está bonito!

O Orador: ... é dito e cito: “Tendo o Conselho de Administração promovido uma reunião no dia 1 de fevereiro de 2017 com os dois deputados do Partido Socialista eleitos pelo Pico [o Conselho de Administração promoveu! “O Conselho de Administração promoveu” uma reunião no dia 1 de fevereiro de 2017 com os dois deputados do Partido Socialista eleitos pelo Pico] foi não só evidente, em nosso entendimento, um significativo desconhecimento sobre a realidade da atividade da USIP de que é exemplo a dimensão e justificação para a deslocação temporária de funcionários entre os três centros de saúde, como uma gritante falta de apoio e compreensão para as explicações que transmitimos.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bateu no fundo! Isto é vergonhoso!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor é que se está matando pela suas próprias mãos!

O Orador: Srs. Deputados, não é possível simultaneamente escrever isto e dizer que se é pressionado, porque quem se acusa de não conhecer ou de não apoiar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas nesta questão das ingerências as Sras. e os Srs. Deputados da oposição falaram num mail.

Oh, Srs. Deputados, então e quando os Srs. Deputados com um Membro do Governo, comigo próprio, dizem assim: “Cuidado que eu conheço um caso que precisa de ser resolvido”; “Atenção, tenham cuidado, que há ali aquela situação que não está a correr a bem.”; “Os senhores vão fazer uma asneira ao decidir num determinado sentido.”

Os senhores têm essas conversas comigo e com os Membros do Governo sabendo que estão a ingerir na atividade do Governo?

Sabendo que estão a ter uma ingerência na atividade do Governo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bateu no fundo!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não há mais argumentos!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É isto?

Mas que contradição é essa?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Mas que contradição é esta?

Ou só é ingerência quando os deputados do Partido Socialista falam com os Membros do Governo?

Segunda questão.

Eu pedia que entregasse, se faz favor, a carta e a resposta que a carta mereceu da minha parte.

(O Orador pede para entregar na Mesa um documento)

Sr. Deputado Luís Maurício, em relação à questão do médico e o facto de se ter perdido um grande profissional.

Muito sinceramente e julgo que me fará a honra, ou pelo menos o favor de reconhecer, que estou a ser sincero.

Eu não conheço o suficiente da medicina ou da pessoa em questão para avaliar da sua competência técnica, portanto, dou por assente que é um grande profissional, mas a questão não é esta.

A questão é qual é o valor que deve prevalecer.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Exatamente!

O Orador: Ou será que por ser um grande profissional tem o direito de contribuir para o aumento do seu salário e de ir buscar retroativos?

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os senhores para se safarem conspiram tudo!

O Orador: Eu acho que não.

Portanto, nesta situação e em todas as outras situações semelhantes ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os senhores para se safarem conspiram tudo!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor vai ler a cartinha, vai ler a cartinha e depois então fala.

Deputado Paulo Parece (PSD): Vai estalar o verniz!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Conspiram tudo!

O Orador: Em relação a essa matéria a posição do Governo é clara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A posição do Governo é clara.

Há um ponto que eu também gostava de particularmente deixar claro neste debate.

Eu não quero diabolizar ninguém, tanto que o Conselho de Administração cessante acha que procedeu de acordo com a legalidade e os tribunais decidirão essa parte. Nem o Governo é juiz, nem esta Assembleia é um tribunal.

Os tribunais decidirão essa parte, mas há uma coisa que se perdeu: foi a relação de confiança que existia e que foi quebrada quando sabemos, ou quando

tomamos conhecimento, que um Conselho de Administração acha que se pode aumentar a si próprio.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Essa relação de confiança perdeu-se e foi a quebra dessa relação de confiança que justificou a exoneração do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vinte anos depois este debate diz mais do estado a que chegou a oposição do que do estado a que chegou o Partido Socialista e o Governo.

Deputado Paulo Parece (PSD): Neste momento o senhor deve ter vergonha de alguns deputados!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Vinte anos depois este debate diz mais da oposição que nós temos do que do Governo que nós temos. Uma oposição que para criticar o Governo sanciona qualquer tipo de comportamento.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não senhor!

O Orador: Uma oposição que critica hoje, ou melhor, elogia hoje quem ontem criticou exacerbadamente.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: Uma oposição que, no seu ódio ao Governo e ao Partido Socialista, é capaz de tudo.

Deputado Marco Costa (PSD): Onde está isso? Isso é conversa redonda!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Mas há uma última coisa que eu gostaria de partilhar com as Sras. e com os Srs. Deputados. A decisão não foi tomada por causa disso. A decisão de exonerar este Conselho de Administração composto por militantes do Partido Socialista, e digo aqui porque também é dito na carta, apoiantes da minha candidatura a Presidente do Governo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Ah, nada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso é que lá estão!

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é por falar alto que tem razão!

O Orador: A exoneração deste Conselho de Administração composto por militantes do Partido Socialista e por apoiantes ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso é que lá estão! Por favor!

O Orador: Oh, senhor, tenha pejo!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Tenha pejo! Pejo!

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pejo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Há uma questão que é importante também tornar clara aqui. A decisão não foi tomada por causa disso, mas isso também releva. Isto é um aviso claro.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso a gente já percebeu!

O Orador: Isto é um aviso claro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A quem?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas isso é para a sua bancada!

O Orador: ... ao Partido Socialista e à oposição. Para nós, não é pelo facto de ser do Partido Socialista que deixa de ter uma elevada exigência, como sempre, no exercício de funções públicas.

Deputada Sónia Nicolau (PS) e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi assim que fizemos e é assim que continuaremos a fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é estranho que apenas e agora o Conselho de Administração destituído venha falar de pressões. Estas pressões já existem há muito tempo e foram aquelas que os senhores não quiseram ouvir descritas na Comissão dos Assuntos Sociais, chumbando o contraditório à vossa opinião.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E que pressões foram essas, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, que foram relatadas em comissão? *Ipis verbis*.

Deputado Francisco César (PS): Qual comissão?

O Orador: Interferências na reunião partidária...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah! Reunião partidária!

O Orador: Corrijo: na reunião entre todos os grupos parlamentares...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e o ex-vogal médico da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, porque os senhores chumbaram a audição dele, em Comissão de Assuntos Sociais.

Que intromissões foram essas? Intromissões constantes, desde 2014, nas admissões de pessoal à Unidade de Saúde de Ilha do Pico; intromissão descarada, fazendo pressão para que a vogal de enfermagem da Unidade de Saúde da Ilha do Pico não fosse renomeada em janeiro de 2016, mas, sim, um outro vogal de enfermagem da confiança dos dirigentes de topo do Partido Socialista na ilha do Pico.

Deputado Miguel Costa (PS): Para quem é?

Deputado André Bradford (PS): Foi renomeada!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi renomeada para a Madalena!

O Orador: Foi isso que os senhores não quiseram ouvir. As pressões não são de agora, as pressões são de há muito, muito tempo.

Deputado Francisco César (PS): Mas o senhor baseia-se em quê?

O Orador: Baseio-me naquilo que foi descrito nessa reunião e que os senhores, por vontade própria, não quiseram ouvir, chumbando a audição dessas pessoas em Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado Miguel Costa (PS): Que disparate! São só disparates!

O Orador: Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quem pôs em causa o erário público não foi o Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, ele fê-lo com o consentimento do anterior titular da saúde do seu Governo, Dr. Vasco Cordeiro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Está ali escrito na carta que foi entregue à Sra. Presidente do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, há um compromisso oficial de um ex-membro do Governo Regional escrito na carta.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade! Eu pedi à Sra. Presidente para distribuir a carta por toda a Câmara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Esse rigor ético que os senhores apontam e a boa defesa do erário público foi com o consentimento, repito, do anterior titular da saúde do anterior Governo Regional, Dr. Luís Mendes Cabral, que manifestou o seu apoio. Aliás, baseado num parecer jurídico da Direção Regional de Saúde, da autoria da Dra. Mónica Picanço,...

Deputado André Bradford (PS): O que é que dizia? Diga lá!

O Orador: ... datado de 13 de abril de 2016.

Não é, portanto, verdade que tenham por si só decidido o seu aumento.

Deputado Miguel Costa (PS): Leia o que está no parecer!

Deputado André Bradford (PS): Mas tem de ser médico?

O Orador: Mas, Sra. Presidente, permita-me, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, quem pôs em causa o erário público foi a decisão do atual Secretário Regional da Saúde, que, sob pressão do Sr. Deputado Miguel Costa, contrariou uma decisão do Conselho de Administração da USIP. Eu passo a ler.

Dirige a Dra. Maria de Jesus Oliveira, no dia 28 de dezembro, às 11h06m, um mail ao Sr. Deputado Miguel Costa: “Bom dia!

Deputado Miguel Costa (PS): Vai ler o mail!

O Orador: Tendo por base a legislação em vigor, que me dispense de referir, bem como a prática recorrente e sistemática da utilização de dispensas e o impacto negativo na USIP, não só em termos de custos, como da qualidade dos serviços que presta aos utentes, o Conselho de Administração da USIP

deliberou passar a cobrar os encargos resultantes das dispensas, a partir de 1 de janeiro de 2017. Não se trata de uma medida inédita, uma vez que, pelo menos, já é aplicada, há algum tempo, no Hospital da Horta”.

Doze minutos após, o Sr. Secretário Regional da Saúde responde à Sra. Dra. Maria de Jesus Oliveira: “Bom dia! Atendendo a que nenhuma unidade de saúde de ilha está a aplicar esta regra, vamos manter isto suspenso até novas orientações”,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Doze minutos depois!

O Orador: ... ao que a Sra. ex-Presidente do Conselho de Administração da USIP, 55 minutos depois, dirige um mail ao Sr. Deputado Miguel Costa, desejando-lhe uma boa tarde e descrevendo, “De acordo com as orientações recebidas, a nossa decisão fica suspensa até novas orientações”.

Portanto, quem pôs em causa o erário público foi uma decisão do Sr. Secretário Regional da Saúde, contrariando a lei.

O que é, Sr. Presidente do Governo Regional, que o senhor pensa disto que aqui está escrito? Concorda ou não concorda com a violação da lei?

Deputado António Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Miguel Costa (PS): Não há violação da lei nenhuma!

O Orador: Concorda ou não concorda com os abusos e com a má gestão dos dinheiros públicos que um membro do seu Governo promoveu?

Deputado Miguel Costa (PS): Não há violação de lei nenhuma!

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Diga aqui! Concorda ou não concorda com essa decisão?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Venha aqui dizer.

Isto porque, da parte do Sr. Deputado Miguel Costa, já sabemos que concorda.

Deputado Miguel Costa (PS): Concordo! Sempre na defesa das juntas de freguesias!

O Orador: Olhe, concordava com a dispensa de senhoras enfermeiras no turno da meia noite às oito da manhã...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... para fins autárquicos, quando essa própria profissional era enfermeira da ambulância SIV e a Unidade de Saúde de Ilha via-se obrigada a pagar horas extraordinárias para assegurar o serviço?

É isso que o Sr. Presidente do Governo considera que é uma boa gestão de horários...

Deputado Miguel Costa (PS): Aonde? Esta senhora é técnica de informática!

O Orador: ... públicos? Dispensar uma profissional da meia noite às oito da manhã e pagar horas extraordinárias ao seu substituto para que a qualidade do serviço seja assegurada aos doentes? É com isso que o senhor concorda?

Deputado Miguel Costa (PS): Técnica de informática!

O Orador: Venha aqui dizer se concorda ou não concorda com as questões que eu acabei de levantar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Miguel Costa (PS): Técnica de informática, Sr. Deputado! A Sra. Alice! Que confusão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Caras Sras. e Srs. Deputados da oposição, os senhores foram avisados...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Avisados?!

O Orador: ... que este requerimento se baseava em equívocos e omissões. É caso para dizer-se que “a montanha pariu um rato” ou ratos, que o Governo, firme e atuante, não tolera nem aceita que se aproveitem dos cargos como se vitalícios o fossem e que da gestão pública façam entendimentos pessoais.

Como foi possível não terem posto a questão ou a pergunta essencial, antes e depois de ouvido o Sr. Secretário Regional, que se resume ao como pode ou não um governo eleito democraticamente e por maioria propor, nomear, não renomear ou exonerar executivos em comissão de serviço, em empresas públicas ou em cargos políticos da governação, sempre que os interesses públicos estejam em causa?

Claro que pode. Será a resposta inevitável.

Pode ou não um governo escolher os elementos das suas equipas gestoras ou dirigentes, substituindo ou fazendo cessar equipas gestoras ou dirigentes, fazendo cessar funções aqueles que, por critérios de perda de confiança, como foi aqui dito, técnica ou política, o queiram fazer?

Claro que pode. Será a resposta inevitável.

O requerimento apresentado pelo PSD, agora apoiado por toda a oposição, foi um logro, porque, ouvidas as respostas do responsável político pela substituição da equipa gestora da Unidade de Saúde do Pico, fingiram não o terem ouvido, porque o que já estava combinado era uma audição *ad hoc* do único elemento que originaria mais ruído. Enganaram-se e enganaram os restantes parceiros políticos, porque não lhes contaram tudo; enganaram os aliados políticos de circunstância porque, estranhamente, antes desta iniciativa conjunta, anunciada pelo PSD, não quiseram nem ouviram pelo mesmo processo outros elementos. Não dava jeito. Enganaram os parceiros políticos desta estranha aliança, porque, se fosse assim tão grave por parte do Governo, deveriam ter avançado com uma

proposta de inquérito, que se enquadra mais nas posições do CDS-PP, do Bloco de Esquerda, do PCP e porque não também do PPM, sendo que uma proposta de demissão de alguém possa ser anunciada.

Estranhamente, o Bloco de Esquerda e o PCP, que até sabem que, para além da geringonça, nada funciona, embarcaram nesta manigância sem sentido.

Lamenta-se porque o PS sempre fez a salvaguarda do apuramento das razões políticas para a exoneração, deixando no domínio privado, até mesmo jurídico, qualquer averiguação ou apuramento de responsabilidades na gestão da causa pública ou dos interesses individuais dos intervenientes.

Lamenta-se que se utilizem pessoas para atingir estes fins políticos.

Lamenta-se que se utilizem processos que usam as pessoas para atingir protagonismos inconfessados.

Lamenta-se que os equívocos se resumissem ao logro dos proponentes arrastados para essa iniciativa.

Foi a credibilidade e a capacidade de prepositura do resto da oposição que ficou ferida.

Todos por um, neste caso, Sras. e Srs. Deputados, não fez o mínimo sentido, saiu-vos o tiro pela culatra e a culpa, mais uma vez, não foi do PS, foi do PSD.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu ia responder ao Sr. Presidente do Governo, mas, como não se encontra na sala, eu não posso intervir porque é exatamente a resposta ao Sr. Presidente do Governo.

Deputado Francisco César (PS): Poder, pode, mas não quer!

O Orador: Portanto, lamento...

Presidente: Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, faça o favor.

O Orador: O Sr. Presidente do Governo, que não está na sala, tal como foi referido pelo Sr. Deputado Artur Lima,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O debate está a ser enfadonho!

O Orador: ... teima, aliás, à semelhança do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em acusar que o antigo Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico decidiu, e aqui sublinho, de forma exclusiva, sobre um aumento salarial aos próprios membros do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, à revelia e sem o conhecimento da tutela.

Ora, eu já tinha tentado aqui demonstrar com prova documental o contrário, e desafiei os Srs. Membros do Governo, nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Saúde, ou até mesmo qualquer deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a apresentar prova do contrário. Eu tenho aqui um pedido de nona alteração orçamental da Unidade de Saúde da Ilha do Pico que diz o seguinte: “Memória descritiva. Transferência entre rúbricas de verbas para fazer face ao pagamento de retroativos referentes à diferença paga a menos no vencimento dos membros do Conselho de Administração, tendo em conta que a dedicação

exclusiva de 35 horas terminou com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 412/99, de 15 de outubro, data anterior ao despacho conjunto do Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento e do Sr. Secretário dos Assuntos Sociais, n.º 379/2004, datado de 25 de maio de 2004. O valor agora corrigido reporta-se ao período compreendido entre 1 de junho de 2013 e 30 de setembro de 2016, no caso do presidente, e 1 de junho de 2016 a 9 de novembro de 2014, para o vogal”.

Ora, em resposta, a Saudação diz o seguinte: “No atual contexto legal de aprovação de alterações orçamentais dos serviços com autonomia administrativa e financeira, informa-se V. Ex.^a que Sua Excelência o Sr. Secretário Regional da Saúde tomou conhecimento da nona alteração orçamental de 2016 dessa instituição, a 23 de dezembro de 2016.”

Deputado Francisco César (PS): Tomou conhecimento!

Deputado André Bradford (PS): Já estamos a chegar lá!

O Orador: Tomou conhecimento. Portanto, por aqui não teríamos ainda, digamos assim, a anuência do Sr. Secretário.

Mas, estranhamente, temos, depois, o orçamento ordinário com essa alteração, com a nona alteração orçamental assinado pelo Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Para tomar conhecimento!

O Orador: Portanto, há aqui anuência.

Se quiserem e se tiverem prova documental do contrário, façam-nos chegar.

Peço à Sra. Presidente que distribua os documentos que eu aqui tenho, por todos os Srs. e Sras. Deputadas, e se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ou o Governo Regional tiverem prova de contrário, desafio que apresentem também os documentos que tiverem em sua posse.

Quanto à carta que foi ou que está a ser agora distribuída pelos Srs. e Sras. Deputadas e que foi entregue pelo Sr. Presidente do Governo Regional, uma carta que foi dirigida pelo médico que fazia parte do anterior Conselho de

Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, essa carta (eu ainda não a li, ainda não tive acesso, mas pelo que o Sr. Presidente descreveu, pelo menos, descreveu uma parte da carta), não estamos mais do que perante a prova provada do *modus operandi* da política aqui, na nossa Região.

Deputado Francisco César (PS): Não, não! É a prova provada de como o Governo atua!

Deputado André Bradford (PS): É a prova provada de que não há ingerências!

O Orador: Ou seja, alguém, para ser nomeado para um conselho de administração, quer de uma unidade de saúde, quer mesmo de uma empresa pública, tem que prestar vassalagem absoluta e cega ao Governo Regional, ...

Deputado Francisco César (PS): É exatamente o contrário!

O Orador: ... caso contrário, terá de se haver com o Partido Socialista. E aqui é que entra a tal lógica, completamente errada, de a Região é o partido, neste caso o Partido Socialista, e o Partido Socialista é a Região e não há aqui distinção. O problema é esse e só esse, da parte da ingerência, é a confusão absoluta entre o que são cargos de nomeação política, que, de facto, são, e a obrigação que há de vassalagem cega àquele que é o partido que apoia o Governo Regional.

E também não me surpreende que as pessoas, outrora nomeadas, que começam a fugir àquelas que são as diretrizes do Governo Regional, acabam por sofrer na pele...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... represálias e acabam por ser dispensadas. Esse é o *modus operandi* que toda a gente conhece aqui na Região, é uma não novidade. E agora atestada, comprovadamente atestada, comprovada por uma carta que explica como é que tudo funciona.

Deputado André Bradford (PS): Como funcionava, mas não funciona e o problema é esse!

O Orador: E esse *modus operandi* já está tão intrincado no modo de vida e no relacionamento que existe entre o Partido Socialista e a administração pública que é tido como natural, as pessoas nem se apercebem e assumem uma lógica que é completamente contrária à vida democrática. E é isso que esta carta que vai circular entre os Srs. e as Sras. Deputadas demonstra; essa carta demonstra essa lógica completamente errada que não deve imperar na nossa Região.

Obrigado, Sra. Presidente.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados!

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

(Aparte inaudível)

O Orador: E, se for necessário, cá estaremos!

... Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que vos confessar que antes do início deste debate eu e o líder parlamentar conversávamos e pensávamos que havia a possibilidade da oposição liderada pelo PSD retirar o debate, face aos novos dados que vieram a público. E porque é que, grosso modo, nós tiramos esta conclusão? Vamos fazer um pequeno exercício.

Deputado Marco Costa (PSD): Pensavam que assustavam! Já lá vai o tempo!

Deputado Paulo Parece (PSD): Brincalhão!

O Orador: Imaginemos que há uma direção de uma unidade de saúde de ilha constituída por militantes do Partido Socialista ou por simpatizantes, alguns com mais de 30 anos de militância, essa direção da unidade de saúde de ilha é extremamente contestada por todos os partidos da oposição, nomeadamente do PSD, que, por diversas vezes, critica o péssimo serviço da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, que diz que a saúde pública preocupa no Pico, que o Governo faz cortes cegos na saúde do Pico, que a saúde do Pico pode colapsar, tudo referente a uma determinada direção de uma unidade de saúde de ilha, com militantes do Partido Socialista. Sim, a oposição do PSD estava muito indignada.

Imaginemos que, por absurdo, esta direção de militantes do Partido Socialista se resolve aumentar. Não, o vencimento deles, de três mil e poucos euros, não era suficiente; teríamos que ter um vencimento na ordem de sete mil euros por mês,...

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é o que menos conta neste momento!

O Orador: ... repito, sete mil euros por mês. E não satisfeitos, exigiam ao Governo que lhes fosse repostos cerca de, pelo menos, em um dos casos, 80 mil euros.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Sabe quanto tempo a maior parte dos açorianos tem que trabalhar para conseguir obter 80 mil euros?

Continuemos.

Imaginemos, por absurdo, que o Governo dos Açores mantinha a confiança nessa direção, que, por acaso, tem militantes do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é uma manobra de diversão!

O Orador: O que é que diria a oposição nesta Câmara?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O que é que diria o PSD depois de tanta e tanta contestação a essa Unidade de Saúde da Ilha do Pico?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Pois bem. Eu imagino o que é que diria o PSD.

Mas há algo que nós sabemos. Nós sabemos o que é que o Governo dos Açores disse sobre esta matéria e disse “Não!”,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... disse “Não! Nós não mantemos a confiança política, sejam eles militantes do Partido Socialista, sejam eles militantes de qualquer outra força política”.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Abusos, nem que sejam ao nível da ética política, mesmo que legais, nós não aceitaremos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E foi isso que aconteceu.

Mas esta oposição liderada pelo PSD o que é que preferiu fazer? Preferiu ouvir, e já estamos na realidade, uma direção de uma Unidade de Saúde da Ilha do Pico que só começou, por acaso, a falar a partir do momento em que foram exonerados.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O que é extraordinário!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso, Sr. Deputado!

O Orador: E chegaram aqui...

Deputado Luís Maurício (PSD): Falso! Por isso é que os senhores não os querem ouvir!

O Orador: ... chegaram a este Parlamento e vieram dizer o seguinte: “Nós confiamos nas palavras dos responsáveis da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, nós confiamos nas palavras dos responsáveis da Unidade de Saúde da Ilha do Pico. Grandes médicos, grandes pessoas”. Imaginemos, um deles, até há um artigo do Sr. Deputado do PSD, António Vasco Viveiros, que é quase laudatório do currículo de um dos responsáveis...

Deputado André Bradford (PS): É mesmo laudatório!

O Orador: ... da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, até é diretor clínico do Hospital Dona Estefânia. Pasmese!

Quando confrontada a responsável do Hospital Dona Estefânia, disse, “Não, não! Esse senhor, por acaso, não é diretor clínico”, é de uma coisa muito diferente, não é de um cargo de nomeação. Bom, e os senhores não desconfiaram?

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso! Totalmente falso!

O Orador: Não acharam minimamente estranho que o primeiro dado não batesse certo?

Mas bom, os senhores mantiveram a confiança nestes responsáveis, que acusavam, depois de terem sido exonerados por terem recebido indevidamente ou, pelo menos, de uma forma não ética mais 80 mil euros e aumentaram-se a si próprios por um ordenado mensal de sete mil euros, os senhores continuaram a acreditar neles.

Mas pasme-se a incoerência das Sras. e dos Srs. Deputados da oposição, nomeadamente do PSD, que quando se descobre que nas palavras dos próprios responsáveis da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, numa carta dirigida ao Sr.

Presidente, se queixavam porque, afinal, havia falta de ingerências do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Está escrito!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não foi isso! Isso é falso! Não é isso que lá está escrito! Seja politicamente sério!

O Orador: Os senhores diziam, “Bom, nós vamos fazer como a guerra de Raúl Solnado:...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... às segundas, quartas e sextas, nós acreditamos...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso!

O Orador: ... naquilo que diz a Unidade de Saúde de Ilha, quando não nos convém, nós não acreditamos”.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados do PSD, a coerência da vossa parte justificava-se aqui se os senhores dissessem assim: “Eu tanto acreditei nos senhores quando eles acusaram das ingerências como continuo a acreditar nos senhores quando eles, afinal, dizem que não há ingerências nenhuma”.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sobre essa matéria, o Partido Socialista o que vos diz é o seguinte: nós temos orgulho num Governo que quando vê matérias que fogem à ética, que fogem à legalidade, depois de mais de 20 anos de governação, não tem qualquer tipo de problema em exonerar para repor a situação. Pena tenho que alguma oposição, com menos de dez anos de mandato, não tenha conseguido perceber que é preciso verificar os factos antes de acusar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, lamentar a ausência do Sr. Presidente do Governo, que fez um conjunto de afirmações, falou numa carta e agora não é possível colocar-lhe um conjunto de questões.

Deputado André Bradford (PS): Está a ser distribuída a carta!

Deputado Luís Maurício (PSD): Vai ser distribuída às cinco da tarde!

O Orador: De qualquer das formas...

Mas é preciso colocar-lhe uma série de questões. Portanto, de alguma forma, prejudica, obviamente, o debate, porque um dos oradores avançou com dados, o Presidente do Governo, e não é possível,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo está aqui, Sr. Deputado!

O Orador: ... agora, colocar um conjunto de questões ao Presidente do Governo.

De qualquer das formas, vou fazer apenas duas referências muito rápidas.

O que nós temos aqui é uma purga que foi realizada dentro do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Agora é uma purga!

O Orador: Foi uma purga que foi realizada dentro do Partido Socialista. Eu vi o Sr. Deputado Dionísio Maia, o Sr. Deputado André Bradford, o Sr. Deputado Francisco César atuarem aqui e realizarem um conjunto de acusações gravíssimas, mas que não têm a coragem e a frontalidade de o fazerem em

Comissão de Assuntos Sociais, em frente às pessoas que estão a acusar de falta de ética e que estão a acusar de cometerem factos, de cometerem crimes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Chama-se cobardia! Cobardia!

O Orador: Os senhores não têm frontalidade, os senhores não têm a coragem política de confrontar as pessoas que estão aqui a queimar publicamente, os senhores estão aqui a utilizar um conjunto de argumentos absolutamente populistas no sentido de apresentarem não apenas à opinião pública aquilo que está em questão, que são estes vencimentos, mas eu quero ver é que ações legais os senhores desenvolveram...

Deputado Marco Costa (PSD): Zero!

O Orador: ... para, de facto, reaverem essas verbas no caso de elas não serem legais.

Depois, dizia o Sr. Deputado, “Há uma grande diferença entre legalidade e ética”, dizia o Sr. Deputado Francisco César. Eu pergunto: mas qual é? A ética não é pagar aquilo que está previsto, de acordo com a lei? Qual é a diferença entre a ética e a lei?

Deputado André Bradford (PS): Não está previsto, como diz o parecer!

O Orador: Qual é a diferença entre a ética e a lei? Eu digo-lhe o seguinte. A lei é a ética e a ética é a lei. E o que lhe quero dizer...

(Diálogo entre os Deputados Luís Maurício e André Bradford)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O que vos quero dizer, e termino já, meus senhores, é que a posição do PPM, neste debate e neste processo, é muito simples: é ouvir todas as partes, é ouvir o contraditório, é ouvi-los, Vs. Exas., colocarem essas acusações diretamente, cara a cara, com os ex-administradores da Unidade de Saúde da Ilha do Pico. Isso é o que nós procuramos; procuramos o contraditório,

procuramos a verdade, procuramos que os senhores tenham a coragem de realizar essas afirmações em frente aos ex-administradores da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e só assim, com contraditório, confrontando as diversas menções que aqui foram realizadas é que é possível apurar a verdade e apurar, do ponto de vista político, as responsabilidades.

E, meus senhores, há aqui um processo.

Deputado André Bradford (PS): Sabe onde é que se apuram as responsabilidades políticas? É numa comissão de inquérito!

O Orador: A culpa para que este processo se prolongue é porque os senhores querem silenciar de forma absolutamente antidemocrática os ex-administradores, aliás, colocando-lhes um conjunto de ameaças públicas...

Deputado André Bradford (PS): Ameaças!?

O Orador: ... até por parte do Sr. Presidente do Governo, em que o objetivo é que os senhores retirem as acusações que efetuaram enquanto é tempo, porque senão as responsabilidades serão muito graves e nós destruimos-vos completamente a vida, nós destruimos completamente a vida. É isso o que os senhores estão aqui a fazer.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está para lá de Bagdad!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente,...

(Aparte inaudível)

O Orador: Damos também! Falamos mais baixinho!

... Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, eu tenho imensa pena de lhe dizer isto, com todo o respeito e consideração que tenho por si, mas o senhor foi politicamente desonesto.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor quando quer acusar a oposição de forma *ad hoc* reunir e considerar isso uma atitude antidemocrática está a julgar-se a si próprio e à sua bancada, porque antidemocrática foi a vossa atitude de não querer ouvir o contraditório no local onde devia ter sido ouvido, a Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Manuel Pereira (PS): Peça uma comissão de inquérito!

O Orador: Esse é que tinha sido o local...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é que é a via democrática!

O Orador: ... e que os senhores não quiseram ouvir.

Exerceram de forma musculada a vossa maioria e quiseram, apenas e só, ouvir uma das partes.

Queria também, Sr. Deputado Francisco César, reafirmar aquilo que naquela carta está por distribuir. Há uma convivência clara, assumida pelo anterior titular da saúde do Governo Regional anterior relativamente à interpretação das remunerações dos membros do Conselho de Administração. Se os senhores não concordavam com ele, tinham que explicar; agora, há uma convivência clara do Dr. Luís Mendes Cabral com aquilo que o Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico fez.

Deputado Francisco César (PS): Coitado! Sempre atrás dele!

O Orador: Foi isso que os senhores, em relação àquela carta, não disseram e que está ali escrito.

Deputado André Bradford (PS): O senhor conhecia aquela carta?

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não me diga que conhecia aquela carta! O senhor conhecia aquela carta? Eu já lhe pergunto!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, não brinquemos com as palavras, ...

Deputado Francisco César (PS): Ninguém aqui brincou!

O Orador: ... nem façamos jogos de semântica.

O Centro Hospitalar de Lisboa Central tem um conselho de administração próprio, um Presidente, a Professora Ana Escoval, que deve conhecer pessoalmente, o Professor António Sousa Guerreiro, que é o Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Lisboa Central, e mais um conjunto de vogais.

Deputado André Bradford (PS): Conheço esses médicos todos!

O Orador: Estão na net!

O Centro Hospitalar de Lisboa Central congrega seis hospitais: o Hospital Dona Estefânia, o Hospital Curry Cabral,...

Deputado Miguel Costa (PS): Não precisa dizer!

O Orador: ... de Santa Marta, dos Capuchos, Maternidade Alfredo da Costa. Todos esses hospitais têm um diretor clínico. Esse diretor clínico tem a designação, no caso do Centro Hospitalar de Lisboa Central, de Diretor Clínico Adjunto, por quê?

Está aqui! Oh, Sr. Deputado, Diretor Clínico Adjunto.

Deputado Francisco César (PS): Nós também temos!

O Orador: Adjunto por quê? Porque sendo responsável ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... por toda a coordenação da atividade clínica, neste caso, do Hospital Dona Estefânia, coordena com o Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Lisboa Central, neste caso, o Professor Sousa Guerreiro.

Deputado André Bradford (PS): É o adjunto!

O Orador: Aliás, o Hospital Dona Estefânia tem também uma enfermeira Diretora Adjunta, tal e qual com as mesmas funções em termos de similitude de funções, que é a Sra. Enfermeira Palmira Silva.

Portanto, é falso que o Sr. Professor Luís Nunes não seja diretor clínico; ele é Diretor Clínico do Hospital da Estefânia, reporta ao Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Lisboa Central e é Adjunto desse Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Lisboa Central. Não é verdadeiro aquilo que V. Exa. acabou de dizer e é preciso que se coloque a verdade onde ela deve ser colocada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente,...

(Diálogo entre os deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sr. Secretário, faça favor!

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário está no uso da palavra, agradeço que façam silêncio.

O Orador: Eu gostaria de entrar nesta fase do debate para prestar alguns esclarecimentos que penso que são oportunos. E começaria pela intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes, que colocou a questão e deu a resposta de imediato e tem na sua posse as provas daquilo mesmo que queria para a resposta, ou seja, quer o que eu disse em comissão, quer voltei a afirmar, hoje, aqui, foi que, efetivamente, no dia 23 de dezembro, tomei conhecimento, como está nesta carta de 27 de dezembro, relativamente à alteração orçamental. Esta alteração orçamental referente ao mês de outubro é uma alteração orçamental entre rúbricas, que é da exclusiva responsabilidade dos conselhos de administração, tal como vem definido, quer no orçamento da região de 2016, que reporta para o Decreto-Lei 71/95, que define as competências das alterações orçamentais. Como tal, foi por ter tido conhecimento do texto que o Sr. Deputado fez o favor de ler que despoletamos todos esses processos e foi a partir daí que pusemos em causa esta mesma alteração orçamental, que legitimou uma alteração de vencimentos que consideramos que não é legal.

E não é legal por quê? Há uma carta do Conselho de Administração de 2015 com dúvidas relativamente à interpretação do tal dito despacho onde estão fixadas as remunerações dos membros do conselho de administração. Se fosse legal e não houvesse dúvidas, não tinham pedido parecer.

Mas o parecer que é pedido e que já aqui, hoje, foi citado é um parecer que não tem a ver com a Presidente do Conselho de Administração e as suas remunerações; o parecer tem a ver com a questão de um médico e o parecer é claro quando diz, relativamente à questão do tempo completo das 35 horas versus as 42 horas, sendo este último aplicável apenas aos médicos das carreiras médicas da clínica geral e hospitalar. E termina dizendo que só é admissível e apenas como mero ponto de referência a remuneração do cargo do vogal por um médico. E é este o parecer da Direção Regional da Saúde, de abril, que levou a uma interpretação abusiva relativamente à Presidente do Conselho de

Administração, que não era médica. E, como tal, não decorre da lei que o vencimento fosse aquele que eles decidiram realizar a partir de outubro, porque se fosse, não tinham pedido um parecer e o parecer é claro a dizer que apenas se refere na situação de ser um médico, tal como o despacho foi realizado em 2004, na altura onde o Presidente, quer da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, quer de São Jorge eram médicos.

Portanto, relativamente a essa situação, Sr. Deputado, penso que ficou esclarecido e a partir daí, tal como questionou o Sr. Deputado Paulo Estêvão, temos feito todos os esforços efetivos e vamos continuar a fazer para que as verbas sejam devolvidas.

Também foi dito aqui e posto em causa que não estavam em causa 80 mil euros de retroativos. É verdade! Não eram 80 mil euros, eram 81 mil 374, 87, referente a 40 meses, desde 2013; a atualização de três subsídios de férias e 40 meses de subsídio de Natal, na proporção mensal que aí era devido. Foi este o valor que foi pago em outubro à Presidente do Conselho de Administração, como retroativos, em termos brutos, como é óbvio, relativamente à sua remuneração.

E, como tal, Srs. Deputados, assim que o Governo Regional teve conhecimento desta situação, atuou e corrigiu, tanto que para os dois novos presidentes, quer da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, quer da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge, esta situação foi passada a ser completamente clara.

Relativamente ao que tem vindo a ser dito sobre o novo cargo de direção do Sr. Dr. Luís Nunes, oxalá que assim seja, que se venha a confirmar que, efetivamente, ele é diretor clínico, tem um cargo de chefia ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Está aqui!

O Orador: ... no hospital, porque, se assim for, é melhor para a Região porque ele vai ter que devolver a indemnização que recebeu,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas afinal é diretor clínico ou não?

O Orador: ... porque as indemnizações são calculadas pela diferença entre um cargo de chefia...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O cálculo das indemnizações que os ex-vogais do conselho de administração tiveram direito e que o Sr. Dr. Luís Nunes, em público, assumiu que tinha recebido 40 mil euros quando recebeu, efetivamente, brutos 26 mil euros, é calculado pela diferença entre o cargo que exercia na altura e o cargo que vinha a exercer posteriormente e, como tal, se, efetivamente, se vier a verificar que, afinal, ele também continua num cargo de chefia, ele vai ter que devolver essa indemnização.

Mas essa indemnização foi calculada, então, com base em quê? Não foi pelo livre arbítrio do novo Conselho de Administração; foi questionado o hospital onde o Sr. Dr. Luís Nunes está a exercer. E a resposta que foi dada pela área de gestão de recursos humanos do hospital é que, “De acordo com a informação facultada telefonicamente [que houve que acelerar o cálculo para não haver qualquer dúvida relativamente à nossa vontade de pagar aquilo que o Sr. Dr. tinha acesso]...”, repito, “De acordo com a informação facultada telefonicamente, informamos que o Sr. Dr. Luís Manuel de Almeida Nunes não assumiu a direção clínica do Hospital Dona Estefânica ou qualquer outro cargo de dirigente”.

Com isto apenas quero dizer, Srs. Deputados,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual é a data?

O Orador: Sr. Deputado, posso dizer a data?

(Pausa)

Sr. Deputado, no final de maio, o Sr. Dr. Luís Nunes veio a público dizer que era diretor clínico, certo?

Vamos às datas, então. No final de maio...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado, só estou a dizer que oxalá que seja verdade, porque assim a Região será ressarcida de verba que foi paga indevidamente.

No final de maio,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que é que isto tem a ver com a atitude do Deputado Miguel Costa? A verdade é que ele foi apanhado! Devia ter vergonha!

O Orador: ... veio a público que o Sr. Dr. Luís Nunes tinha sido nomeado diretor clínico e foi a partir daí... Os senhores também, variadíssimas vezes, repetiram essa situação. Este e-mail é de 27 de junho de 2017.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente:

Não estando aqui, repito, mais uma vez, o Sr. Presidente do Governo, a quem teria todo o gosto em responder às palavras que me dirigiu e, portanto, eu hei de responder ao Sr. Presidente do Governo,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo está aqui, Sr. Deputado!

O Orador: ... se ele vier cá, hoje, e, aliás, demonstra bem o respeito que o Sr. Presidente do Governo tem pela oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Oh!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sr. Deputado Bradford, estamos na época da pós-verdade em que uma mentira muitas vezes repetida se torna verdade e devo esclarecer-lhe uma coisa a si, ao Sr. Deputado Bradford, ao Sr. Deputado Dionísio Maia o seguinte. O PS não inviabilizará nenhuma comissão de inquérito, porque não pode, porque ela pode ser potestativa.

Deputado André Bradford (PS): Sugeri uma comissão de inquérito!

O Orador: Os senhores mentem descaradamente na opinião pública, mentem. O PS não inviabiliza uma comissão de inquérito. Diz o senhor no comunicado. Não tem nada que inviabilizar, se for potestativa, os senhores levam com ela e ponto final parágrafo. Portanto, nem sabem o que dizem ou dizem com maldade para desinformar os eleitores. Só há duas leituras.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, é o senhor que diz, é o senhor que escreve no seu comunicado e é o Deputado Dionísio Maia que escreve no seu artigo, hoje ou ontem (vi no jornal). Portanto, a comissão, se for potestativa, é potestativa.

Oh, Sr. Secretário Regional, quando brigam...

Oh, Sr. Deputado Bradford, eu provo-co-lhe sempre alguma erisipela quando falo, não é? Porque o senhor não se cala. É uma coisa impressionante, é uma reação, é epidérmica.

Deputado André Bradford (PS): Tem razão e peço desculpa!

O Orador: Não tem nada que pedir desculpa. Está desculpado.

Agora, oh, Sr. Secretário Regional, vamos lá a ver se a gente se entende. Se brigam as comadres, descubrem-se as maldades,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... isso está tudo tratado. Que eram todos amigos, camaradas, apoiantes, subscritores da lista, da honra, de desonra, etc., isso é tudo a mesma cambada. Tudo!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Cambada?! Oh, Sra. Presidente!

Deputado Domingos Cunha (PS): Respeito!

O Orador: Cambada! Cambada, quem é desonesto,...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... os senhores é que dizem que são desonestos,...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... que não cumprem a lei, que roubam, que vão para o tribunal, etc., etc..

Portanto, Sr. Secretário, de quem era o Governo em outubro de 2016? Quem é que autorizou esse pagamento? De quem era o Governo em outubro de 2016? Não era do Partido Socialista?

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Eles é que autorizaram!

O Orador: Não era desse Presidente? Não era deste grupo parlamentar?

Deputado Francisco César (PS): Era o Governo dos Açores! Para nós é Governo dos Açores!

O Orador: Não há Governo dos Açores, há Governo Regional dos Açores, estatutariamente e constitucionalmente. O Governo dos Açores é uma prepotência vossa.

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, de quem era o Governo em outubro de 2016? É essa a pergunta que o senhor tem que responder.

Se estavam a cometer ilegalidades, se foi em cima, se têm que recuperar dinheiro, com certeza, agora, a pergunta é por que é que não se fez antes. Essa é que é a questão, por que é que não se fez antes, se tomou conhecimento em dezembro de 2016, o que é que andou a fazer este tempo todo?

Mas aqui a questão, que eu, depois, quero falar com o Sr. Presidente do Governo, se ele tiver a delicadeza de aqui vir e os camaradas rosas que se nomeiam e desnomeiam, etc., isso para mim não me interessa. Os açorianos já sabem, eles têm medo, a sociedade açoriana tem medo, eles não querem ir nas listas porque têm medo de ser perseguidos. Mas isso é a conversa que o Sr. Presidente do Governo vai ouvir a seguir, se vier respeitar esta Casa e vier aqui dentro, ainda hoje.

Deputado André Bradford (PS): A partir de agora, quando o senhor não estiver é falta de respeito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pede a palavra para? Um protesto?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tendo em conta os termos utilizados pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário. Dispõe de três minutos.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra porque não é admissível, não são admissíveis os termos que o Sr. Deputado Artur Lima utilizou na intervenção que acabou de fazer referindo-se a ‘cambada’ quando se referia ao Partido Socialista e ao Governo. Não é aceitável que no debate político que temos neste Parlamento se utilize esse tipo de termos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Todos temos a obrigação de qualificar a democracia e de, portanto, não nos comportarmos, neste Parlamento, utilizando essa terminologia.

Deputado André Bradford e Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Eu percebo que a manhã esteja a correr muito mal ao CDS e aos proponentes deste debate; eu percebo que estejam incomodados porque conseguimos provar, ao longo da manhã, que a oposição e o CDS não têm razão, mas não é aceitável que o Sr. Deputado Artur Lima use o termo que utilizou,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque, Sr. Deputado Artur Lima, nenhum membro deste Governo, e posso afirmá-lo, nenhum deputado do Partido Socialista é menos sério ou menos qualificado para desempenhar cargos políticos na nossa Região do que o senhor e a bancada do CDS-PP.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Secretário Regional:

Há uma expressão, uma cantiga, “Vamos lá cambada, todos à molhada”, é o que está a passar aqui, Sr. Secretário.

(Burburinho geral)

O Orador: Está tudo à molhada. Os senhores, a administração pública, a administração pública e os senhores. E cambada, Sr. Deputado, já que quer, é uma expressão coloquial,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Peça desculpa!

O Orador: ... que não quer ofender ninguém...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Diz aqui!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: É um grande conjunto de pessoas, coisas! É a definição.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É uma grande quantidade de pessoas!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Peça desculpa e sente-se!

O Orador: Sra. Presidente, se eu puder acabar!

Oh, senhor, quem tem que pedir desculpa são os senhores pelo atropelo à função pública, à ética, à deontologia,...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem que se limitar ao contraprotesto!

O Orador: ... à política, à seriedade e pelo espetáculo que estão aqui a dar.

E vou dizer-lhe. Nós somos tão pequeninos que não temos dimensão para cambada, porque é um grande conjunto de coisas ou pessoas, na sua definição. Não temos ainda definição para cambada, talvez os senhores já tenham.

Deputado André Bradford (PS): São mini cambada!

O Orador: Agora, Sr. Deputado, tudo à molhada. É o que está aqui em causa, é uma promiscuidade entre o Governo, a administração pública, o Grupo Parlamentar, é a promiscuidade absoluta e isso é lamentável em democracia, leva as pessoas a terem medo, leva as pessoas a terem receio,...

Presidente: Sr. Deputado, tem que se limitar ao contraprotesto!

O Orador: ... e a prova, hoje, é toda a promiscuidade que aqui existiu entre Partido Socialista, Governo, administração pública, listas de candidatos,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Peça desculpa e sente-se! Ficava melhor!

O Orador: ... é tudo uma promiscuidade. Está tudo ao molhe, está tudo à cambada, Sr. Deputado. Digo e repito.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Peça desculpa e sente-se!

Presidente: Sr. Deputado!

Bem, nós vamos para almoço. Antes disso vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Sras. e Srs. Deputados, nós ainda não terminámos os nossos trabalhos, por isso agradeço que se mantenham em silêncio, porque terão agora pelo menos duas horas para conversarem entre si.

Sr. Secretário, o favor de anunciar os tempos.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Governo Regional tem 7 minutos e 26 segundos; o Partido Socialista, 11 minutos e 14 segundos; o PSD, 9 minutos e 29 segundos; o CDS-PP, 9 minutos e 2 segundos; o Bloco de Esquerda, 4 minutos e 47 segundos; o PCP, 5 minutos e 19 segundos; e o PPM, 2 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15 horas para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

A Mesa ainda tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós começámos este debate ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E ainda não acabámos!

O Orador: ... com acusações de que nós constituíamos (nós, Partido Socialista e o Governo) uma entidade persecutória que controlava, que queria manietar os nomeados políticos e estamos nesta fase acusados de sermos todos uma cambada de compinchas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ora bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Camaradas!

O Orador: Portanto, verifico que com o andar do debate as coisas mudam. Na oposição muda a argumentação, perdem-se as razões e começa-se a mudar o discurso em função daquela que ainda é uma réstia de esperança de que este debate chegue a algum lado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim! Há de chegar!

O Orador: O Sr. Deputado Luís Maurício na intervenção anterior, num tom de grande indignação, disse, referindo-se ao teor do email do Sr. Deputado Miguel Costa: “Mas isto não tem duas interpretações: é aplique-se a lei. Nós aplicaríamos a lei.”

Pois, Sr. Deputado Luís Maurício, vou dar-lhe um exemplo claro de que o seu partido também não aplica a lei.

A Junta de Freguesia de São Caetano, que é no Pico, que é do PSD, cuja presidente é funcionária da Câmara da Madalena, beneficia do mesmo tipo de licença e de isenção que se estava a falar no caso para a USI e não é cobrada ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é legal!

O Orador: Agora é legal?

Mas afinal é legal quando são os outros partidos e é ilegal quando é o PS?

Mas afinal é uma ingerência quando é o PS e depois é legal quando é o PSD?

Afinal é inaceitável quando se trata de autarcas do PS e depois é aceitável quando se trata do PSD?

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é outra coisa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano na Madalena do Pico trabalha na Câmara Municipal, tem isenção e nunca foi cobrada à Junta de Freguesia de São Caetano o valor correspondente ...

Deputado Miguel Costa (PS): E bem!

O Orador: ... e nós não achamos isso mal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema não é esse!

O Orador: Até porque o que a lei diz é que existe a possibilidade de se cobrar, mas é preciso ser exercida. Não manda cobrar.

Portanto, o que nós estamos a defender é um costume que se sempre se praticou nesta Região. É um costume que se aplica às juntas de freguesia de todos os partidos. É um costume que tem sido respeitado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é um costume para fazer listas?!

O Orador: ... por entidades geridas pelo PSD, entidades geridas por nomeados do PS.

Portanto, é um costume que sempre foi praticado por todos em benefício de todos.

E quem são todos? Os autarcas, o poder local, em benefício da carreira daqueles que se dedicam à defesa das suas freguesias, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): E são dispensados entre a meia noite e oito da manhã!?

O Orador: ... em benefício da disponibilidade do poder local.

Eu não acredito que os presidentes de junta do PSD queriam que isso fosse executado no seu caso.

Portanto, Sr. Deputado, não vale a pena vir parecer sério quando o nosso partido segue exatamente a mesma política, pratica exatamente o mesmo tipo de isenções.

Portanto, a sua indignação deve começar por casa, devia ter começado pelos seus autarcas e pelos seus presidentes de junta e depois então falaríamos.

Aliás, devo dizer também que me choca um pouco essa postura de que o aumento de ordenado decidido pelo Conselho de Administração não é relevante. Não vamos perder tempo com isso.

Então para que é que vamos aqui perder tempo com alguém ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Aos senhores é que dá jeito ir por aí!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que se lembrou de se aproveitar de um despacho que é feito para o pessoal médico para se aumentar para sete mil euros e nós vamos para aqui perder tempo com isso. Isso é uma irrelevância! Quer dizer, sete mil euros mês ... Isso tem alguma importância?

Alguém que decidiu que, em função disso, em relação ao tempo que estava para trás, devia receber de mão beijada oitenta e tal mil euros ... Vamos perder tempo com isso?

Mas os senhores porque é que hão de perder tempo com isso?

Mas eu sei porque é que os senhores têm essa postura, eu sei porque é que os senhores insistem nessa questão.

Se admitissem que essa prática não é adequada, que essa prática lesa o erário público, se admitissem isso, desvalorizavam os vossos denunciantes, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... aqueles com quem os senhores andam sempre acompanhados. Já ninguém ia acreditar em nada do que eles dissessem. Portanto, para manter a credibilidade dos seus delatores os senhores não querem falar disto, mas isto é o que se tem de falar, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é que vos dá jeito!

O Orador: ... porque isto é que é relevante e demonstra a postura que nós temos enquanto governação de 20 anos nos Açores.

Termino, por agora, com outro facto que me custa muito a perceber.

Os senhores levaram os últimos três anos (inclusivamente alguns dos Srs. Deputados do PSD eleitos pelo Pico que estão cá sentados) a dizer que a Unidade de Saúde da Ilha do Pico tinha um comportamento cínico e maldoso, que desmantelavam o sistema de saúde no Pico sem que a Unidade de Saúde fizesse nada, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso são *fait divers*!

O Orador: ... que encerravam valências no Pico sem que a Unidade de Saúde fizesse nada, que a gestão era completamente descabida e agora, afinal, são os maiores amigos dos anteriores responsáveis pela Unidade de Saúde de Ilha.

Mas acha que alguém no Pico vai perceber como é que os senhores classificavam a administração anterior de incompetente e agora acham que são as melhores pessoas do mundo ...

Deputado Marco Costa (PSD): Percebem! Isso é o que o senhor queria!

O Orador: ... e faziam um trabalho notável?

Lembro-me de uma coisa, porque simbolicamente teve muita relevância.

O Sr. Deputado (na altura deputado) Lizuarte Machado, eleito pelo PS no Pico, foi a uma comissão desta Casa, a propósito de uma petição sobre a saúde no Pico, dizer que esta administração (aquela que saiu) da Unidade de Saúde da Ilha do Pico tinha que ser analisada por três pressupostos: era inexperiente, era insensível e era incompetente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Nem o Dr. Luís Nunes lá estava!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eles estão a ver se te protegem pela vergonha que os fizeste passar!

O Orador: O PSD do Pico citou estas declarações por diversas vezes, regozijou-se publicamente por haver alguém no PS que não gostava daquela administração do conselho de ilha do Pico.

Regozijou-se, fez um elogio enorme ao Sr. Deputado Lizuarte Machado e agora são esses mesmos dois senhores que estão sentados ali atrás, naquela bancada, sem terem dito absolutamente nada neste debate.

Os picoenses vão fazer o juízo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, ou mentiram a V. Exa., o Hospital da Estefânia, ou V. Exa. não falou a verdade.

Deputado Francisco César (PS): Ah, falou, falou!

O Orador: Ora, eu tenho aqui e vou pedir, Sra. Presidente, para que seja distribuída a toda a câmara, uma circular do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Central, precisamente a circular n.º 164 de 26 de maio, que diz assim: “Nomeação de diretor clínico adjunto do Centro Hospitalar de Lisboa Central, Hospital Dona Estefânia.”

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mentiu, Sr. Secretário!

O Orador: Como eu expliquei de manhã, o Centro Hospitalar de Lisboa Central é composto por seis hospitais, tem um Conselho de Administração próprio com um diretor clínico e todos os diretores clínicos das restantes unidades são adjuntos do diretor clínico do Centro Hospitalar.

Diz a circular informativa: “Para os devidos efeitos, informa-se que na sequência da aposentação da Sra. Dra. Micaela Serelha, o Conselho de Administração em reunião de 25 de maio de 2017 deliberou nomear o Sr. Prof. Dr. Luís Manuel de Almeida Nunes, assistente graduado sénior de genética médica, como diretor clínico adjunto ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Adjunto!

O Orador: ... do Centro Hospitalar do Hospital Dona Estefânia.”

Deputado Francisco César (PS): Ele disse que era Diretor Clínico!

O Orador: Não! Os senhores trocam a semântica.

“O Conselho de Administração, António Sousa Guerreiro.”

Oh, Sr. Secretário Regional, é ou não o Prof. Dr. Luís Nunes diretor clínico do Hospital Dona Estefânia?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Adjunto!

O Orador: V. Exa. a exemplo do que tinha feito em comissão parlamentar não falou a verdade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mentiu!

O Orador: Não falou a verdade em comissão parlamentar quando disse que jamais cederia a pressões de deputados do Partido Socialista ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): E mentiu nessa altura!

O Orador: ... e voltou a mentir agora. Ou então enganaram-no, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): E voltou a mentir agora!

O Orador: ... dizendo que o Prof. Luís Nunes não era diretor clínico do Hospital Dona Estefânia e que nem sequer tinha sido nomeado, era uma pessoa de uma estrutura intermédia.

Em que é que ficamos, Sr. Secretário: foi o senhor que mentiu ou enganaram-no?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Na comissão mentiu!

O Orador: Está aqui um documento oficial que vou pedir à Sra. Presidente para distribuir a toda a câmara.

Deputado Francisco César (PS): Ali também está!

O Orador: Sr. Deputado Miguel Costa, o senhor não se sente incomodado, não se sente envergonhado com o incómodo que provocou na sua bancada, fazendo com que a sua bancada tivesse tido a necessidade de criar uma cortina fumo, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... justificando uma atuação que é condenável da sua parte ...

Deputado André Bradford (PS): Ah, nós é que justificámos!

O Orador: ... de fazer pressão sobre o Conselho de Administração para que determinado tipo de situações fossem decididas a favor dos seus amigos e de militantes e de simpatizantes do Partido Socialista?

Deputado Miguel Costa (PS): Não é do meu partido!

O Orador: V. Exa. não se sente incomodado e envergonhado pelo contexto que aqui provocou nesta câmara, fazendo com que a sua bancada criasse, repito, uma cortina de fumo para esconder aquilo que são as suas responsabilidades, Sr. Deputado?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Miguel Costa (PS): Fui eu!?

O Orador: Sr. Deputado Miguel Costa, perdoe-me que lhe diga ...

Deputado Miguel Costa (PS): Está mais calmo agora!

O Orador: ... e desculpe-me que cite o que lhe vou citar: quem pôs em causa o erário público, a ética, a moralidade e o bom nome do Conselho de Administração foi V. Exa., ...

Deputado Miguel Costa (PS): Fui eu que ganhei 7 mil euros!? O senhor sente-se!

O Orador: ... que pressionou o Conselho de Administração por diversas vezes desde 2014 de modo a tomar posições que fossem ao encontro de V. Exa. e das pessoas que você depende no Partido Socialista, fazendo com que o Sr. Secretário Regional da Saúde tenha invertido as decisões do Conselho de Administração.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Venha a esta câmara justificar, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Miguel Costa (PS): Fui eu que levei 7 mil euros para casa!?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registo aqui que o Sr. Presidente do Governo fez a sua intervenção, entregou uma cartinha, nós não vimos a cartinha e ele foi-se embora.

Portanto, Sra. Presidente, onde é que está a cartinha que o Sr. Presidente do Governo entregou para a gente ler?

Já que o Sr. Presidente não está, a cartinha talvez nos fizesse algum jeitinho para a poder ler.

Segundo ponto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo está aqui, Sr. Deputado!

O Orador: Presunção e água benta cada um toma a quiser.

Eu quero falar com o Presidente do Governo. Se o senhor acha que substitui o Presidente do Governo, parabéns.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo está aqui!

O Orador: Relativamente ao resto, Sr. Deputado André Bradford, eu vou dizer-lhe o seguinte e Sr. Deputado Francisco César.

Várias vezes, com todo o respeito e consideração, o CDS decide pela sua cabeça.

O CDS não hesitou um momento quando, pelo lado da justiça, esteve do lado do PS a votar nesta Casa.

O CDS não hesitou um momento quando, pelo lado da justiça, esteve ao lado do PCP a votar nesta Casa.

O CDS não hesitou, nem por um segundo, quando votou iniciativas do Bloco de Esquerda.

Votamos pela nossa consciência, por aquilo que achamos certo, e estamos colocados na defesa dos açorianos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Nós fazemos a mesma coisa!

O Orador: Portanto, essa conversa do Sr. Presidente do Governo e a sua não cola.

Devo dizer-lhe que agora quando está em causa ...

O que eu quero saber é se o Sr. Presidente do Governo tem dois pesos e duas medidas: por um lado, a exigência máxima ...

Eu não me vou meter na cortina de fumo entre camaradas, que antes eram amigos, estavam na lista de honra de uns, estavam na lista de honra dos outros, isso é camaradagem, portanto, os camaradas que se entendam. É camaradagem!

Deputado José San-Bento (PS): É a cambada! Já não é cambada!

O Orador: O que me interessa são as expressões ilegítimas, ilegais, o abuso de função de titular de cargo de órgão político do Sr. Deputado Miguel Costa que pede prebendas para si e para o Partido Socialista e sobre isso o Sr. Presidente do Governo não fez uma única referência. Porque terá sido?

Porque terá sido que o Sr. Presidente do Governo não se referiu à pressão ilegítima que o Sr. Deputado Miguel Costa fez sobre um Conselho de Administração?

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade! Ele falou de ingerências!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo devia aqui dizer que teve mão firme perante uma administração que prevaricou, mas não teve mão firme perante um deputado do seu partido que prevaricou. É isso que o Presidente do Governo não fez e veio aqui com dois pesos e duas medidas para exatamente proteger os camaradas que lhe interessam. Os que já não lhe interessam, são descartáveis; os que interessam é para proteger.

Mas estamos cá nós para denunciar mais uma vez o Sr. Deputado Miguel Costa que “peço, por isso, que reconsiderem este assunto, até porque neste momento isto terá implicações diretas na constituição de listas.”

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que vergonha! Como é que estás sentado ainda aí?

Deputado Miguel Costa (PS): É verdade, sim, senhor!

O Orador: O que é que os senhores querem mais grave do que isto? O que é isto?

Isto passa-se em mais algum partido?

Isto passa-se na administração pública regional?

É isto que o Sr. Presidente do Governo não referiu, foi-se embora e abandonou o debate.

Mas há mais! Porque o Sr. Deputado Miguel Costa a seguir diz: “Caso seja uma orientação superior [ou seja, do Sr. Secretário Regional da Saúde] agradeço que me informes [camarada] para junto de quem de direito tratar diretamente do assunto.”

Os camaradas falam para tratarem do assunto. Qual é o assunto?

É beneficiar o Partido Socialista, as listas do Partido Socialista, o processo eleitoral do Partido Socialista?

Deputado José San-Bento (PS): Já foi explicado!

O Orador: Isso é corrupção, sim senhor!

Isso é e configura crime!

Deputado André Bradford (PS): Vou ter que fazer um protesto!

O Orador: Crime de abuso de poder, Sr. Deputado.

Faça o protesto que o senhor quiser!

Está aqui escrito o que os senhores fizeram, o que aquele senhor fez e os senhores estão a assinar por baixo.

Isso é que é lamentável e por isso a democracia bateu no fundo quando para fazer listas para órgãos autárquicos é pressionado um órgão da administração pública com autonomia administrativa e financeira.

Deputado Duarte Freitas (PSD) e Deputada Graça Silveira (CDS-PP):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para uma intervenção.

Presidente: Sendo assim terei que pedir que aguarde, uma vez que o Sr. Secretário Regional da Saúde já estava inscrito.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Sr. Secretário está no uso da palavra.

Sr. Secretário, por favor.

O Orador: Pedi a palavra para intervir por breves instantes para dizer ao Sr. Deputado Luís Maurício e também ao Sr. Deputado Duarte Freitas que, de dedo em riste, me acusava de ter mentido, que me poderão acusar daquilo que entenderem, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Na comissão, é verdade!

O Orador: ... de eu ser incompetente, de eu ter tido má escola, seja lá daquilo que acharem que devem atacar um membro do Governo Regional. Agora, de mentir, Srs. Deputados, é que não me vão acusar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ficou provado! O senhor mentiu na comissão!

O Orador: Sr. Deputado, não menti na comissão.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor disse que tinha ingerências!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Srs. Deputados, não menti.

Na comissão foi-me questionado pelo Sr. Deputado Jorge Jorge se eu tinha conhecimento de pressões ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Então mentiu!

O Orador: Disse que não tinha conhecimento.

Como é que eu menti, Sr. Deputado?

O meu email é completamente claro. Eu tive conhecimento no dia 28 de dezembro daquele email. Foi nessa data que eu tive conhecimento ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu não sei é se o Sr. Presidente vai manter um Secretário que mentiu na comissão!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, se me permite, o âmbito da minha intervenção era relativamente à questão que o Sr. Deputado Luís Maurício referiu de eu ter mentido relativamente à questão do cargo do senhor ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está provado que mentiu!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, eu queria informar que vou disponibilizar à Mesa para distribuir por todos o email que li há pouco, que me foi dado conhecimento no dia a seguir à nossa ...

Sr. Deputado, eu tive o cuidado ...

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: Sra. Presidente, assim não consigo falar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os apartes são regimentais!

O Orador: Não estão a ouvir-me. É só isso!

Eu há bocadinho tive o cuidado, Sr. Deputado Luís Maurício, de não pronunciar se o Dr. Luís Nunes era ou não diretor clínico.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem mente em comissão não devia ter cargo político!

O Orador: Até referi que se o for, ou seja, se tiver um cargo de chefia, (e eu fiz essa menção), se for um cargo de chefia ...

O que se entende por um cargo de chefia é um cargo que é remunerado como tal e eu tive o cuidado de dizer que se assim for (e oxalá que o seja para bem do Sr. Dr. Luís Nunes) que a Unidade de Saúde da Ilha do Pico terá de rever a questão da indemnização, porque conforme a lei prevê se ele continuar a exercer um cargo deve devolver as verbas pelas quais foi compensado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pois, isso está certo!

O Orador: Eu li (porque a Unidade de Saúde da Ilha do Pico tem de ter documentado o cálculo da indemnização) um email da área de gestão de recursos humanos do Centro Hospitalar de Lisboa Central. Foi isto que eu li.

Se isto está errado é a informação do hospital central.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu quero é que o senhor negue o que aqui está!

Deputado Francisco César (PS): Vai receber uma medalha!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor está preocupado com as minhas medalhas?

Deputado Duarte Freitas (PSD): E com a mentira que ele disse na comissão?

O Orador: Sr. Deputado, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados!

Srs. Deputados!

O Sr. Secretário vai me dar licença.

Srs. Deputados, quando os documentos forem distribuídos naturalmente que todos terão tempo para fazer a análise dos mesmos.

Agora, peço-vos que possamos ter as condições necessárias para que o debate

...

Srs. Deputados, vamos acabar com esse debate paralelo, porque se querem conversar entre vós, vamos fazer um intervalo, conversam e depois voltamos para fazer o debate.

Vamos fazer o debate com condições para o fazer. Não vão andar a discutir entre bancadas assuntos que são paralelos àquilo que se está agora a debater.

Os documentos estão a ser distribuídos neste momento, todos aqueles que já deram entrada na Mesa da Assembleia e peço-vos que façam silêncio para que o Sr. Secretário possa continuar a sua intervenção.

Sr. Secretário, faça o favor.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Deputado Luís Maurício, com todo o respeito que temos um pelo outro, eu li um email enviado do Centro Hospitalar de Lisboa Central e tive o cuidado de dizer que se de facto não estiver correto a Unidade de Saúde da Ilha do Pico terá de corrigir a questão da indemnização, mas isso não me foi dito pela Unidade de Saúde de Ilha do Pico, não fui eu que inventei, foi um email recebido pelo Centro Hospitalar de Lisboa Central. Ponto final.

Se isto está errado havemos de corrigir.

Agora, eu não menti, porque isto é um email oficial do Centro Hospitalar de Lisboa Central da área de gestão de recursos humanos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E na comissão?

O Orador: Eu fazer o favor de chegar à Sra. Presidente.

Sobre a comissão, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Como lhes disse, e os senhores têm acesso pelos vistos (eu tenho acesso a um documento oficial, os senhores têm acesso não sei como, mas imagino), no dia 28 de dezembro tive conhecimento deste email e da leitura que faço deste email daqui não me decorre qualquer pressão política ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor é tão ingénuo!

O Orador: Sr. Deputado, daqui não existe qualquer pressão política neste email. Apenas verifico que a Unidade de Saúde da Ilha do Pico informa o Sr. Deputado que pretende tomar uma determinada posição e até se oferece para ter uma reunião com ele.

A minha resposta é simples.

Eu não tive acesso a nenhum email a não ser este de que estou a falar. Portanto, não posso mentir sobre uma coisa que não tive conhecimento.

Apenas, informo a Sra. Presidente que a prática que existe desde 1987 não existe nenhuma entidade pública que alguma vez tenha cobrado esta situação. O que eu disse e apenas me referi foi que se no Serviço Regional de Saúde nenhuma Unidade de Saúde de Ilha está a aplicar isso, não se deve aplicar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para um intervalo regimental, para a cartinha nesta meia hora.

Presidente: Sr. Deputado, posso informar que os documentos já foram distribuídos pela GD e estão a ser fotocopiados para entregar aos líderes.

Vamos fazer então um intervalo.

Regressamos às 16 horas e 05 minutos.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 06 minutos.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conto que esta seja a minha última intervenção no debate e faço-o porque me parece que é preciso, é útil, para os açorianos, que se volte a recentrar o debate naquilo que realmente é relevante.

Do nosso ponto de vista, nós estamos perante uma situação que sendo de manhã mais discutível por parte da oposição, a esta hora já me parece consensual, tanto é que a oposição evita a todo o custo falar nela. Na origem do problema está um aumento de ordenado, decidido pelos próprios, de cinco mil para sete mil euros, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Isso nem sequer está na agenda!

O Orador: ... com direito a retroativos de 80 mil euros. Portanto, com isso a governação do PS, com isso a maioria do PS não pactua e por causa disso é que nós estamos neste debate.

Porque se nós tivéssemos pactuado, se nós tivéssemos feito aquilo que a oposição pelos vistos acha que se devia ter feito, este assunto não se colocava, porque os administradores de então nunca antes haviam levantado nenhum tipo de questões, como ingerências, pretensas ingerências e fraudes e outras coisas semelhantes e, portanto, só o fizeram a partir do momento que souberam que não iam ser reconduzidos.

Há, contudo, uma questão que também tenho que voltar a ressaltar.

Os Srs. Deputados da oposição, e particularmente o PSD, depois do almoço centraram baterias no Sr. Deputado Miguel Costa.

O esforço de manhã não correu assim tão bem e, portanto, agora vamos atirar a matar, escolher um alvo e fazer um filme.

Pois a melhor maneira de demonstrar que aquilo que o Sr. Deputado Miguel Costa fez é o normal exercício da sua missão de deputado de ilha é dada pela própria ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para tudo! A gente tem de tomar nota disso: é o normal exercício da sua missão de deputado de ilha!

O Orador: ... carta que os membros do Conselho de Administração decidiram escrever ao Sr. Presidente do Governo e que ...

O Sr. Deputado quer que eu pare para tomar nota ou posso ir falando ao mesmo tempo?

Deputado Duarte Freitas (PSD): É o normal exercício da sua missão de deputado de ilha!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado André Bradford está no uso da palavra.

O Orador: Se quiser a gente para todos, o senhor toma nota ...

Dizia eu que a resposta está na própria carta que os ex-membros do Conselho de Administração enviaram ao Sr. Presidente do Governo.

Quando se diz que e vou citar: “O Conselho de Administração esforçou-se por manter uma ligação estreita com as estruturas do Partido Socialista da ilha, muito em particular com os Srs. Deputados ao Parlamento regional”.

Quando se diz seguidamente e vou citar de novo: “Este diálogo nunca foi fecundo e no geral o Conselho de Administração reteve desinteresse e falta de apoio das estruturas partidárias e dos representantes do Partido Socialista.”

Deputado Francisco César (PS): Isso já não interessa para nada!

O Orador: Portanto, um Conselho de Administração que se queixa de que o Partido Socialista não deu o apoio suficiente, não esteve suficientemente presente, não esteve solidário com o Conselho de Administração, não esteve disponível para articular com o Conselho de Administração, não pode ser um Conselho de Administração que acha que há ingerências na sua gestão quando

um deputado do Partido Socialista coloca alguma questão ao Conselho de Administração. Portanto, há aqui uma contradição insanável que os Srs. Deputados do PSD continuam a não querer ver, porque não querem desistir desta empresa que montaram contra um só deputado desta Casa.

Vou terminar com a questão que me parece ser relevante.

Fui acusado, fomos nós, mas em particular eu de ter receio do esclarecimento desta matéria.

Pois, os primeiros a sugerir que se fossem às últimas consequências com esta matéria fomos nós. Foi o Partido Socialista que disse: “Mas então façam uma comissão de inquérito. Mas então se os senhores têm essas dúvidas todas sobre a responsabilidade política que é preciso assacar; se os senhores acham que o Sr. Deputado Miguel Costa agiu de forma indevida; se os senhores acham que há ingerências na ação do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico; se os senhores acham que há provas irrefutáveis de que a atuação do Sr. Deputado foi desadequada, que a atuação do Governo foi desadequada e que a única entidade que agiu bem neste processo foi o Conselho de Administração; se os senhores acham que é preciso contraditório; se acham isso tudo, porque é que se dedicam a fazer reuniões não oficiais, porque é que se dedicam a fazer debates de urgência, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Reuniões não oficiais? Mas os senhores impediram a audição!

O Orador: ... em que não está presente o outro lado da história?

Porque é que não partem para uma comissão de inquérito?

Porque é que não fazem uma comissão de inquérito?

Porque é que não explicam aos açorianos porque é que não querem uma comissão de inquérito?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os senhores façam potestativamente!

O Orador: Ou será que isto tem muito mais interesse se não for esclarecido?

Ou será que da vossa parte dá muito mais jeito que isto continue assim na espuma das coisas, num bocadinho de jornais e um bocadinho na rádio, um bocadinho em debate e um bocadinho em reuniões?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminarei, Sra. Presidente.

É que se realmente o objetivo é esclarecer, então sejam consequentes, então deem consequência à vossa indignação, então vão até às últimas consequências.

Deputado Luís Maurício (PSD): Deixe o Conselho de Administração ir à Comissão de Assuntos Sociais!

O Orador: Façam uma comissão de inquérito e o Partido Socialista cá estará para participar de forma empenhada nessa comissão de inquérito.

Agora fingir que se quer esclarecer e não agir consequentemente é uma incoerência que os açorianos saberão também julgar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gastar dinheiro do erário público!

Deputado André Bradford (PS): Fazer comissões de inquérito é gastar dinheiro?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Todos nós tivemos finalmente acesso à carta que foi referida e em parte citada pelo Sr. Presidente do Governo.

Através de uma leitura mais ou menos na diagonal que eu fiz da carta, uma carta longa, esta carta, e não só esta carta, mas todos os elementos que compõem todo este imbróglio, isto faz-me lembrar, em boa parte, claro que sempre de forma mais refinada todo este processo, um episódio mais ou menos recente da nossa realidade política nacional, mais do lado *b* da nossa realidade política nacional e certamente que as Sras. e os Srs. Deputados dever-se-ão recordar, daquele que foi um episódio de um partido português que ainda alinha na lógica de que o partido é o estado e o estado é o partido e que houve um dirigente desse partido que foi, digamos, mais do que exonerado, foi expulso do partido pelo que era até então considerado, outrora considerado, o grande educador da classe operária.

Neste caso, e fazendo o paralelismo com este episódio, o grande educador da classe operária parece que está desse lado e os seguidores dos grandes educadores estão espalhados pelos vários órgãos, empresas públicas, unidades de saúde de ilha que vão tentando seguir aquelas que são as diretrizes emanadas dos grandes educadores da classe operária, neste caso o Partido Socialista.

A dúvida que paira, a suspeição que fica sempre é de que porventura se os antigos membros do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico tivessem acatado todas as diretrizes e instruções do Governo Regional e se em vez de um diálogo (que era aquilo que o Conselho de Administração pretendia ter com as estruturas do Partido Socialista) o que houve foi uma imposição de uma vontade (é o que fica aqui subentendido), havendo a imposição dessa vontade e a vontade não sendo acatada, mas se fosse acatada quase que certamente os antigos membros da Unidade de Saúde da Ilha do Pico ficariam com os 81 mil euros e isto nunca teria sido um problema e não estaríamos aqui a falar sobre isso.

O problema foi que afinal os ex-membros da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, se calhar, dececionaram-se um bocado com os grandes educadores da classe operária ...

Deputado André Bradford (PS): Não dececionaram nada! Digo qual foi a deceção deles!

O Orador: ... e viram que as coisas não funcionavam se calhar da forma mais democrática. Por isso foram penalizados e penalizados como?

Levantaram então o problema, porque afinal não houve ...

Agora o Governo Regional acaba por tirar-lhes o tapete debaixo dos pés e por assumir afinal aquilo que não foi assumido, ou seja, não houve anuência por parte do Governo Regional para que os próprios membros do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico pudessem aumentar os seus próprios ordenados.

Deputado André Bradford (PS): Felizmente não houve!

O Orador: Se tivessem acatado todas as diretrizes, se calhar, não estaríamos aqui a falar deste assunto e eles teriam embolsado os 81 mil euros. Essa é a suspeita que fica.

Deputado Mónica Rocha (PS): Suspeita!?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Portanto, se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e também o Governo, através do Sr. Secretário Regional da Saúde, que em comissão considerou que não tinha nada a esconder e por isso mesmo se fosse por sua vontade seria ouvida a outra parte, o certo é que o Sr. Secretário não conseguiu de certa forma sensibilizar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para que ouvissem a outra parte.

Portanto, cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque ainda vai a tempo de ouvir em comissão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Ora aí está! Mas eles não querem! Está tudo tão esclarecido!

O Orador: ... o antigo Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico para esclarecermos toda esta sequência de episódios antes que isto acabe num folhetim, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... semelhante àquele folhetim político infeliz de um partido que, na minha opinião, já não existe e que é liderado agora por um grande educador da classe operária.

Só espero que o Governo Regional não se arrogue aqui como o grande educador da classe operária nos Açores.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de cerca de dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

(Diálogo entre os Deputados André Bradford e Luís Maurício)

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Eu tenho aqui a carta e devo dizer-vos que esta carta ainda me deixou mais preocupado em relação às questões que estamos aqui a analisar, porque esta carta, quando alguém diz, “Quando convidados para integrar a comissão de honra da candidatura do Dr. Vasco Cordeiro, os três membros da Comissão de Administração...”...

(Diálogo entre os Deputados André Bradford e Luís Maurício)

O Orador: Sra. Presidente!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, deixe-me fazer esta intervenção. Já não tem tempo, mas deixe os que ainda têm tempo realizarem as suas intervenções.

O que é importante é dizer, quando alguém diz, “Um dos membros do Conselho de Administração é, aliás, membro do Partido Socialista acerca de 30 anos”, portanto, quando há este tipo de referências, isto é um ofício enviado pelo Conselho de Administração e este tipo de referências é feito abertamente.

Deputado André Bradford (PS): Conselho de Administração demitido!

O Orador: E isto demonstra o que é que está instalado na administração regional e a convivência entre o Partido Socialista, a ligação entre o Partido Socialista e o Conselho de Administração e como é que os conselhos de administração agem, com medo e têm que mostrar o seu cartão de militância. Portanto, os senhores só apresentam esta carta em retaliação,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é mentira!

O Orador: ... porque não há pior inimigo, já dizia o Churchill, do que aquele que se senta ao nosso lado, já dizia o Churchill para um deputado novato, “Não, não! O inimigo senta-se aqui ao nosso lado”, e esta carta demonstra bem que o inimigo se senta bem ao vosso lado. Porque há informação, tornada pública, do email, os senhores respondem com algo também muito grave que é este ofício.

Deputado André Bradford (PS): O que é que é muito grave?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Qual é o ofício?

O Orador: E, portanto, estas questões, quer o email que foi remetido e que foi tornado público por parte do Sr. Deputado que o fez, quer este ofício

referenciando ligações partidárias e ligações entre o Partido Socialista e o Conselho de Administração...

(Aparte inaudível do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

O Orador: ... fazendo estas referências, e eles dizem, “Bom, nós estamos muito contentes”, por quê? Porque os senhores os obrigaram a dispensar os trabalhadores que eles não queriam dispensar. É assim que eu interpreto.

Além disso, com referências...

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a defendê-los!

O Orador: ... a intrusões permanentes em relação a concursos que são efetuados. Isto é uma matéria da maior ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Faça uma comissão de inquérito!

O Orador: Esta matéria é uma matéria gravíssima e perante esta situação o que é que o Partido Socialista diz?

Presidente: Srs. Deputados!

Deputado André Bradford (PS): Faça uma comissão de inquérito!

O Orador: Sra. Presidente, é que eu não consigo...

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenha calma!

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado conclua muito brevemente, porque, aliás, já esgotou o seu tempo, apesar da Mesa lhe ter dado tolerância.

O Orador: Termino, Sra. Presidente. É que foi difícil, estes dois minutos.

Reconheço isso, Sra. Presidente, mas foi muito difícil, porque tenho sido interrompido constantemente, nesta última intervenção.

Quero terminar só referenciando o seguinte.

Perante esta informação, algum parlamento do mundo, algum parlamento democrático impediria que estes ex-membros do Conselho de Administração fossem ouvidos no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais?

Deputado André Bradford (PS): A gente não está a impedir!

O Orador: E diz o Sr. Deputado André Bradford: “Não, não! Os senhores podem criar uma comissão de inquérito!”. É evidente que o podem, mas só podem fazer uma vez. Eu só posso subscrever um pedido de realização de uma comissão de inquérito uma vez ao longo da legislatura e ainda estamos no início da legislatura e eu acho que ainda virão coisas muito mais graves...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não precisa subscrever!

O Orador: ... no futuro e, portanto, quero reservar, de facto, essa possibilidade e analisar convenientemente esta questão.

Aliás, meus senhores,...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... deixo-vos com este repto, para terminar. Quem não deve não teme.

Deputado André Bradford (PS): Por isso é que nós queremos uma comissão de inquérito!

O Orador: Se os senhores não temem, deixem os ex-membros do Conselho de Administração ir à Comissão de Assuntos Sociais. Quem não deve não teme, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Nós não tememos nada!

Presidente: O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Excelentíssima Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo e os Deputados do Partido Socialista apresentam-se aqui envergonhados...

(Apartes inaudíveis de diversos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... e vergonha é o mínimo que se exige quando patrocinam esta forma de estar na política. A autonomia regional merece muito mais do que isso.

Deputado André Bradford (PS): Qual forma?

O Orador: O Deputado Miguel Costa teve os procedimentos que ficaram aqui provados e quando vemos um Governo e toda uma bancada do Partido Socialista a tentar camuflar,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... estamos muito mal na democracia regional.

Portanto, passaram-se, se calhar, vão ser relatados, de futuro, muitos mais atos que envergonham todos os eleitos por tentar politizar sistematicamente os atos da governação regional.

Deputado André Bradford (PS): Isso é ameaça?

O Orador: Portanto, podem...

O senhor não deixou o seu deputado falar, agora, deixe-me a mim!

... calar alguns açorianos durante algum tempo, mas de certo que não vão conseguir calar todos durante todo o tempo.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente:

A falta de respeito e talvez a galhofa, se me permite a expressão, com que o Sr. Deputado Bradford está ali a brincar, este tempo todo, com a comissão de inquérito, o Sr. Deputado está a galhofar...

Presidente: Sr. Deputado, sabe que, neste momento, o PS não tem mais tempo. Agradeço que não faça interpelações diretas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E nós sabemos por que é que não têm mais tempo!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu já, várias vezes, estive aqui sem tempo, disseram o que tinham para dizer e sabe o que é que me aconteceu? Ouvi.

Portanto, Sr. Deputado Bradford, fica-lhe mal estar aí a galhofar com a comissão de inquérito. Eu não posso fazer uma comissão de inquérito, não temos deputados para isso. Ponto final parágrafo.

Deputado André Bradford (PS): Encoste-se ali aos seus amigos!

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo!

Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: O que eu quero registar nesta questão é que, perante a ingerência, a intervenção, a manipulação da administração pública, que, aliás, isto leva a deduzir que é comum em todo o lado e, aliás, tudo indica que sim. Temos registos de funcionários que são pressionados para não fazer isto ou aquilo, que são pressionados para irem aos eventos do Partido Socialista,...

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... quando há eventos do Partido Socialista. Funcionários públicos. É verdade, é! Não tenho cuidado nenhum! São pressionados e o senhor sabe.

Deputado José San-Bento (PS): Acorrentados! Oh, Sr. Deputado, isso é mentira!

O Orador: Portanto, são pressionados para irem a eventos do Partido Socialista.

E o que é relevante aqui é que, Sr. Deputado Miguel Costa, eu esperava que se viesse aqui defender, mas não: entrou mudo...

Deputado José San-Bento (PS): Julguei que fossemos todos uma cambada!

O Orador: Não! É uma câmara política, Sr. Deputado, onde somos políticos e devemos respeito uns aos outros, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Ah, isso é verdade!

O Orador: E perante isto que aqui está, o Sr. Deputado Miguel Costa entrou mudo e saiu calado.

Portanto, presumo que diz que continua a pressionar, a ter ingerência e o Presidente do Governo concorda com a atitude do Deputado Miguel Costa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Criticou aqui a administração, seus camaradas e seus amigos, como são tratados na carta, aliás, é assim que se tratam, como amigos e como camaradas nas cartas que são trocadas, Maria para baixo, Maria para cima, Vasco para baixo, Vasco para cima, enfim, portanto, camaradas e amigos, Sr. Deputado, são os senhores.

Deputado André Bradford (PS): Como é que o senhor trata o Presidente da Câmara das Velas?

O Orador: E o Sr. Presidente do Governo ao não sancionar minimamente a atitude do Deputado Miguel Costa está a sancionar aquilo que pode configurar, aquilo que não deve ser, que é a ingerência na função pública, que é manipular a função pública, que é mover influências a favor de atos eleitorais, é obter

vantagem eleitoral ilegítima, que é o que aquele senhor fez e o que o Sr. Presidente do Governo sancionou.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Dá vontade de rir! Esta sua declaração é cómica!

O Orador: E, portanto, a autonomia bateu no fundo! A autonomia bateu no fundo com este Partido Socialista.

Sr. Deputado San-Bento, o senhor devia ter-se inscrito e vir ao debate.

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo.

Deputado José San-Bento (PS): Era um aparte, Sra. Presidente!

O Orador: Eu tenho que responder, às vezes, porque incomoda tanto. Sabe uma coisa? O ridículo...

Deputado José San-Bento (PS): Dá vontade de rir!

O Orador: A pessoa é ridícula uma vez, até passa, agora, quando o ridículo é repetido, incomoda.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente, é verdade! Concordo!

O Orador: E, Sr. Deputado José San-Bento, eu já lhe disse que para si há uma linha...

Presidente: Sr. Deputado, por favor!

O Orador: ... abaixo da qual eu não desço.

Presidente: Vamos tentar não pessoalizar o debate!

O Orador: Eu não desço abaixo da linha e ao seu nível.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não consegue chegar ao nível da água!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao seu nível, não!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS, hoje, aqui, teve a intenção de desviar o debate daquilo que era essencial, que era debater o tráfico de influências e as ingerências no Conselho de Administração da USIP. É isso que está na agenda de trabalho, não é a avaliação do Conselho de Administração da USIP.

A atuação do Conselho de Administração, do ex-Conselho de Administração foi criticada por mim e continuaria a ser criticada por mim, aquilo que foi feito na altura, continuaria a ser criticado por mim. Não é isso que está aqui. Quem disse bem do Conselho de Administração foi o Deputado Miguel Costa, que, aqui, em março, veio trazer os números todos da saúde no Pico. Pelos vistos, mudou de opinião, de março até julho.

Sobre as entrevistas do Deputado Lizuarte Machado, eu também tenho aqui umas muito engraçadas, se quiserem que eu cite algumas partes, também tenho aqui em meu poder.

Eu, na comissão, fiz duas perguntas diretamente ao Sr. Secretário. A primeira era se o Dr. Luís Nunes tinha sido convidado a permanecer como médico no Pico, foi-me dito que não. O Sr. Secretário já disse, por várias vezes, e disse hoje, que também nas outras ilhas não existe pediatras. Ora, ficamos a saber pelo Deputado Domingos Cunha que até no Conselho de Administração da...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e PSD)

O Orador: Sra. Presidente, eu peço que o tempo seja...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, é a segunda vez que vos chamo a atenção, agradeço que permitam que os deputados que estão no uso da palavra o possam fazer nas devidas condições.

Sr. Deputado Jorge Jorge, faça o favor de continuar.

O Orador: Portanto, perante a minha pergunta sobre se o Dr. Luís Nunes tinha sido convidado a ficar, foi dito que não, claramente. O Deputado Domingos Cunha, inclusivamente, esclareceu que nos quadros da USIP até existe, desde 2003, um lugar para pediatra, portanto, não ficou, era muito fácil o médico Luís Nunes ter ficado ao serviço da USIP...

Deputado Domingos Cunha (PS): Não era, não, senhor!

O Orador: ... e ao serviço das crianças do Pico.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não era muito fácil!

O Orador: Segunda questão. Perguntei ao Sr. Secretário se tinha tido conhecimento de ingerências por parte dos políticos do PS do Pico no Conselho de Administração da USIP; o Sr. Secretário disse-me que não, que não tinha conhecimento.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mentiu!

O Orador: Oh, Sr. Secretário, perante os mails que são conhecidos e que foram conhecidos *a posteriori*, eu acho que o Sr. Secretário tinha conhecimento e, como tal, acho que todos devemos tirar uma conclusão, a começar pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, é que o Sr. Secretário não tem condições de continuar no cargo depois do que afirmou na comissão...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mentiu numa comissão!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... e do que os mails vieram a mostrar.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Pausa)

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente:

A interpelação vem exatamente nesse sentido do ‘Sras. e Srs. Deputados’. Todos nós aqui temos nome e pertencemos a um partido. Eu não quero interferir na condução dos trabalhos, mas eu acho que quando a Sra. Presidente... O que passa lá para fora é que são ‘Sras. e Srs. Deputados’. Quando for para mim, a senhora, faz favor, diga, “Sr. Deputado Artur Lima, comporte-se”; quando o barulho for do PSD, a senhora diga, “Srs. Deputados do PSD, comportem-se”; quando for dali, a mesma conversa, porque isso de ‘Sras. e Srs. Deputados’ e todos comerem pelo mesmo quando estão aqui caladinhos, não pode ser, porque levamos todos pela mesma tabela, no meu fraco entender, e aqueles senhores ainda não se calaram de estarem ali a mandar bocas.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores têm nome!

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado Artur Lima, já terminou?

O Orador: Aqueles senhores, obviamente que é de deputados que eu estou a falar!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Artur Lima está a fazer uma interpelação à Mesa!

O Orador: Está a ver?

Aqueles senhores, depois, não se calam. E, portanto, obviamente que são Srs. Deputados, é assim que a gente se está aqui a referir.

Talvez, não sei, mas não cabe nesta minha intervenção a observação que ia fazer ao Sr. Deputado Francisco César...

Presidente: Não cabe!

O Orador: ... e pelo respeito que tenho por ele, não a vou fazer.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, fica registada a sua interpelação.

Esta é a minha forma de chamar à atenção à Câmara, lamento é ter que a fazer, porque o ideal era que todos nós soubéssemos estar num Plenário e dignificar esta Câmara. Lamento é ter que o fazer. Esta é a minha forma de o fazer e vou mantê-la até ao final da legislatura, mas fica registada a sua interpelação.

Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Luís Maurício, para uma intervenção?

Tem a palavra. Dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate que agora está a terminar foi conduzido pelo Partido Socialista para o canto que mais lhe dava jeito, o canto do populismo, da condenação de uma auto remuneração dos ex-membros do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas o senhor concorda ou não concorda? É isso que ficou por esclarecer!

O Orador: Fugiram daquilo que não lhes interessava: a interferência política dos deputados do Partido Socialista na condução dos trabalhos do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... no não reconhecimento das influências que o Sr. Deputado Miguel Costa agiu e fez sobre o Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, estimulando ao não cumprimento da lei, dispensando funcionários e pondo em causa a gestão dos recursos públicos na Unidade de Saúde da Ilha do Pico e a qualidade da prestação ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas o senhor concorda ou não concorda com o aumento do ordenado?

O Orador: ... de saúde aos doentes da unidade.

O senhor interferiu, ficou provado, defendeu interesses partidários acima dos interesses dos doentes, dos utentes do Serviço Regional de Saúde e dos doentes e dos utentes, em particular, da ilha do Pico.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo para este debate.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário, pede a palavra para se inscrever no debate?

Dispõe de cerca de dois minutos.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência das últimas intervenções, só para, na nossa opinião, recentrar a origem disto tudo.

Como é óbvio, a origem disto tudo está na questão da remuneração que foi aumentada...

Deputado Marco Costa (PSD): A saúde do Pico está pior!

O Orador: ... pelo Conselho de Administração em outubro, numa altura em que a Presidente estava em gestão e, como tal, nem isso o deveria ter feito, e nós chamámos à atenção, corrigimos o problema e isto é que é o relevante deste debate, porque, efetivamente, independentemente daquilo que veio, hoje, a público, através da carta,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem mente numa comissão!

O Orador: ... em que em março,...

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Fui eu! Disse que o Sr. Secretário mentiu em comissão!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Secretário, faça o favor de continuar.

O Orador: ... numa altura em que o Conselho de Administração estava a prever que não iria continuar, fez uma carta onde disse variadíssimas vezes que eram militantes e simpatizantes do Partido Socialista. Isto, para nós, para mim, é completamente irrelevante, quer seja a questão do currículo, quer seja a questão da militância, o que interessa é que cometeram uma ilegalidade e, como tal, não foram renomeados...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... e exonerados do seu cargo.

O Secretário Regional da Saúde não mentiu,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Se fizessem o que o Miguel Costa mandou, estava tudo bem! O Luís Cabral é que aprovou!

O Orador: ... o Secretário Regional da Saúde, em comissão, todas as afirmações que fez foram baseadas em factos, tal como as que, aqui, hoje, proferiu.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Só para finalizar e relativamente àquilo que o Sr. Deputado Jorge Jorge disse, eu já, na altura, tive oportunidade de ler um excerto do próprio esclarecimento da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e relativamente ao facto do Dr. Luís Nunes poder ou não continuar no Pico, é o próprio comunicado que diz, e cito: “Este médico foi colocado na Unidade de Saúde da Ilha do Pico para desempenhar uma função em comissão de serviço, que, ao terminar, obriga a apresentar-se no seu hospital”.

Deputado Luís Maurício (PSD): Logo no dia seguinte! Havia *over booking!*

O Orador: Isto é o próprio Conselho de Administração que disse.

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor ainda não arranjou solução!

O Orador: E, como tal, Srs. Deputados, fica esclarecido. Eu reafirmo tudo o que disse até agora e não menti, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que fica claro é que mentiu! Quem mente numa comissão não tem lugar numa bancada do Governo!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Por muito que lhe custe, eu não menti.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem mente numa comissão parlamentar não pode estar no Governo e o senhor mentiu!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Esgotaram o vosso tempo, é da vossa responsabilidade.

A Mesa pergunta se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente:

Vou ler, mais uma vez, para os açorianos, o email do Sr. Deputado Miguel Costa ao Conselho de Administração: ...

Deputado Miguel Costa (PS): Não vou fazer como os senhores fazem!

Deputado Paulo Parece (PSD): É como o Sr. Presidente do Governo!

O Orador: ... “Peço, por isso, que reconsiderem este assunto até”...

(Burburinho geral)

O Orador: Continuo como aqui vim!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... “porque, neste momento, isso terá implicações diretas na constituição das listas para esses órgãos autárquicos, que, por princípio, já não é fácil encontrar gente disponível.

Deputado André Bradford (PS): E é verdade!

O Orador: Caso seja uma orientação superior, agradeço que me informes para junto de quem de direito tratar diretamente do assunto.”

Sr. Secretário da Saúde,...

Deputado Miguel Costa (PS): Leia o resto!

Deputado Paulo Parece (PSD): Está com vontade de falar! É pena não o terem deixado falar!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, tenho estado aqui calado!

E, portanto, isto configura, Sra. Presidente, vantagem eleitoral para um partido, vantagem política para um partido, vantagem política para um deputado e, portanto, configura abuso de poder e tráfico de influências. É disso que se trata e que o Presidente do Governo, o Partido Socialista sancionam o tráfico de influência, o abuso do poder para benefício do Governo, do Partido Socialista e do deputado do Pico. É isso que se trata, mais nada do que isto. Resume-se a isto. Ponto final parágrafo.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e CDS-PP)

Presidente: A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Deputado Artur Lima disse que o PS sancionava o tráfico de influências.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sancionar a prática de tráfico de influências é crime.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do CDS-PP e PSD: Exatamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! A poiado!

O Orador: Portanto, vamos falar como homens grandes, Sr. Deputado. Gente grande!

Acusar politicamente alguém de praticar um crime é irrelevante, é inconsequente.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Dizer aqui que nós praticamos crimes é inconsequentemente.

Dizer no tribunal que nós praticamos crimes é consequente.

Portanto, Sr. Deputado, seja um homenzinho. Vá com isso tudo ao tribunal.

Ponha o PS em tribunal. Ponha toda a gente em tribunal. Seja consequente.

Faça uma comissão de inquérito. Apure as responsabilidades políticas que nós estamos lá para dar a cara, para dar esta face e a outra face, mas seja consequente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para um contra protesto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, o senhor foi desonesto na sua intervenção.

Desonesto porque me pediu para fazer uma comissão de inquérito quando o

senhor sabe que o Grupo Parlamentar do CDS não pode fazer. Isso é desonestidade política e intelectual.

Deputado André Bradford (PS): Mas com o Sr. Deputado Paulo Estêvão já pode!

O Orador: Não me interrompa, que eu não o interrompi. Ouvi-o calado.

Desonestidade política e intelectual!

Seja um homenzinho, esteja caladinho e ouça.

Presidente: Sr. Deputado, isso não são formas de se dirigir ao Sr. Deputado André Bradford.

O Orador: Oh, Sra. Presidente! Eu agora peço desculpa, mas aquele Sr. Deputado dirigiu-se a mim ...

Presidente: É um Sr. Deputado!

O Orador: Oh, Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Diga lá!

Presidente: Vamos lá ver se nós todos nos entendemos.

O Orador: Vamos lá ver!

Presidente: Nós estamos a terminar este debate, um debate emocionado, acalorado, em que todos tiveram oportunidade de emitir a sua opinião.

Eu estou apenas a chamar-lhe a atenção de uma adjetivação que dirigiu ao Sr. Deputado André Bradford que não é digna deste Parlamento.

Faça o favor de continuar, Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Agora peço desculpa e não está no meu tempo.

A Sra. Presidente ouviu o Sr. Deputado Bradford dirigir-se a mim dizendo “seja homenzinho” e não lhe fez nenhum reparo.

Deputado Francisco Coelho (PS): Há coisas piores!

O Orador: Portanto, não lhe admito que ao referir-me ao Sr. Deputado Bradford “seja homenzinho” ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, não lhe quero faltar ao respeito.

A senhora não pode ter dois pesos e duas medidas.

O Sr. Deputado Bradford disse “seja homenzinho”, “vamos ser homens grandes”, “seja homenzinho”.

Eu disse-lhe exatamente a mesma coisa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pois foi!

O Orador: A Sra. Presidente achou que eu estava a diminuir o Sr. Deputado André Bradford. Ele não me estava a diminuir a mim, porquê?

Por eu ser maior do que ele? Era só por isso?

Portanto, Sra. Presidente, vamos ser coerentes.

Presidente: A Mesa é sempre coerente, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, eu vou referir exatamente o mesmo termo. Vamos ser homenzinhos, Sr. Deputado Bradford, e o senhor sabe que eu não posso pedir uma comissão de inquérito.

A sua desonestidade conflituava aí.

(Aparte do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu estou a falar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Isto já parece um recreio da escola. Vamos lá ver se nos entendemos.

O Orador: Oh, Sra. Presidente, acabou a conversa.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

O Orador: Eu perante essa sua observação ...

Já é a segunda vez que a senhora a faz aqui, que isto é um recreio, eu não me revejo nessa sua observação e acho-a humilhante para este Parlamento.

Não tenho mais nada a dizer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e CDS-PP)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, permita também que me dirija a si dizendo que para já não é segunda, nem a terceira vez que faço esta referência, porque nunca a fiz. Aliás, porque não me vejo como professora deste Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já fez!

Presidente: Depois, Sr. Deputado, dizer-lhe que se o senhor está no uso da palavra naturalmente que a minha referência é a todos os outros deputados que estão nesta sala e não a si.

Agora também é mais fácil pôr sempre as culpas nos outros e eu enquanto Presidente deste Parlamento também já estou habituada a que quando não há argumentos a culpa é sempre da Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Não havendo e tendo esgotado o seu tempo, quer o PSD, quer o Governo Regional não poderão fazer o encerramento do debate, vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Para fazer uma interpelação e pedir não um intervalo de 10 minutos, mas de 30 minutos e para pedir que fosse convocada uma Conferência de Líderes extraordinária.

Presidente: O intervalo é regimental. Será concedido de 30 minutos.

Eram 16 horas e 48 minutos.

Presidente: Entramos agora no ponto três da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 21/XI – “Construção de um refeitório e fornecimento de refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Eram 17 horas e 37 minutos.

(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar na Mesa)

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes. São os que normalmente utilizamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política é feita de idealismo também e é feita de serviço aos nossos alunos, neste caso, das cantinas escolares, daqueles que frequentam o nosso sistema escolar, no sentido de melhorar as condições que cada vez mais os mesmos possuem no âmbito das nossas instituições educativas, como em todas as outras. Portanto, o que nós todos tentamos (estou convencido que todos os grupos parlamentares, todos os Srs. Deputados aqui presentes) é melhorar a vida dos nossos semelhantes e introduzir um sistema de igualdade de oportunidades e de justiça.

Devo dizer que no Corvo temos preenchido algumas etapas em relação à escola do Corvo.

Não tínhamos há uns anos atrás um professor de música, por exemplo. Foi chumbado aqui, nesta Casa, e depois mais tarde foi de facto criado um lugar que permitiu aos alunos do Corvo poderem ter acesso a um sistema educativo

que lhes fornece a oportunidade de aprenderem música na escola e isso tem sido muito importante.

Também foi aqui chumbado nesta Casa uma pretensão em relação à criação do ensino secundário a partir do momento em que o ensino secundário se tornou obrigatório, que fazia questão que o Estado que definiu que o sistema obrigatório é de facto universal em todo o território nacional, que também criasse as mesmas condições para as crianças e os jovens do Corvo. A verdade é que tendo sido chumbada aqui esta pretensão, nesta Casa, depois o ensino secundário também acabou por ser criado na escola do Corvo.

Hoje, o PPM traz aqui um Projeto de Resolução e desde logo no início da minha intervenção quero referenciar que me penalizo do ponto de vista político por não ter levantado esta questão há mais tempo neste Parlamento. Também é minha responsabilidade que esta questão não tenha sido resolvida com maior celeridade. Portanto, faço-o hoje com convicção e também com a perceção que eu próprio tenho responsabilidade pelo facto desta questão não estar resolvida há mais tempo.

Devo dizer-vos o seguinte: quando nós aprovámos, por exemplo, o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, “Almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas” que aqui foi aprovado por unanimidade, neste Parlamento, vejam o que aqui se prevê: “A escola enquanto espaço que naturalmente congrega crianças e jovens assume-se como contexto privilegiado para a implementação de estratégias de combate à pobreza infantil enquanto fatores promotores de igualdade de oportunidades. Neste contexto optou-se por assegurar que todas as crianças e jovens [todas as crianças e jovens!] disponham de uma refeição equilibrada nos refeitórios e cantinas das unidades orgânicas que integram o sistema educativo regional.

De igual forma, urge facultar a esta população estudantil uma refeição condigna também durante os períodos de férias e interrupções letivas.”

Portanto, foi criada uma situação em que todos os alunos têm direito também a usufruir de refeições claras durante as interrupções letivas e as férias.

Vajam bem o contrassenso desta legislação que está a ser aplicada na ilha do Corvo.

Estes alunos têm direito, de acordo com a lei, a receber um apoio durante o Natal, a Páscoa e outras interrupções letivas, mas não têm direito e não estão de facto a usufruir desse apoio ao longo do ano letivo.

Isto faz algum sentido, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo?

Faz algum sentido que os alunos estejam a receber os apoios no Natal e na Páscoa, mas não o recebam ao longo do ano letivo?

Isto é um contrassenso absoluto. Portanto, esta questão não faz nenhum sentido. Mas também esta legislação quando todos nós aqui aprovámos também significou que, ... Uma vez que os alunos se deslocam propositadamente para receberem o almoço, como forma de promoção de combate à pobreza e de promoção de igualdade de oportunidades, também demonstra que não, estes alunos não teriam que deslocar-se à escola só por causa das aulas, uma vez que até porque não as têm durante as interrupções letivas.

Portanto, há aqui uma outra filosofia e esta filosofia é de apoio. É um apoio muito significativo.

Veja-se que os alunos que estão no 1.º escalão pagam 0,45€ por estas refeições; os que estão no 2.º escalão pagam apenas 0,68€; o do 3.º escalão 0,90€; e os do 4.º escalão, por exemplo, 1,36€.

Portanto, isto significa um apoio substancial para muitas famílias e este apoio está a ser dado, está a ser atribuído no conjunto da Região, com exceção da ilha do Corvo.

O que eu vos pergunto é: há alguma coisa que justifique a discriminação daqueles alunos e daquelas famílias?

Que aqueles alunos, os alunos da ilha do Corvo, sejam os únicos do país que não podem usufruir de refeições escolares?

Há alguma coisa que justifique do ponto de vista ético, do ponto de vista funcional, do ponto de vista da igualdade, do ponto de vista da justiça?

Eu penso que todos concordarão que não faz nenhum sentido que estes alunos sejam discriminados.

Por isso, propus que fosse construído um refeitório escolar para poder dar resposta aos 53 alunos e a um conjunto de professores e de funcionários que somam 80 pessoas.

Tenha-se em conta que os funcionários, os professores (os docentes e os não docentes) também têm, de acordo com a lei, oportunidade de tomar essas refeições nas outras escolas, em todas as escolas da Região, e que não existe nenhum motivo para que venham a ser discriminados.

Aliás, há poucos dias discutíamos nesta Assembleia Legislativa criar medidas de incentivo para que os professores se deslocassem para as escolas que se situam em ilhas periféricas e a verdade é que o facto da escola do Corvo não possuir e os professores não terem essa oportunidade também não significa nenhum incentivo para a classe docente. Aliás, significa uma desigualdade em relação às outras escolas.

Temos, portanto, uma situação de profunda injustiça, de profunda discriminação absolutamente inaceitável.

Eu coloquei esta questão ao Sr. Secretário e o Sr. Secretário disse-me há quatro sessões que iria investigar o que é que se passava.

Aqui não havia nada a investigar na medida em que esta é uma situação do conhecimento de todos e, portanto, bastava perguntar à escola o que é que se passa e aos seus próprios serviços no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

A verdade é que não existindo nenhuma modificação nesta matéria e não assumindo o Governo nenhuma posição nesta matéria, o PPM assumiu o compromisso político de trazer esta questão a debate no Parlamento e a partir daí o Governo assumiu a seguinte atitude: estão contra a construção do refeitório, mas vão encontrar uma situação alternativa, porque é o Corvo; uma situação específica para o Corvo, porque o Corvo é diferente e tem sido diferente, porque tem sido profundamente discriminado nesta matéria, como em muitas outras. Tem sido profundamente discriminado por uma única razão que tem a ver com o facto de se considerar como é pequena, é pouca gente, não têm que ter acesso às mesmas coisas. Não têm que ter acesso às mesmas coisas!

Eu penso que a autonomia é exatamente o contrário desta reflexão: é dar a todos os açorianos, a todos os jovens açorianos, as mesmas oportunidades, quer vivam na ilha de São Miguel, quer vivam na ilha do Corvo.

É este o nosso sonho, é esta a nossa utopia e é esta a nossa perceção política. Devemos segui-la. Devemos criar condições para que todos possam ter as mesmas oportunidades nas diferentes ilhas e esta é uma questão de justiça.

A verdade é que o Sr. Secretário encontrou então uma outra solução. Encontrou uma outra solução (vejam bem e pasme-se!) quando aqui há pouco falávamos no outro debate de interferência da tutela, falávamos de interferência política e falávamos de não respeito pelas competências próprias dos órgãos de administração.

Encontrou uma solução para a escola do Corvo sem nunca (sem nunca!) ter questionado os órgãos da escola do Corvo seja sobre o que for.

Aliás, reconheceu isto mesmo na comissão parlamentar.

Perguntou ou não perguntou a opinião aos órgãos da escola do Corvo antes de assinar o protocolo com a Santa Casa da Misericórdia que é a solução que o Sr. Secretário encontrou?

A resposta foi obviamente que não.

Obviamente que não?!

Então encontra-se ... o Governo prepara ... a Secretaria Regional da Educação prepara uma solução para a escola do Corvo e não pergunta nada à escola do Corvo, aos órgãos da escola do Corvo, aos professores, aos funcionários, aos pais, aos alunos?

Não pergunta nada?

Não tem que fazer nenhuma pergunta?

Não tem que questionar?

Não tem que colocar nenhuma questão?

Isto é respeitar o regime de autonomia das escolas?

Isto é respeitar a autonomia dos órgãos de escola?

Isto é respeitar as populações?

Isto é, de facto, inacreditável que uma posição deste tipo possa ter sido assumida com aquela frontalidade e com aquela falta de vergonha em relação à condução institucional deste assunto.

A escola evidentemente deveria ter sido consultada. Tinha que ter sido consultada! Até porque são as competências que a lei prevê que as escolas devem desempenhar no âmbito do regime da autonomia que está em vigor.

Vamos à solução que o Sr. Secretário encontrou.

Foi transmitido em assembleia de escola, onde como sabem têm assento os representantes dos encarregados de educação, os alunos, os funcionários, os não docentes e os docentes, pelos membros do Conselho Executivo a solução que a Santa Casa oferece. A solução que a Santa Casa oferece é a seguinte: a Santa Casa transmitiu ao Conselho Executivo que queria que cada refeição lhe fosse paga por 5,20€. Transmitiu outra coisa, que uma das condições que impunha é que em relação ao fornecimento de refeições, docentes e não docentes, apesar de estar previsto na lei, não estão abrangidos.

Portanto, a Santa Casa é que define quem é que tem acesso a refeições na escola do Corvo e quem é que não tem acesso e também definiu o preço. O preço é de 5,20€.

Pergunto: até do ponto de vista meramente economicista isto é uma boa solução, 5, 20€?

Eu fui ler a tabela de preços das refeições que está a ser praticada de acordo com os documentos, com os cadernos de encargos que me foram distribuídos. Vejo aqui ...

Quanto é que é pago na Escola Básica e Integrada dos Arrifes?

1,39€, é o que é pago por cada refeição.

Escola Básica Integrada da Ribeira Grande, 1,45€;

Escola Básica Integrada do Canto da Maia, 1, 50€;

Escola Básica Integrada de Água de Pau, 1, 29€.

Já sabemos porque é que as refeições são de tão má qualidade! Estamos a falar de preços muito, muito baixos.

Mas quer dizer que a melhor medida é pagar três vezes, quatro vezes mais do que outras escolas estão a pagar em relação aos alunos? Esta é que a solução?

Até do ponto de vista do que ela significa de injustiça e de uma solução pretensamente mais pensada e mais economicista, esta medida, a médio prazo, é absolutamente ruínosa, porque os alunos do Corvo vão custar quatro vezes mais, ou três vezes mais do que os alunos de outras escolas da nossa Região. É uma medida de profunda injustiça e é uma medida absolutamente incoerente até do ponto de vista económico e uma medida absolutamente discriminatória.

Há outras questões que terei oportunidade de discutir, as questões da segurança.

As crianças vão para a Santa Casa. Perguntou-se ao Provedor: “Então o que é que acontece?”

“Eu não tenho nada a ver com isso. Em relação à segurança das crianças, as crianças saem do recinto escolar e depois logo se vê.” De facto estão a

frequentar um edifício que tem outros utilizadores adultos, que tem outras condições e obviamente não significa nada (exatamente o contrário) de que estas crianças tenham condições de segurança em relação ...

Quem são os pais de alunos do 1.º ciclo que deixam os seus alunos frequentarem um espaço sem qualquer tipo de compromisso por parte da instituição e da escola, até da instituição que os está a receber?

Esta medida é de uma incoerência brutal, esta medida é de uma discriminação brutal, é de uma injustiça brutal e o Sr. Secretário diz que a aplica por e simplesmente por uma razão, porque no Corvo é preciso adaptar, porque os corvinos são diferentes, o Corvo é diferente.

A minha perspetiva que eu trago aqui a este debate é que o Corvo não é diferente. Os alunos do Corvo têm os mesmos direitos, exatamente os mesmos direitos. Têm direito a ter o seu refeitório escolar, a serem servidos com a mesma qualidade que é servida nas outras escolas. Nem mais, nem menos! Só peço a igualdade, só peço justiça, só peço consciência em relação a esta matéria e eu em relação a esta matéria posso-vos dizer: não vou desistir nunca enquanto aqui estiver neste Parlamento. Nunca, mas mesmo nunca! Que os alunos do Corvo tenham direito a usufruir de um refeitório escolar e de refeições escolares na mesma medida, nas mesmas condições de segurança e na mesma qualidade que todos os outros açorianos, porque não são diferentes, são iguais aos outros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que este Projeto de Resolução que aqui estamos a debater, entregue pelo PPM nesta Casa, e que tem como objetivo dotar a Escola Mouzinho da Silveira de um refeitório é um projeto bem intencionado e com um objetivo claro.

É do entendimento do grupo parlamentar deste partido que as crianças do Corvo têm que obrigatoriamente ter os mesmos direitos que qualquer criança, quer da Região, quer de qualquer parte do país.

O Governo Regional sempre fez questão que assim fosse e sempre foi inquestionável para o Governo garantir todos esses direitos.

Nos últimos anos muito se fez, quer em relação à parte educativa dotando a única escola da ilha de todas as condições, quer a nível de equipamentos, quer a nível de sucessivas requalificações da própria infraestrutura.

As crianças do Corvo, assim como todas as outras da Região nestes últimos anos, têm sido uma das maiores prioridades do Governo Regional, quer através de apoios sociais, quer no investimento em construções e requalificações de infraestruturas.

No Corvo, e por exemplo no que diz respeito ao desporto, para além dos diversos apoios ao clube desportivo escolar, procedeu à requalificação do polidesportivo do Corvo, que neste momento possui todas as condições para a prática do desporto da ilha, quer federado, quer recreativo.

Além disso, o Governo Regional (e a pensar claramente nas nossas crianças) investiu cerca de meio milhão de euros na requalificação da creche da ilha. Esta creche, e após a obra concluída, fica com condições de excelência, colocando-se em pé de igualdade às melhores creches da Região.

Porém, existem vários meios para atingir o mesmo fim. A preocupação legítima do Sr. Deputado do PPM, das crianças do Corvo terem direito a refeições escolares é também uma preocupação quer do grupo parlamentar, quer do Governo Regional e é com este objetivo comum que o Governo Regional adotou uma solução que no nosso entendimento é a mais viável neste momento. Esta solução parte pelo fornecimento das refeições por parte da Santa Casa da Misericórdia e é a mais viável porquê?

A Santa Casa e após a obra concluída daquele que foi mais um investimento avultado do Governo Regional, superior a 600 mil euros (e falo da requalificação do lar de idosos) fica com uma cozinha equipada e dotada dos melhores equipamentos que existem em qualquer instituição da Região.

Estas excelentes condições permitem a confeção de refeições com a maior exigência e condições de higiene que são esperadas em casos como este, onde envolvam quer crianças, quer idosos.

Para quê a construção de um refeitório quando a menos de 20 metros existirá uma cozinha com essas condições?

E basta a adaptação de um espaço para se fornecer estas refeições.

Para quê a duplicação de valências quando nem sabemos ao certo quantas crianças estarão interessadas em usufruir dessas refeições?

Isto porque dado a proximidade da escola com as suas casas muitos preferirão, com certeza, ter o privilégio (sim, porque repito, é um privilégio que poucos pais têm nos Açores) de almoçar com os seus filhos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é um privilégio, porque é uma obrigação!

O Orador: É preciso saber o que é que vai acontecer.

Neste momento, não temos como quantificar o número de interessados nestas refeições, o que é fundamental para ver se existe a possibilidade da construção de um refeitório, mas no momento consideramos que esta solução é a mais adequada.

Em relação aos professores e o fornecimento das refeições aos mesmos, embora o Sr. Deputado diga que é um direito que lhes assiste e isso é verdade, isso não quer dizer que não venha a acontecer no futuro, mas neste momento a prioridade são as crianças.

É preciso termos em atenção e analisar com muito cuidado esta situação.

Estes professores (e que são cerca de 20) são uma importante fonte de receita e rendimento para a economia da ilha, quer na restauração, quer nas superfícies comerciais.

Em relação à discriminação que o senhor tanto falou do Corvo, do Governo e dos corvinos, o Sr. Deputado sabe que isso não é verdade. Se houvesse igualdade ainda hoje não era possível existir desporto federado na ilha do Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma proposta minha!

O Orador: Alterámos há muito pouco tempo a legislação aqui, nesta Casa, na passada legislatura para permitir que fosse possível (com uma proposta sua) que as crianças do Corvo tivessem desporto federado na ilha, porque não tínhamos o número suficiente de atletas inscritos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que existem ainda alguns detalhes e pormenores que têm de ser ajustados e definidos para que seja possível o fornecimento destas refeições, pelo que considera fundamental a colaboração de todas as partes, quer da Santa Casa da Misericórdia, quer do Governo Regional, quer da Escola Mouzinho da Silveira. Todos com um pensamento em comum: as crianças da ilha do Corvo.

Por todas essas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Parece-nos uma questão de elementar justiça exigir que a Escola Mouzinho da Silveira, na ilha do Corvo, passe a contar com um refeitório que forneça as

refeições escolares, tendo em conta que muitos alunos passam grande parte do dia em estabelecimentos escolares.

A escola pública assume-se como um importante meio de garantir acesso a uma alimentação saudável e ajudar a minorar algumas dificuldades que alguns destes mesmos alunos, devido a dificuldades económicas no seio da família, sentem em ter acesso a uma alimentação variada e equilibrada.

É na escola pública e através das refeições escolares que muitas crianças devem começar por ter uma primeira aprendizagem a hábitos de alimentação saudável.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uma certa teimosia e falta de sensibilidade parece justificar a posição do Governo Regional e do Partido Socialista em continuamente tratar a comunidade escolar da ilha do Corvo de forma diferente das outras ilhas dos Açores.

No plenário do mês passado Sua Exa., o Sr. Secretário Regional da Educação, foi ufano em citar alguns pareceres recebidos da sociedade civil aquando do debate de um outro Projeto de Resolução.

Ora bem, sobre este Projeto de Resolução agora em apreço V. Exa. ouça lá então este parecer da assembleia da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira: “Esta assembleia foi unânime na emissão de um parecer positivo. A assembleia mencionou ainda que se deve assegurar o fornecimento das refeições aos alunos com a maior brevidade possível.” Citei a sociedade civil, Sr. Secretário.

Desde vez V. Exa. fez ouvidos à sociedade civil?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A existência de um refeitório na Escola Mouzinho da Silveira, na ilha do Corvo, permitiria dar cumprimento à legislação que previu o fornecimento de refeições escolares aos alunos carenciados nas interrupções letivas e nas férias escolares.

A não existência do refeitório na Escola Mouzinho da Silveira constitui, desde já, uma discriminação à comunidade escolar do Corvo, facto que não é aceitável e viola os princípios de justiça social.

Para o PCP ao ser garantida a construção de um refeitório na Escola Mouzinho da Silveira estaria a ser garantido que os alunos do Corvo tivessem as mesmas oportunidade de acesso às refeições escolares, como aliás acontece no restante da nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos ser flexíveis e vamos partir do princípio, ou vamos supor que a solução para a ilha do Corvo no que diz respeito à resolução deste problema poderia ser outra que não aquela que está neste momento implementada em todas as ilhas dos Açores.

Vamos supor que de facto a melhor solução para a ilha do Corvo passa por atribuir uma competência que deveria ser da escola pública a uma misericórdia, porque por condições particulares e que dizem respeito à condição da ilha do Corvo essa seria, se calhar, a solução que serve os interesses dos corvinos. Vamos partir desse cenário.

O problema aqui, e pelo que ouvi da explanação inicial do Sr. Deputado Paulo Estêvão, é que esta solução defendida pelo Governo Regional e pela Secretaria Regional da Educação enferma de alguns problemas que não são só o facto de

decidirem atribuir esta competência que deveria ser da escola pública a uma misericórdia.

Em primeiro lugar, aquilo que me parece grave, porque viola um princípio que seria inviolável em qualquer outra parte do país, é que o adjudicatário é quem decide sobre os requisitos que constam do caderno de encargos, neste caso a misericórdia, a Santa Casa da Misericórdia, decide qual o preço, decide inclusive se vai incluir ou não, e neste caso vai excluir, o pessoal docente e não docente, e decide o preço, 5, 20€. Isso do preço faria parte de qualquer processo de adjudicação e aqui o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou por também explicar que são praticados preços na Região muito abaixo destes que são praticados ou que serão praticados pela Santa Casa da Misericórdia, mas isso seria outro problema que daria outro debate se calhar ainda mais complexo e que mais dia menos dia teremos nesta casa de certeza, que tem a ver com os preços abaixo de custo praticados nas adjudicações a refeições escolares, mas não é disto que se trata este debate.

O que eu gostaria (antes do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomar uma decisão e definir o seu sentido de voto) era de colocar uma simples questão ao Sr. Secretário Regional da Educação.

Temos este preço que foi anunciado, 5, 20€, que é um preço que penso que constará do caderno de encargos, se assim for decidido e a minha questão é a seguinte: será, considerando este preço, cumprida a comparticipação do custo da refeição de acordo com o estipulado no atual regime da Ação Social Escolar? Por outras palavras, este é um preço final aos alunos, 5,20 €? Todos os alunos, independentemente do escalão em que estarão enquadrados, irão pagar 5,20€ ou haverá aqui uma comparticipação tal e qual como existe em todas as escolas da Região?

Se calhar é uma pergunta mais retórica do que outra coisa, mas gostaria de ouvir a confirmação por parte do Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer que o CDS considera muito pertinente esta iniciativa do PPM uma vez que é da mais elementar justiça que todos os alunos na Região tenham direito a refeições escolares e citando o Sr. Secretário Regional da Educação, que por várias vezes o disse na comissão, continuamos a insistir na máxima de que para nós ninguém fica atrás.

Portanto, se ninguém fica para trás os alunos da escola do Corvo não poderão ficar, nesta matéria, das refeições escolares.

Já percebemos que a bancada parlamentar do PS considera que é muito bom que os alunos não tenham refeições escolares, porque assim têm o privilégio de poder almoçar em casa com as suas famílias.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Ninguém disse isso!

A Oradora: O nosso entendimento é que isso só configura um privilégio a quem tem a possibilidade de efetivamente servir refeições à hora de almoço às suas crianças. Nunca será um privilégio quando acontece por obrigação, por falta de alternativa, pelo facto do Governo Regional não criar uma alternativa para os alunos do Corvo.

Em relação à forma como todo este processo se iniciou devo lembrar que o Governo Regional passando por cima das competências que são de facto da escola, de decidir o que é que quer para as refeições escolares dos seus alunos, se antecipou e assina um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia do Corvo. Quando questionado sobre essa matéria o Sr. Secretário em sede de comissão disse que efetivamente não tinha ouvido a escola e ainda disse que “até posso aceitar que seja um procedimento discutível”.

Não é uma questão de ser discutível, Sr. Secretário, é ilegal.

Quem tem de fazer a contratação das refeições escolares é a escola. A escola é que tem de fazer os cadernos de encargos e decidir o que é que considera melhor para os seus alunos.

Não é o Governo Regional assinar um protocolo, decidir o que é que vai ficar para os alunos do Corvo e a seguir a escola a única coisa que vai fazer é formalizar um processo burocrático que foi decidido de cima para baixo pela Secretaria Regional passando por cima das competências da escola.

Já agora e em relação a esse processo eu gostaria de lhe colocar também algumas questões, nomeadamente em relação ao facto se efetivamente a Santa Casa da Misericórdia disser que não é capaz de cumprir o caderno de encargos com refeições nutricionalmente equilibradas para crianças em idade escolar, que o preço mínimo que consegue fazer é de 5,20€, como é que isso vai ser pago?

Porque pela Ação Social Escolar o Decreto Legislativo Regional diz que é 50% do subsídio de refeição, que neste momento fazendo as contas dá 2,26€, dá a possibilidade de uma majoração de 20% que dá 2,72€ aproximadamente. Quem é que vai pagar esse diferencial?

Já agora gostaria de lhe colocar outra questão, que efetivamente daria outro debate, mas que não pode ser deixado de falar neste momento: muitas das empresas de catering estarem a ser contratadas com valores da ordem de 1,40€ a refeição que claramente é um preço anormalmente baixo.

Portanto, este drama da contratação do anormalmente baixo, esta praga que tem estado a se alastrar nas contratações públicas, neste momento também já chegou à questão das refeições das nossas crianças. Se não seria interessante a Secretaria Regional da Educação definir um valor que considera o preço mais baixo possível para cumprir efetivamente os requisitos.

É muito fácil o Sr. Secretário vir dizer à comissão que as empresas de catering apresentaram aquele valor e foram as que foram contratadas porque

apresentaram o valor mais baixo e que na realidade estão a cumprir com o caderno de encargos, porque a empresa de catering pode dizer que tem uma ementa que é nutricionalmente equilibrada, estar definido que a refeição vai ser salada de peixe, mas no final as nossas crianças estão a comer salada de batata.

A questão é que quem contrata, que é a Secretaria Regional da Educação, ...

Presidente: Sra. Deputada, este assunto não é o que nos traz aqui.

A Oradora: ... deveria fiscalizar se efetivamente isto está a acontecer a não, porque isto leva-nos para a questão se efetivamente os 5,20€ é que estão exagerados, ou se é 1,40€ que está efetivamente anormalmente baixo.

Já agora gostaria também de lhe colocar uma questão que é se a Ação Social Escolar paga aos alunos sem escalão 2,26€, se os alunos pagam pela sua refeição 2,26€, se a escola só paga 1,40€ à empresa de catering, os outros 0,86€ estão a ficar onde?

São os alunos sem escalão que se estão a substituir à Ação Social Escolar?

E para já são estas as questões que lhe tenho para colocar, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem agora a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os refeitórios escolares constituem espaços privilegiados de educação para a saúde, promoção de estilos de vida saudáveis e de equidade social, na convicção de que fornecem efetivamente refeições nutricionalmente equilibradas, saudáveis e seguras a todos os alunos, independentemente do estatuto socioeconómico das suas famílias.

O refeitório escolar tem uma importância fundamental no decorrer de ano dos alunos. Este espaço assume um papel importante não só na perspetiva nutricional, mas também social, na medida em que é lá que a maior parte das crianças e jovens toma a refeição do almoço.

Nos Açores todas as escolas do sistema educativo regional contam com refeitórios escolares, com a exceção da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

O direito que reconhece a todas as crianças e jovens açorianos o acesso a refeições equilibradas nos refeitórios e cantinas de unidades orgânicas que integram o sistema educativo regional está hoje a ser debatido nesta Casa da autonomia.

Somos assim confrontados com as seguintes questões: os alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira beneficiam de um refeitório escolar tal como beneficiam as outras crianças, das outras ilhas da Região?

Tem sido garantido o fornecimento de refeições escolares aos alunos carenciados durante as interrupções letivas e férias escolares aos alunos da ilha do Corvo, em que cerca de 63% beneficiam de Ação Social Escolar?

Tem sido contemplada a possibilidade de fornecer refeições escolares a pais, encarregados de educação aos alunos carenciados dessa ilha, tal como se verifica em diversas outras escolas do sistema educativo regional?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Já sabemos a resposta a cada uma das questões levantadas. É um inequívoco não.

A garantia de igualdade de oportunidades no acesso à educação é um mecanismo fundamental para gerar justiça social e desenvolvimento, citando o Governo Regional já por diversas vezes.

Que motivos poderá o Governo Regional invocar para não garantir as mesmas condições de dignidade e equidade para com os alunos do Corvo face aos alunos de qualquer outra ilha da Região?

Dotar a Escola Mouzinho da Silveira com as condições para que o percurso educativo dos alunos do Corvo possa ser feito com normalidade, tais como em

todas as outras escolas da Região, é o que tem vindo a ser reclamado já desde a legislatura passada.

Os nossos alunos e professores bem o merecem e nós enquanto representantes do povo açoriano que nos elegeu devemos lutar pelas suas aspirações legítimas de progresso e bem estar.

Reconhecemos, e conforme salientado pelo Sr. Secretário da Educação no âmbito da audição da presente iniciativa, que no arquipélago caracterizado pela diversidade nem sempre as soluções a adotar serão idênticas para todas as ilhas, existindo a obrigação de explorar alternativas em benefício da gestão do erário público e sem prejuízo da comunidade estudantil do Corvo.

No entanto, não podemos aceitar a solução preconizada pela tutela, suportada pela celebração de um protocolo com a Santa Casa de Misericórdia do Corvo, como a melhor para a comunidade educativa em causa se esta não foi previamente ouvida.

Não podemos aceitar em representação do povo açoriano que possa ser tomada uma decisão neste âmbito sem consultar previamente os órgãos de gestão da referida escola, quem melhor conhece a realidade da comunidade educativa aqui em análise.

Sr. Secretário, como pode ser afirmado que os alunos poderão ter acesso a refeições preparadas e servidas pela Santa Casa no início do próximo ano letivo sem que no entanto estejam concluídas as obras previstas?

Que medidas vão ser acauteladas para que o espaço partilhado pelos alunos da escola e pelos utentes da Santa Casa não condicione o desenvolvimento harmonioso das nossas crianças e jovens que tanto se proclama e não inviabilize o bom funcionamento das valências da Santa Casa?

Como poderá alegar a tutela que em benefício da gestão do erário público optou não pela construção do refeitório, mas sim pelo pagamento de um valor por

refeição duas vezes superior ao valor legal permitido nos procedimentos contratuais a que as instituições públicas estão obrigadas?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não haja qualquer dúvida de que a alimentação das crianças é condicionada pelas famílias, pelas escolas, pela comunidade em geral, pelo que o refeitório escolar completa a função educativa da escola ao proporcionar refeições saudáveis, equilibradas e seguras que ajudem a preencher as necessidades energéticas e nutricionais das crianças e dos jovens.

Uma alimentação saudável e equilibrada é um fator determinante para ganhar em termos de saúde.

Prevenindo-se desde cedo os erros em matéria de alimentação evitam-se, sim, gastos do erário público.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores entende que as escolas enquanto espaços educativos e promotores da saúde devem garantir cenários valorizadores a uma alimentação saudável, não só através de currículos curriculares, mas também através de oferta alimentar em meio escolar para que todas as crianças adolescentes, desde Santa Maria ao Corvo, sejam progressivamente capacitados a fazer escolhas saudáveis.

Para o Grupo Parlamentar do PSD/Açores importa, sim, em primeira instância e conforme mencionado até aqui pelo parecer da assembleia de Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, assegurar o fornecimento de refeições aos alunos com a maior brevidade possível de modo a que estes possam ter as mesmas oportunidades de acesso a refeições escolares em igualdade com os restantes alunos da Região.

Garantir a qualidade e valor nutricional das refeições escolares deve ser constantemente uma prioridade e neste sentido o que se exige é que o caderno de encargos obedeça aos quesitos de segurança alimentar, qualidade nutricional

e quantidade recomendada para que crianças e jovens em idade escolar, seja qual for a solução encontrada.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução do PPM visa a construção de um refeitório e de uma cozinha para fornecimento de refeições na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, na ilha do Corvo.

A Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira nunca dispôs de um refeitório, nem de uma cozinha, que aliás nunca foram reivindicados pelos sucessivos conselhos executivos, porque tais equipamentos nunca avultaram como uma necessidade premente dada a pequenez da vila do Corvo, onde todos os alunos são vizinhos da escola, pelo que sempre fizeram as suas refeições no ambiente familiar com vantagens indiscutíveis.

Claro que o Sr. Deputado Paulo Estêvão justifica agora a necessidade da construção da cozinha e do refeitório em virtude da identificação de um vasto conjunto de alunos carenciados, porém e felizmente, este diagnóstico não coincide com a realidade.

Senão vejamos: em parecer formal a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Corvo – afirma desconhecer a existência desse tal conjunto de alunos supostamente muito carenciado, acrescentando a propósito da problemática que agora nos ocupa que (e passo a citar) “não é absolutamente necessário a construção de um refeitório na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.”

Porém, o Governo dos Açores possui por lema a máxima de que ninguém fica para trás, quer isto significar que os estudantes do Corvo possuem os mesmos direitos dos estudantes das demais ilhas. Todavia, num arquipélago caracterizado pela diversidade as soluções não têm que ser idênticas para todos, em todas as ilhas.

De facto, tratar por igual todas as ilhas não é fazer tudo igual em todas as ilhas, é sim responder positivamente às necessidades de cada uma delas, necessidades essas que podem ser diferenciadas e que podem exigir soluções também elas diferenciadas.

Aliás, foi por isso que no Corvo em vez da construção de um museu tradicional se optou pela implementação de um ecomuseu que neste momento regista o restauro pelo Governo de um edifício, o Museu do Tempo, e que prosseguirá depois com mais intervenções do Governo e da Câmara Municipal.

O mesmo se diga do caso agora em apreço: o fornecimento de refeições aos alunos do Corvo como sucede nas demais ilhas.

A única solução não reside necessariamente na construção de um refeitório e de uma cozinha na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira. Outras alternativas podem e devem ser exploradas em benefício do erário público e sem prejuízo da comunidade estudantil do Corvo.

A Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira possui 16 espaços integralmente ocupados. A saber: duas salas de primeiro ciclo, cinco salas para o segundo e terceiro ciclos e para o secundário, três salas específicas para música, EVT e laboratório, um ginásio, um bar/buffet, uma sala de professores, uma sala de diretores de turma, uma sala de convívio para alunos, uma sala de trabalho para docentes.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é o que as outras escolas têm? Qual é o privilégio?

O Orador: Assim, o funcionamento de um refeitório e de uma cantina obrigam à ampliação do edifício com custos incomportáveis se considerado o previsível fornecimento diário de cerca de 19 refeições, porque a escola possui 48 alunos e no sobrance arquipélago apenas 40% dos estudantes recorre regularmente à alimentação escolar, uma percentagem que no Corvo poderá inclusivamente vir a ser menor dada a proximidade entre o estabelecimento de ensino e a residência dos alunos.

Com efeito, a construção de um refeitório e de uma cozinha quedar-se-ia por cerca de 300 mil euros ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mandam os alunos para o asilo?

Deputado André Bradford (PS): Chama-se asilo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então é o quê?

O Orador: ... (35 mil para o refeitório, 95 mil euros para a cozinha, 1.034 euros para equipamentos do refeitório, 114 mil euros para equipamentos da cozinha, o que perfaz 240 mil e 34 euros, mais 44 mil 106 de IVA, num computo geral de 289 mil, 140 euros).

Além disso, na imprevisibilidade de adjudicação do serviço de refeições a uma empresa especializada por força do distanciamento e da pequenez do Corvo haveria que somar os encargos da contratação de pessoal especializado, eventualmente inexistente na ilha, e a ocupação do Conselho Executivo e dos serviços administrativos com a aquisição e o armazenamento de víveres.

Nestas circunstâncias o dever da racionalidade aconselha a procura de uma alternativa que garanta o fornecimento de refeições aos alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira sem a necessidade imperiosa da construção de um refeitório e de uma cozinha.

É também nestas circunstâncias que no passado dia 17 de abril se estabeleceu um protocolo geral de cooperação entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Santa Casa da Misericórdia do Corvo que prevê, entre outras coisas,

a possibilidade do fornecimento pela Santa Casa de refeições aos alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira no refeitório da instituição e consoante o preceituado no estatuto do aluno dos ensinos básico e secundário.

No universo do Corvo a celebração deste protocolo com a Santa Casa da Misericórdia é de todo vantajosa, é de todo estratégica, porque considerada a especificidade da ilha a misericórdia corvina é uma instituição iminentemente intergeracional, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... isto é, possui uma valência de ensino com creche e jardim de infância para o pré-escolar, porque de resto possui uma experiência consolidada na prestação de serviços e cuidados de natureza social.

Mas há mais! Quando há escolas desprovidas de meios humanos e materiais necessários ao fornecimento de refeições a própria lei aconselha à celebração de protocolos com Instituições Particulares de Solidariedade Social e particularmente com santas casas da misericórdia para a disponibilização de um tal serviço. É o que se pode ler no artigo 108.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A sobre a Ação Social Escolar.

Entretanto desde 2013 que as unidades orgânicas do sistema educativo regional estão dotadas de maior autonomia na contratação de serviços de refeições e de gestão de refeitórios, evidenciando elas preocupações acrescidas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a escola do Faial?

O Orador: ... com a qualidade dos alimentos, com a higiene e com a segurança alimentares.

Assim, a somar ao lanche escolar para os alunos do primeiro ciclo composto por uma sandes e leite (este produto patrocinado pela Câmara Municipal), será agora a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, como entidade adjudicante do fornecimento de refeições, a estabelecer contacto com a Santa Casa da Misericórdia do Corvo, ou (sublinho) eventualmente com qualquer

outro fornecedor, enviando um convite, vulgo caderno de encargos, para que através decerto de um ajuste direto simplificado, porque o preço global não excederá possivelmente os limites legais, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: ... a instituição misericórdia, ou eventualmente outro fornecedor, apresentem formalmente uma proposta de fornecimento de alimentação escolar. Em matéria de contratação de refeições para a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira o Sr. Deputado Paulo Estêvão, eleito pelo Corvo, tem repetido até à exaustão a falta de respeito da Secretaria Regional da Educação e Cultura pela autonomia da escola. Nada de mais errado! Nada de mais falso!

Na verdade e somente pela responsabilidade acometida à tutela e num cenário decerto escasso de soluções e de alternativas procedemos à exploração da possibilidade da Santa Casa da Misericórdia do Corvo fornecer refeições aos alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira já no princípio do próximo ano letivo, ou, volto a repetir e a sublinhar, aquando da conclusão das obras de ampliação desta Instituição Particular de Solidariedade Social.

Jamais desrespeitámos a autonomia própria das unidades orgânicas do sistema educativo regional. A comprová-lo, e a propósito do caso, no ofício de 2 de junho próximo passado, remetido pela Direção Regional da Educação à Presidente do Conselho Executivo da escola, informa-se das diligências desenvolvidas junto da Santa Casa da Misericórdia, mas deixa-se à direção do estabelecimento de ensino corvino uma liberdade total, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Total!? Pagar cinco euros pela refeição! Sim senhor!

O Orador: ... uma liberdade que permite o desenvolvimento do processo junto da misericórdia, em caso de concordância, uma liberdade que permite a opção por uma outra solução se considerada mais adequada.

Senão vejamos: a determinado passo lê-se no ofício o seguinte, passo a citar “caso esta solução mereça a aquiescência de V. Exa. solicitamos que dê continuidade ao procedimento, nomeadamente em termo de contratação pública.”

Logo adiante lê-se no mesmo ofício que, e passo a citar, “o contato efetuado por esta Direção Regional não inviabiliza que sejam adotadas outras soluções que o órgão de gestão venha a considerar mais adequadas ao objetivo pretendido, tendo em conta quer os condicionalismos da vossa estrutura, quer do mercado local.

De resto, todos sabemos que por via de um protocolo genérico não é possível contratualizar refeições da santa casa para a escola. Essa possibilidade só é concretizável pela tramitação da contratação pública.

Aliás, no n.º 2, da cláusula 1.º do protocolo, está escrito que as obrigações e os compromissos do mesmo não prejudicam a aplicação dos normativos legais, a saber: o Regime Jurídico dos Contratos Públicos, o Código dos Contratos Públicos e o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, a que acresce muito naturalmente o reconhecimento pela competência das unidades orgânicas do sistema educativo regional. Dito por outras palavras, o protocolo com a Santa Casa da Misericórdia é inconsequente, o mesmo é dizer que não tem força de lei, porque depende da aplicação posterior de regras da contratação pública que podem redundar na escolha de um ou de outros prestadores de serviços, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor já recuou!

O Orador: ... neste caso, de refeições escolares.

Depois de tudo isto esperamos que eventualmente a Santa Casa da Misericórdia do Corvo constitua para alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira o melhor exemplo, o melhor bastião da nutrição mais racional, através do fornecimento de refeições completas, equilibradas, variadas e seguras, que

correspondam a um meio de prevenção da doença e a um modo de promoção da saúde em proveito do bem estar físico, emocional, educativo dos estudantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas onde é que isso existe? Que escola é essa?

O Orador: Independentemente do modo, se estivermos todos irmanados no propósito de conferir aos alunos do Corvo a possibilidade de usufruírem de refeições escolares, encontraremos em cooperação a melhor das soluções. Caso contrário, contra os interesses dos estudantes, se o objetivo consistir, como por vezes parece, em eternizar a luta política, mesmo que estéril e à custa inclusivamente dos justos anseios daqueles que por cansaço e cada vez mais a custo ainda atribuem legitimidade à atividade dos políticos, suceder-se-ão os constrangimentos e os embaraços que hão de impedir a obtenção da melhor das soluções.

Se tal acontecer cá estaremos para denunciar responsável ou responsáveis, porque a primazia do bem comum não se compadece com a defesa da vaidade pessoal.

Deputada Renata Correia Botelho (PS) e Deputado João Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Foram colocadas aqui várias questões mais particulares, algumas já foram respondidas, nomeadamente a da autonomia da escola, creio eu, embora muito se possa dizer sobre isso, mas foram colocadas aqui questões de natureza mais particular às quais tenho obviamente a obrigação de dar alguma resposta.

Eu não tenho conhecimento, eu não tenho qualquer conhecimento formal de que a Santa Casa da Misericórdia tenha pedido concretamente 5,20€. Não tenho! A minha secretaria efetivamente não tem. Não sei, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Faz um protocolo e não sabe!

O Orador: ... porque esse prosseguimento é um prosseguimento a desenvolver entre a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira e a misericórdia do Corvo.

Além do mais estabeleceu-se aqui um confronto entre uns eventuais 5€ e valores substancialmente mais baixos praticados noutras escolas.

É verdade que efetivamente nós não compramos em todas as escolas as refeições pelo mesmo preço por uma questão natural: nas ilhas mais centrais, nas ilhas maiores, obviamente que a concorrência é também maior, obviamente que o acesso aos produtos é mais fácil, obviamente que os preços são mais baixos e esses preços obviamente que sobem à medida que caminhamos para as periferias e para as ilhas mais pequenas.

Agora, Sr. Deputado, agora, Srs. Deputados, que invocaram aqui esses valores direi entretanto uma coisa: a esses valores faltará necessariamente crescer algo mais, crescer tanto o desgaste de instalações, crescer o desgaste com manutenção, crescer água, luz, gás, etc..

Deputado Luís Maurício (PSD): Já esgotou o seu tempo!

O Orador: De resto, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Paulo Mendes, perguntou quanto é que os alunos iam pagar.

Os alunos do Corvo, independentemente daquilo que nós tivermos de pagar pelas refeições, vão pagar exatamente aquilo que pagam os colegas das demais ilhas. Não poderia ser efetivamente muito diferente.

A Sra. Deputada Graça Silveira levantou aqui o problema das refeições, o problema do preço das refeições, porque em matéria de preço o custo máximo da refeição é de 2,26€, equivalente a 50% do subsídio de refeição pago na Região.

Porém, se o fornecedor proceder igualmente ao fornecimento do pessoal e do equipamento pode haver sobre este preço uma majoração, uma majoração de mais 20% sobre o subsídio de refeição regional.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Secretário repete-me! Isso foi o que eu disse!

O Orador: Exceccionalmente (digo exceccionalmente) este valor poderá eventualmente ter de ser superado se estiver em consideração um objetivo e um valor ainda maior, ou seja, a necessidade, a vantagem de efetivamente oferecer refeições aos alunos da escola do Corvo, como acontece nas escolas das demais ilhas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que isso está escrito? Está escrito nesse papel!?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós o que temos aqui é a apresentação de um Projeto de Resolução que prevê a construção de um refeitório e o Sr. Secretário acaba de dizer aqui o seguinte: ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Não tenho nenhum conhecimento formal!

O Orador: ... assinou um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia para o fornecimento de refeições e diz-me que não sabe o preço. Quer dizer, faz o protocolo e não sabe qual é o preço. O protocolo é bom só não sabe é quanto é que vai pagar, mas sabe que o protocolo é bom independentemente do preço!

Disse: “não tenho nenhum conhecimento formal”.

Posso dizer-lhe que tenho conhecimento que o Diretor Regional da Educação já falou para aí umas 15 vezes com o provedor.

Não lhe foi comunicado nada? Nada?

Ninguém lhe disse nada? Qual era o preço?

Inclusivamente eu sei que técnicos da Secretaria Regional da Educação telefonaram várias vezes para a Santa Casa da Misericórdia regateando o preço e o senhor não sabe nada?

O senhor não sabe nada dos contactos que foram feitos e dos telefonemas que foram feitos?

Oh, Sr. Secretário, está lá registado. Estão registados esses números todos.

Portanto, o que lhe vou dizer é o seguinte.

Não tem conhecimento formal, mas tem conhecimento informal e sabe perfeitamente que o que está a ser pedido são 5,20€. Acha isto normalíssimo?

Acha que isto é, de facto, a médio prazo uma solução boa.

Depois quem é que define que se discrimina os professores e os funcionários daquela escola?

Diz senhor: “Não, não! O Corvo tem de ser um bocadinho diferente.” É um bocadinho diferente no sentido de discriminar, ali todos não têm que ter direito.

Os professores nas outras escolas, no resto do país, têm direito. No Corvo temos que adaptar. Não podem ter direito.

Os negros também não tinham direitos em determinados contextos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quem pensava de forma diferente, quem era comunista, também não tinha direito, tinha que se adaptar.

Os professores dão aulas no Corvo não têm direito.

Os funcionários não docentes trabalham no Corvo não têm direito.

Quem é que define?

Não é este Parlamento, não é o Governo?

É a santa casa, a tal santa casa que tem brilhantes condições e que diz: “Vinte professores, não temos condições. Professores, não!”

Os que estão fora do escalão também não. Vamos adaptando, vamos discriminando. A adaptação é discriminar, discriminar, discriminar na ilha do Corvo.

Eu vou dizer-vos uma coisa: Sr. Secretário, eu não me bato por vaidades. Eu bato-me por ideais.

Deputado André Bradford (PS): Vai pagar as refeições dos professores?

O Orador: Já aqui dei provas disso.

Foi várias vezes chumbado o projeto do museu e eu insisti, fiz o sacrifício pessoal que fiz, fiz porque quis e fiz por idealismo.

Se hoje está a ser construído esse edifício foi porque o apresentei aqui politicamente e porque o cedi ao Governo Regional ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... para que o projeto pudesse ser concretizado e o Sr. Secretário sabe muito bem que já o tentei fazer aqui uma segunda vez quando o senhor se recusou a construir as salas de aula e eu disse que pagava as salas de aula e custou 150 mil euros.

O que lhe vou dizer é o seguinte: eu bato-me por idealismo. Não é nenhuma vaidade. É aquela questão ... por uma questão de igualdade, uma questão de iguais oportunidades, Sr. Secretário. É por isso que me bato. Bato-me para que aqueles alunos, aqueles professores, aqueles funcionários tenham exatamente os mesmos direitos.

O senhor fez um discurso terrível, o senhor fez um discurso de centralista. Esse é o discurso que ouço em Lisboa quando dizem: “Nos Açores os senhores querem ter direito a tudo”. “Custos de insularidade?”

“Isso economicamente não é viável, economicamente é um privilégio, não pode ser. Em Ponta Delgada e em Angra não se pode ter as mesmas condições que se tem em Lisboa. Vamos lá pensar nisto de forma racional.”

O senhor tem exatamente o mesmo discurso que têm os piores centralistas contra a autonomia.

Vou dizer-lhe uma coisa: eu não sei o que vai fazer a escola, mas digo-lhe uma coisa – se ainda fosse presidente daquela escola eu não aceitava a discriminação dos professores e dos funcionários e dos alunos. Não aceitava! Não aceitava a posição do senhor.

O senhor se quisesse exonerava. Fizesse o que quisesse! Já vimos que aqui o Governo exonera quem pensa de forma diferente, mas eu não aceitava.

Eu não aceito a discriminação, Sr. Secretário.

Eu não aceito a discriminação!

Quando nós cedemos nos professores, quando cedemos nos funcionários, é começar a ceder na desigualdade e na autonomia temos que ser coerentes. Nem uma brecha em relação à injustiça e no Corvo tem que ser exatamente igual em termos de direitos e de condições do que acontece nos outros sítios, sem discriminações que são definidas pela santa casa, a tal instituição que é muito boa.

Dizia o Sr. Deputado do Partido Socialista: “Não! Mas os professores são importantes para os restaurantes. Podem ir lá comprar. Afetam o tecido económico. Os professores são importantes para aquele tecido económico. Vão comer ao refeitório, já não vão comer ao restaurante.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para o snack bar ‘Traineira’!

O Orador: Eu estou muito preocupado com isso!

Eu preocupo-me é com esses professores que não têm os mesmos direitos que têm nas outras escolas, a frequentar os refeitórios escolares.

O senhor está preocupado com que interesses?

Eu estou preocupado é com a igualdade e a justiça.

Com que interesses é que o senhor está preocupado, Sr. Deputado?

Deputado André Bradford (PS): Oh, Sr. Deputado, isso não lhe fica nada bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com os interesses do café dele!

Deputado André Bradford (PS): Já percebemos que o mais importante são as refeições dos professores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem agora a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, afirmou que não estava a coartar a liberdade da escola de maneira nenhuma, que tinha total liberdade e adiantou que pode ou não aceitar aquela alternativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

A Oradora: Eu pergunto-lhe: qual é a outra alternativa no Corvo?

Não tem refeitório, se não quiserem as refeições da Santa Casa da Misericórdia, qual é a alternativa?

Porque em última instância o Sr. Secretário sabe muito bem que é da responsabilidade do Conselho Executivo fazer a contratação e pagar os 5,20€ e a Ação Social Escolar só paga no máximo 2,26€ e diga-me onde é que está no Decreto Legislativo Regional essa tal excecionalidade, porque aquilo que eu leio, que o senhor me repetiu e bem, quer dizer que me ouviu bem, é que tem a possibilidade de ser majorado até mais de 20% nas situações em que disse.

O ponto 3 diz “a atualização dos custos das refeições é feito automaticamente sempre ocorra uma atualização do montante” blá, blá, blá ...

Não encontro em lado nenhum do Decreto Legislativo Regional essa excecionalidade.

Não respondeu à pergunta mais importante que é?

Os alunos sem escalão pagam 2,26€. A escola paga em alguns casos à empresa de catering 1,40€. Quem é que fica com os outros 0,86€?

São os alunos que não têm escalão que se estão a substituir à Ação Social Escolar e estão a pagar o diferencial dos outros alunos que têm escalão?

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem paga o resto?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Educação acabou de garantir que qualquer aluno no Corvo no futuro terá, se este acordo for estabelecido, acesso a refeições escolares com o mesmo preço que é pago por qualquer outro aluno na escola pública na Região.

A nossa preocupação é garantir que todos os alunos, independentemente da ilha onde residam, e neste caso concreto no Corvo, que os alunos do Corvo tenham as mesmas condições, tenham os mesmos benefícios, os mesmos direitos que qualquer outro aluno nesta Região e no país.

Se o preço a cobrar aos alunos está garantido e será o mesmo que está previsto no regime jurídico da Ação Social Escolar, há outro aspeto que não está garantido e que foi aqui salientado por duas vezes pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que é um direito que assiste qualquer docente e não docente nas escolas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... de também usufruir das refeições escolares e essa condição não está garantida e para garantir essa condição por enquanto parece-nos que a proposta do PPM é aquela que será a mais viável. Até poderá ser a mais cara, mas é a única, pelo menos em comparação com a proposta apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Educação, que garante o integral cumprimento de condições de igualdade no acesso a garantias por parte dos alunos do Corvo comparativamente a todos os outros os outros alunos da Região.

Nesse sentido o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a iniciativa do PPM. No entanto, quero alertar a câmara para o seguinte: prevejo, todos nós estamos a prever, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista prepara-se para votar contra esta iniciativa.

Deputado André Bradford (PS): A Sra. Deputada Zuraida Soares faz tanta falta!

O Orador: Vamos nos concentrar então na parte resolutive desta iniciativa: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que assegure, de forma urgente, a construção de um refeitório”. Isso já vimos que o Governo Regional, assim como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está contra esta possibilidade. Mas não estará, nem poderá estar certamente contra a possibilidade de se fornecerem refeições escolares, porque atualmente os alunos do Corvo não têm acesso a refeições escolares.

Portanto, do objeto da resolução consideramos muito difícil votar contra este objeto de resolução, porque se é verdade que podem até discordar da construção de um refeitório, não podem certamente discordar, creio eu, do fornecimento de refeições escolares.

Na nossa perspetiva, a construção de um refeitório será fundamental para garantir as tais condições de igualdade para todos os alunos da Região, porque a

alternativa que nos foi proposta pelo Governo Regional não satisfaz esses requisitos, logo, pela impossibilidade dos docentes e não docentes terem acesso também a refeições escolares.

A segunda parte da resolução não deixa de ser importante, aliás, se calhar é mais importante, que tem a ver com o fornecimento de refeições escolares que é algo que não está garantido neste momento e que todos nós concordamos com isso, deverá estar garantido.

Logo, pelo menos da nossa parte, do Bloco de Esquerda, votaremos favoravelmente a iniciativa do PPM.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro** (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 24 de abril de 2017 o Gabinete de Apoio da Comunicação Social do Governo anuncia e compromete a dizer: “Governo dos Açores garante fornecimento de refeições escolares aos alunos do Corvo.”

Agora a questão que coloco, Sr. Secretário, depois daquilo que já foi dito aqui hoje: garante fornecimento ou não?

Porque o Sr. Secretário diz que garante o fornecimento de refeições escolares a alunos do Corvo logo no início do próximo ano letivo. O Sr. Secretário agora disse que poderá não ser no início porque as obras poderão não estar concluídas, então qual é a alternativa?

Vamos estar novamente numa situação em que no início do ano letivo os alunos do Corvo não beneficiarão de refeições escolares porque as obras não estão concluídas. Ou então garantir quer dizer que temos de ir pela alternativa que o Sr. Secretário entende que será a viável em função do erário público, da

poupança do erário público, que é mediante a celebração de um protocolo com a Santa Casa de Misericórdia.

Então aí entramos num novo dilema: de acordo com a proposta apresentada, a Santa Casa da Misericórdia pelos vistos que é pública, o valor apresentado é superior ao previsto legalmente.

Todos nós sabemos e vimos o artigo 108.º, o n.º 2, que prevê a celebração do protocolo. Sim senhor! Mas mediante requisitos e preços que estão estabelecidos no artigo 119.º e que no n.º 2 apenas estabelece a majoração dos 20% e nada mais.

Portanto, como é que ficamos, Sr. Secretário?

No início do próximo ano letivo os alunos do Corvo terão acesso ao refeitório escolar ou não?

Dia 24 garantiu que sim, agora já vem por em questão caso as obras não estejam concluídas. Então há um contrassenso.

Sr. Secretário, aquilo que foi publicado no GaCS não é verdade.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não poderia deixar de intervir, porque não ficaria bem com a minha consciência se não o fizesse, porque muito se falou aqui em crianças carenciadas.

Num artigo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão escreveu, e passo citar, uma parte do artigo dizia assim: “Os alunos do Corvo são crianças e jovens adoráveis. Vivem na derradeira fronteira entre a terra e o mar, afastados de

quase todos e de muitas coisas, de demasiadas coisas como todos os jovens têm a cabeça cheia de sonhos e utopias.

São os filhos e os netos dos velhos camponeses corvinos que sobreviveram 500 anos num minúsculo mundo ocultado pela bruma e cercado por uma muralha de mar quase impenetrável.

Muitos dos jovens de que hoje vos falo nunca foram a um cinema e nunca entraram num teatro. Não podem visitar os melhores museus da nossa Região e do nosso país. Nunca entraram nos milhares de monumentos que a história quase miliar do nosso país nos legou.

Não têm acesso a lojas onde possam comprar os ténis de moda ou outras quaisquer bugigangas em uso. Não têm onde comprar ou simplesmente folhear os livros mais recentes.

Os jovens do Corvo são o tesouro de todos os corvinos.” Etc., etc., ... Fim de citação.

Isto vem a respeito de quê?

Este artigo que o Sr. Deputado escreveu para um jornal da Região e já a pensar nesse Projeto de Resolução, para quem lê e não faz ideia da verdadeira realidade do Corvo, dá a ideia que as crianças do Corvo são umas coitadinhas, que andam descalças e que não têm o que comer, nem ler.

Sr. Deputado, embora a localização geográfica do Corvo seja a mais distante, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas é mentira?

O Orador: ... a ilha do Corvo (a ilha mais pequena e isolada) posso garantir-lhe que as crianças do Corvo são as mais viajadas dos Açores, têm acesso às mais modernas tecnologias, como a fibra ótica, adquirem quando saem da ilha ou através da internet todos os ténis de moda e todas as bugigangas que o senhor falou e quase que aposto que em termos percentuais existe um grande desfasamento positivo no número de crianças do Corvo que já visitaram quer

Portugal continental, quer até o estrangeiro em relação às das outras ilhas dos Açores.

Então numa ilha sem desemprego e sem grandes problemas sociais de onde advém essa pobreza e essa carência toda que se falou aqui, nesta Casa?

Em relação ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo, que falou do parecer da assembleia da Escola Mouzinho da Silveira, esqueceu-se de referir o parecer da CPCJ. Tinha só de tomar nota aqui.

Em relação à Sra. Deputada Graça Silveira eu não disse que era bom que as crianças não tivessem refeições escolares para poderem comer com os pais em casa. O que eu disse foi que as refeições são necessárias e comecei a minha intervenção dizendo que este Projeto de Resolução era bem intencionado.

O que disse ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas disse ou não disse que era um privilégio?

O Orador: É um privilégio.

O que disse foi que neste momento não havia maneira de quantificar o número de interessados, mas que existe uma alternativa para o fornecimento destas refeições.

Em relação às últimas declarações do Sr. Deputado Paulo Estêvão, às últimas palavras finais do Sr. Deputado Paulo Estêvão, depois falo consigo particularmente, porque nós sempre fomos cordiais um com o outro e o senhor sabe, conhece-me, que sou uma pessoa séria e que não tenho qualquer tipo de interesses.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, apelo à sua capacidade de síntese, porque tem muito pouco tempo.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Levantou-se aqui a questão de saber se as refeições eram para estudantes, só para estudantes, se incluíam também os professores e os funcionários.

Eu disse em sede de Comissão de Assuntos Sociais de forma bem perceptível, repito agora aqui em plenário, que o nosso compromisso imediato deveria ser em fornecer refeições aos alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira no Corvo.

De momento, os fornecedores, caso concreto da Santa Casa da Misericórdia ou eventualmente outro ou outros, poderão não ter capacidade para mais, isto é, para englobar professores e também pessoal não docente.

Se o tiverem da nossa parte nada a opor; ...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Claro! É da área da escola!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... se o não tiverem agora oxalá possam vir a tê-lo no futuro.

Como diz o povo “o ótimo é inimigo do bom” e julgo que podemos encontrar conjuntamente uma boa solução e não vi o Sr. Deputado Paulo Estevão particularmente contrário a esta possibilidade em Comissão de Assuntos Sociais.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, eu disse também em Comissão de Assuntos Sociais que o nosso compromisso era começar a fornecer refeições aos alunos do Corvo no início do ano letivo ou quando estivessem concluídas as obras da Santa Casa da Misericórdia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que estamos aqui a ver é uma proposta discriminatória, que discrimina, adapta para o Corvo. Adaptar para o Corvo é limitar os direitos das pessoas, é discriminar, é colocar de fora funcionários, é colocar professores, é colocar muitos dos alunos com as condições que os senhores estão a criar. Estão à espera que sejam só quatro ou cinco que aceitem aquelas condições. A vossa questão é discriminar.

Sr. Deputado Iasalde, tem cinema no Corvo?

Não sabia. Tem? Não tem, pois não.

Então se não tem foi o que eu escrevi.

Tem teatro no Corvo? Tem?

Não tem. Não tem, não é?

Tem algum museu na ilha do Corvo?

Há algum conselho neste país que não tenha um museu que as crianças possam visitar e nas ilhas dos Açores há alguma que não tenha o seu património protegido?

Todas têm, menos quem?

O Corvo!

O senhor tem estas livrarias para comprar? Tem alguma livraria?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E hipermercado, também não tem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E tem dentista no Corvo?

O Orador: Desconheço. Deve ser virtual. Também não tem.

O senhor tem algum hospital?

Como sabe, nós os pais ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... vivemos com o coração nas mãos, porque se acontece qualquer coisa aos nossos filhos nós sabemos a distância a que nós estamos dos hospitais, nós sabemos as condições que nós temos.

Nós estamos lá porque gostamos daquela ilha, apesar destas contradições, mas não temos muitas das outras coisas que as outras ilhas têm.

O que eu quero, o que eu peço é que apenas nestas condições, em que até os alunos das diferentes ilhas podem almoçar fora do período escolar (veja bem!), numa Páscoa, no Natal, nas férias do verão, que podem almoçar, só quero que os alunos do Corvo possam almoçar numa cantina escolar tal como todas as outras crianças do país, Sr. Deputado.

Deputado João Costa (PS): Quais?

O Orador: Há muitas injustiças que queremos combater, mas só as conseguimos combater efetivamente se tivermos uma visão crítica do sistema e o senhor, na perspetiva, para si está tudo bem.

É tal como o museu aberto. Aqui também me diziam assim: “O Corvo, um museu?! Não vale a pena. O Corvo é um museu aberto, que temos as nuvens por cima.”

Presidente: Sra. Deputada Maria João Carreiro tem agora a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, a questão que lhe coloquei e que volto a reiterar da mesma forma foi precisamente o comunicado do gabinete do Governo...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas está no relatório!

A Oradora: Depois quando incomoda gostam de mandar os apartes, mas vou reiterar aquilo que está escrito e passo a ler: “Governo dos Açores garante fornecimento de refeições escolares aos alunos do Corvo no início do próximo ano letivo.” Não faz qualquer referências a obras.

Estas declarações foram emitidas pelo gabinete do Governo Regional e, portanto, a seguir à comissão, ou seja, mais valida as informações por si declaradas. Não foram prestadas por mim. Ponto um.

Ponto dois. A questão aqui que se coloca é: se está em causa um direito das crianças e jovens a terem acesso a refeições nos refeitórios, tal como as outras crianças e jovens das outras ilhas, esta questão voltará a ser colocada no início do próximo ano letivo. Se se mantiver as obras as condições não estão garantidas. Voltam os alunos do Corvo a não usufruírem do mesmo benefício dos outros alunos. Todos merecem as mesmas condições.

Tenho dito. Estou aqui para defender o povo açoriano, seja de Santa Maria ao Corvo.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção só para registar que neste momento o CDS está muito preocupado com o facto de serem efetivamente os alunos que não têm escalão que estão a pagar pela sua refeição aquilo que deveria ser a Ação Social Escolar a pagar aos outros alunos que têm escalão.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não está em discussão, Sra. Deputada!

A Oradora: Perguntei duas vezes ao Sr. Secretário. Não me respondeu.

Há um diferencial enorme de quase o dobro do valor da refeição que os alunos que não têm escalão estão a pagar. Estão a pagar 2,26€ por uma refeição que na realidade custa 1,40€ e perguntei-lhe duas vezes onde é que ficam esses 0,86€.

São os alunos que não têm escalão que estão a assegurar ...

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, eu também já lhe adverti que esta questão em específico não é o que está a ser alvo de debate.

A Oradora: O que está a ser alvo no debate é a possibilidade ou não possibilidade de se fornecer refeições escolares.

Presidente: No Corvo.

A Oradora: Levantou-se a questão do preço.

Não há problema nenhum. Esta dúvida vai ficar no ar. O Governo vai ficar sob suspeita em relação a isto e mais dia, menos dia vai ter que vir aqui prestar esclarecimentos.

Em relação ao Sr. Deputado Iasalde, vir dizer aqui que os alunos do Corvo são muitos viajados (isso efetivamente tem muito a ver com a questão dos refeitórios, devo registar, Sra. Presidente!), mas já agora vir dizer que os alunos do Corvo são os mais viajados como se isso fosse um indício de privilégio, quando o senhor sabe que os corvinos, a primeira viagem que fazem, é para voltar a casa, porque têm de ir aos hospitais para nascer, têm que ir aos hospitais para se tratar. Vir aqui dizer que são as crianças mais viajadas dos Açores é, no mínimo, lamentável.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): A senhora quer uma maternidade no Corvo?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois do que já foi aqui bem dito por toda a oposição, e particularmente pela Sra. Deputada Graça Silveira, há uma coisa que é absolutamente estranha num partido que se diz solidário, que quer uma sociedade inclusiva e justa. É um partido que discrimina crianças, discrimina professores e discrimina funcionários. É um partido que quer combater a coesão, é um partido que quer que todas as ilhas cresçam e se aproximem umas das outras, mas nega os mais elementares direitos aos funcionários, os mais elementares direitos aos professores, mas querem fixar gente nessas ilhas, mas sem direitos. Por isso, em coesão estamos no último lugar a nível nacional no índice do Instituto Nacional de Estatística.

É mais um contributo, um lamentável contributo deste Governo para discriminar gente, desde a criança ... até as famílias se sentem discriminadas e são discriminadas.

É claro que é muito bonito dizer que se compram bugigangas na internet, é muito bonito dizer que são os mais viajados, mas talvez coitados seja o que lhes valha, ...

Deputado André Bradford (*PS*): Coitados, porquê? Os senhores é que os tratam como coitadinhos!

O Orador: ... serem mais viajados, porque não têm refeições na escola, porque querem pôr-lhes as refeições no centro de idosos, porque o Governo não quer fazer uma cantina como todas as escolas têm, porque o Governo acha, inventou um valor ...

Essa cantina é debruada a ouro nalguma parte, Sr. Secretário?

Tem alguma parte que seja debruada a ouro para que custe 300 mil euros? Uma cantina para servir 60 ou 80 refeições custa 300 mil euros?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O Sr. Deputado é contra o investimento? O Sr. Deputado Paulo Estêvão partilha desta opinião?

O Orador: Isso deve ter as portinhas debruadas a ouro e deve ser com faqueiro de prata. Não se pode exigir menos e que seja esse preço.

De maneira que é absolutamente inaceitável ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Partilha desta opinião, Sr. Deputado?

O Orador: Oh, Sr. Secretário, cale-se um bocadinho que eu estou a falar!

Tem que ser assim ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Os apartes são regimentais!

O Orador: Não, não! O senhor não está a fazer um aparte. O senhor está a fazer uma conversa seguida. O senhor está a fazer uma conversa e ruído, como aliás é seu hábito.

Portanto, os argumentos do Governo caem todos por terra.

O único argumento que aqui tem é o da discriminação negativa de uma ilha, de uma população escolar e de professores e funcionários. Pode ser professor, mas não tem os mesmos direitos no Corvo que tem nas Flores. Pode ser funcionário, não tem os mesmos direitos no Corvo que tem em São Miguel ou na Terceira.

Oh, Sr. Secretário, se isso é ser socialista estamos conversados.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): E o senhor acha que o investimento na Santa Casa é demasiado! Vamos ver se o Sr. Deputado Paulo Estêvão partilha dessa opinião!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Eu não disse isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou aqui há nove anos neste Parlamento e poucas vezes me senti tão envergonhado pela vossa atitude, porque para os senhores criar uma solução específica para o Corvo dizendo “discriminamos os professores” ... Não é preciso! Mas porque é que os professores do Corvo não têm direito a ter um refeitório escolar e a assistir e a ter refeições escolares como todos os outros profissionais dos Açores?

E ninguém diz nada! Pode discriminar-se à vontade!

Mas porque é que os funcionários de todas as outras escolas têm direito a refeições escolares e podem ser discriminados?

Porque é que aquelas crianças têm de ir para um lar de terceira idade tomar as refeições em condições de falta de segurança absoluta que aliás vos vou imputar se vier a acontecer qualquer coisa, porque vai acontecer?

Os senhores são uns irresponsáveis, porque vão levar aquelas crianças para aquelas condições só porque querem poupar uns tostões e os senhores são o Partido Socialista? Os senhores é que são o Partido Socialista?

Isto é que é a esquerda solidária, a esquerda que discrimina?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, por favor, acalme-se!

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acho absolutamente degradante os senhores (eu já ouvi nesta Casa, em outros governos, e este novo Governo realmente é um bocadinho menos solidário) ...

Deputado André Bradford (PS): Nós?

O Orador: Os senhores que investiram e fizeram questão (e bem!) de investir milhões, dezenas de milhões de euros num avião para servir o Corvo, para não discriminar o Corvo ...

Deputado Francisco César (PS): Não foi o Governo, foi a SATA!

O Orador: O Governo! O senhor não sabe?

Então eu explico-lhe que avião é ...

Não é vindo de mim! Foi o que foi dito aqui, nesta Casa, e uma das condições da renovação da frota da SATA, como o senhor se lembra, que estava sentado naquele lugarinho onde está o Sr. Secretário Berto Messias, foi um avião que servisse o Corvo e é isso ...

Sabe quanto é que custaram?

Sabe quanto é que custaram, Sr. Deputado San-Bento?

15 milhões de euros!

Uma dezena quantos são nas suas contas?

Deputado José San-Bento (PS): Uma dezena e meia não são dezenas! Seja sério!

O Orador: Dezenas de milhões de euros teve-se que se investir a mais para servir o Corvo e agora os senhores pegam-se numa ninharia de uns milhares de euros para não fazerem uma cantina?

Umás vezes, quando interessa politicamente, é para discriminar positivamente; quando não interessa é para prejudicar politicamente e só não interessa porque a proposta é do Deputado Paulo Estêvão, porque se fosse vossa era uma proposta brilhante, inclusiva e de solidariedade social. Esta é que é a diferença. Esse é que é o vosso conceito de solidariedade, de democracia e de serviço aos outros, que os senhores têm. Isso é relativamente interessante.

Deputado José San-Bento (*PS*): Não é! Mas os senhores não percebem!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, havia um programa de televisão de um senhor que ficava lá muito bem sentado.

Deputado José San-Bento (*PS*): E para si também digo o mesmo! Conheço dois!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Para uma declaração de voto tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou habituado a perder muitas batalhas, mas levanto-me sempre e volto a colocar o assunto neste Parlamento enquanto este assunto não for resolvido com a justiça e equidade para todos para que a ilha do Corvo, os seus alunos, os seus funcionários e os seus professores sejam tratados de forma exatamente igual àquilo que sucede em todas as outras ilhas dos Açores.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: Anuncio que em setembro voltarei a apresentar esta iniciativa e quero dizer que vou fazer de forma repetida, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E faz muito bem!

O Orador: ... porque esta injustiça vai ser corrigida. É algo que eu prometi a mim mesmo. Posso não fazer mais nada na atividade política, mas vou resolver esta questão.

Aquelas crianças, aqueles 33 que estão naquele escalão e que podem beneficiar de refeições a estes preços que aqui estão, beneficiando estas famílias, essas crianças merecem o nosso apoio. Estas dificuldades existem.

É evidente que o poder político conta com o poder, com a capacidade de influenciar, mas alguém contabilizou o rendimento das famílias, calculou em 33 alunos. Trinta e três alunos que têm direito a este escalão.

Eu não posso de forma nenhuma aceitar que esta discriminação continue, porque estas crianças estão a passar por dificuldades e os senhores são os responsáveis a partir do momento em que a inviabilizam.

Deputado André Bradford (PS): Não seja demagógico!

O Orador: Todos! O Governo e cada um dos senhores que votou contra. Os senhores são responsáveis por a partir de 13 ou 14, quando começar o ano letivo, aquelas crianças não tenham as refeições, as crianças que delas necessitam. Os senhores têm essa responsabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há fome nos Açores!

O Orador: Cada um que inviabilizou, cada um de vós que inviabilizou a resolução desta questão.

Esta é uma questão de justiça. É uma questão de justiça, mas também é uma questão de autonomia, porque a nossa autonomia é fundada num preceito, num grande objetivo, num grande ideal: é o ideal de igualdade, igualdade de oportunidades para todos, onde quer que se viva, se viver em Ponta Delgada ou na vila do Corvo. É este o nosso ideal, é isso que justifica a nossa autonomia, a solidariedade entre todos e este Parlamento acabou de inviabilizar uma solução que deixa de fora uma parte da comunidade escolar cuja lei reconhece que têm

direito, que têm direito menos no Corvo. Menos no Corvo e eu não posso aceitar isto.

Eu não posso aceitar que a nossa autonomia seja adulterada desta forma. É adulterada no Corvo, como é adulterada em muitos outros sítios, em muitas outras situações e em muitos outros assuntos, mas eu não posso aceitar que neste caso, destas crianças, desta comunidade escolar, se faça uma discriminação deste género.

Ainda por cima, e termino Sra. Presidente, com uma solução que do ponto de vista económico é uma enormidade, porque o preço é três ou quatro vezes superior ao que é cobrado nas outras escolas. Ao fim de alguns anos o refeitório estava mais que pago.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É fazer as contas!

O Orador: O refeitório estava mais que pago!

Até do ponto de vista economicista é um absurdo. Do ponto de vista economicista, pura e simplesmente, é um absurdo, porque este investimento estava abatido uma vez que vamos pagar umas refeições a este preço exorbitante.

Meus senhores, eu saio daqui bastante triste com aquilo que aqui aconteceu. Ao fim destes anos todos não estava à espera, admito que não estava à espera, que o Partido Socialista tivesse esta falta de sensibilidade em relação à coesão territorial, em relação a garantir condições iguais para todos. Não estava à espera da parte do Partido Socialista!

Estava à espera do Sr. Secretário, não estava à espera do Partido Socialista e não estava à espera da posição de muitos daqueles que integram o Governo e o Partido Socialista, porque vos conheço e sei que têm consciência, sei que têm também um sentido de justiça.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes** (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra este Projeto de Resolução por considerar que existe uma alternativa viável à construção deste refeitório que possibilita o fornecimento de refeições aos alunos da ilha do Corvo com a mesma qualidade e exigência daquelas que são fornecidas no resto dos refeitórios da Região.

Para que não confundam o nosso sentido de voto volto a dizer: as crianças do Corvo terão refeições escolares na ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pede a palavra para?

Deputado João Corvelo (PS): Sra. Presidente, era para pedir os 15 minutos de intervalo regimental a que tenho direito.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o intervalo é regimental e depois de ouvidos os líderes e o Sr. Secretário Regional decidimos interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 25 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: Assegura às pessoas com deficiências visuais a faculdade de exercerem o direito de voto por via do sistema de “braille” – n.º 95-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 25.

2- Projetos de Resolução:

Assunto: Pela promoção das Ilhas na Política de Coesão Europeia – n.º 92-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 06 – 23

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 13;

Assunto: Aprofundar o Estatuto de Ultraperiferia – n.º 94-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 04

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 17.

3 – Proposta de Resolução

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2016 – n.º 4/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 30

Comissão: Todas as Comissões Permanentes

Data Limite de Parecer:

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2016 – n.º 5/XI](#)

Proveniência: ALRAA

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer:

4– Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros do Estado às artes visuais e performativas n.º 38 - OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017-06-27

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017-07-17.

5 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Bem estar de animais de companhia e de animais errantes – n.º 40/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2017 – 06 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017-07-27;

Assunto: [Pedido de admissão da Região Autónoma dos Açores como Membro Associado da UNESCO – n.º 41/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 07 – 03

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017-08-04;

Assunto: [Criação de seleções desportivas açorianas – n.º 42/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 07 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017-08-04;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias junto do Governo da República, acionista maioritário da TAP Portugal, no sentido de impedir o encerramento da loja comercial da empresa, em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel - Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – n.º 43/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05.

6 – Petições

Assunto: Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada - n.º 11/XI

Proveniência: Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 26

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 - 08 – 28;

Assunto: A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial – n.º 12/XI

Proveniência: Dejalme Vargas – Nuno Corvelo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 22

Comissão: Economia
Aguarda Admissibilidade.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Ampliação da Placa de Estacionamento de Aeronaves na Aerogare Civil das Lajes](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 22

Referência: 54.01.03 – N.º 261/XI;

Assunto: [\(Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes 2\)](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 22

Referência: 54.07.00 – N.º 262/XI;

Assunto: [Revisão da carreira e enquadramento funcional do Corpo de Guardas Florestais dos Açores](#)

Autores: Carlos Ferreira, João Bruto da Costa e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 27

Referência: 54.03.00 – N.º 263/XI;

Assunto: [Grupo de recrutamento 120 – Inglês – 1.º Ciclo do Ensino Básico](#)

Autora: Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 264/XI;

Assunto: [Tempo de Espera Utentes Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05

Referência: 54.01.05 – N.º 265/XI;

Assunto: [Tanques de salmoura do entreposto frigorífico da Horta avariados por falta de manutenção](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia e Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05

Referência: 54.03.07 – N.º 266/XI;

Assunto: [O que se passa com o funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos do Faial](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia e Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 07

Referência: 54.03.07 – N.º 267/XI;

Assunto: [Apoios à paisagem protegida da ilha do Pico](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 07

Referência: 54.06.06 – N.º 268/XI.

8 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Torre de controlo do aeródromo da Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 22
Referência: 54.03.04 – N.º 249/XI;

Assunto: [Ação inspetiva ao Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 06 – 26
Referência: 54.06.03 – N.º 222/XI;

Assunto: [Valor pago ao médico dentista que prestou serviço na USI do Corvo](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 06 – 26
Referência: 54.07.09 – N.º 258/XI;

Assunto: [Impossibilidade de transportar do Corvo para o exterior, por via aérea, pescado de maiores dimensões](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 06 – 27
Referência: 54.07.09 – N.º 257/XI;

Assunto: [Indisponibilidade de areia para uso da construção civil e obras públicas na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 06 – 28
Referência: 54.04.08 – N.º 240/XI.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a agradecer o momento de grande orgulho pela aprovação do Voto de Congratulação

Proveniência: Mariana Cabral

Data de Entrada: 2017 – 06 – 23;

Assunto: Ofício a agradecer a aprovação do Voto de Congratulação relativo aos resultados desportivos alcançados pelo Clube.

Proveniência: Roberto Enes, Presidente do Judo Clube de São Carlos

Data de Entrada: 2017 – 06 – 26;

Assunto: O ofício a comunicar que ocorrerá a discussão do Projeto de Resolução n.º 957/XIII-2.^a (PCP) – “Aprofundar o Estatuto de Ultraperiferia”, no próximo dia 4 de julho, na reunião da Comissão de Assuntos Europeus

Proveniência: Grupo Parlamentar do PCP (Ass. República)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 30;

Assunto: Relatório de execução do Plano de 2016

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2017 – 06 – 30;

Assunto: Ofício a agradecer a aprovação do Voto de Congratulação – Açores Conquista o “112 Awards 2017”

Proveniência: Cidália Vieira, Associação Humanitária de Bombeiros de Ponta Delgada

Data de Entrada: 2017 – 07 – 03;

Assunto: Ofício a enviar remessa de Relatórios aprovados:

- Relatório n.º 03/2017-VIC/SRATC – Freguesia da Candelária (PDL)

- Relatório n.º 04/2017-VIC/SRATC – Direção Regional de Educação

Proveniência: Secção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 07 – 03;

Assunto: Ofício a enviar remessa de Relatórios aprovados:

- Relatório n.º 05/2017-VIC/SRATC – Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações;

- Relatório n.º 06/2017-VIC/SRATC – Direção Regional da Solidariedade Social

Proveniência: Secção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 07 – 04;

Assunto: Ofício a requerer o agendamento de um debate de urgência sobre “Pescas”

Proveniência: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05;

Assunto: Ofício a transmitir que o Governo dos Açores pretende reconduzir a Dra. Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves, na presidência do Conselho de Administração da empresa Ilhas de Valor, SA

Proveniência: Presidente do Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 06;

Assunto: Ofício a requerer o agendamento de um debate de urgência sobre o funcionamento da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e as suas ingerências político-partidárias na sua gestão.

Proveniência: Duarte Freitas (PSD), Artur Lima (CDS-PP), Zuraida Soares (BE) João Paulo Corvelo (PCP) e Paulo Estêvão (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05;

Assunto: Envio por correio eletrónico, do Parecer do Conselho de Opinião da RTP, SA

Proveniência: José Lourenço

Data de Entrada: 2017 – 07 – 06;

Assunto: Envio por correio eletrónico, de documentos analisados na reunião do Conselho de Opinião da RTP, SA

Proveniência: José Lourenço

Data de Entrada: 2017 – 07 – 06.

10 - Relatórios:

Assunto: [Proposta de Lei n.º 77/XIII/2.^a \(GOV\) que altera a Lei Eleitoral da Assembleia da República e a Lei Eleitoral do Presidente da República – n.º 79 - AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 06 – 26;

Assunto: [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Mónica Reis Simões Seidi](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 06 – 30;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, adaptando-a às alterações dos Regulamentos \(CE\) n.ºs 338/97 e 865/2006 - MA - \(Reg. DL 197/2017\) – n.º 35/XI](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 06 – 30;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que unifica o regime da gestão de resíduos - MA -\(Reg. DL 228/2017\) – n.º 36-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 06 – 30;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 907/XIII/2.^a \(PS\) - Recomenda ao Governo que promova a valorização da extensão da plataforma continental – n.º 85-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 06 – 29;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI – Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio - Regime Jurídico da Gestão dos Imóveis do Domínio Privado da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 07 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que regulamenta a atualização extraordinária das pensões - MTSSS - Reg. DL 250/2017 – n.º 37-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 06 – 23;

Assunto: Memorando da reunião realizada entre a Comissão de Assuntos Sociais e o Prof. Doutor Álvaro Borralho, representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 06 – 28;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 876/XIII/2.^a \(PS\) – Pela valorização do ensino da história da emigração portuguesa – n.º 80-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 07 – 03;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 877/XIII/2.^a \(PS\) – Pela criação de um Museu Nacional da Emigração - n.º 81-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 07 – 03;

Assunto: [Relatório no âmbito da apreciação da Petição n.º 6/XI – “Inclusão de uma alternativa vegetariana nas cantinas/refeitórios das escolas da região”](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 07 – 06;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 21/XI – Construção de um refeitório e fornecimento de refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 07 – 07;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que implementa a medida Simplex+ “Licenciamentos Turísticos+ Simples”, alterando o regime jurídico dos empreendimentos turísticos – n.º 25-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 29;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 80/XIII/2.ª \(GOV\) que altera o código do imposto único de circulação, o código do imposto municipal sobre imóveis e prorroga a vigência dos benefícios fiscais relativos ao mecenato científico – n.º 82-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 29;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 889/XIII/2.ª \(PS\) - Recomenda ao Governo que promova a melhoria da instrução de processos nos Açores para posterior aprovação da DGRM – n.º 84-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 30;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 15/XI – Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias junto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças do Governo da República no sentido de ser adotada para os Açorianos -“lesados do BANIF” a mesma solução que foi desenhada para os “lesados do BES”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 03;

Assunto: [Setor Público Empresarial Regional](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 27/XI – Recomenda ao Governo Regional que apoie as raças bovinas autóctones portuguesas](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 28/XI - Recomenda ao Governo Regional que reponha a comparticipação dos encargos com o transporte de gado vivo para exportação](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/A, de 20 de agosto, que estabelece o Sistema de Fiscalização e Controlo do Abastecimento de Gasóleo à Agricultura e à Pesca na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 05;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 23/XI - Formação e ensino de condução das categorias B \(ligeiros\), A \(motociclos\) e C \(pesados\) na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 06.

11 – Diários:

Consideram-se aprovados os Diários n.ºs 21, 22 e 23.

Estão presentes nesta sessão plenária, os Diários n.ºs 24, 25 e 26.

As redatoras, Ana Machado e Sónia Nunes